

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E  
DIREITOS HUMANOS**

**NATÁLIA FERREIRA PEREIRA**

**HÁ 500 ANOS NA LINHA DE FRENTE: REFLEXÕES SOBRE  
MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS NA  
CIDADE DE PELOTAS/RS EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA**

**Pelotas  
2023**

**NATÁLIA FERREIRA PEREIRA**

**HÁ 500 ANOS NA LINHA DE FRENTE: REFLEXÕES SOBRE  
MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS NA  
CIDADE DE PELOTAS/RS EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

Orientadora: Professora Dra. Vini Rabassa da Silva.

Pelotas  
2023

### Ficha Catalográfica

P436h      Pereira, Natália Ferreira  
              **Há 500 anos na linha de frente:** reflexões sobre mulheres trabalhadoras domésticas negras na cidade de Pelotas/RS em um contexto de pandemia. / Natália Ferreira Pereira – Pelotas: UCPEL, 2022.  
              90 f.

              Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Pelotas, BR-RS, 2022.

              Orientadora: Vini Rabassa da Silva.

              1. Mulheres Negras. 2. Trabalho doméstico remunerado. 3. Pandemia Covid-19l. 4. Intercionalidade. I Silva, Vini Rabassa da. II. Título.

CDD 360

**HÁ 500 ANOS NA LINHA DE FRENTE: REFLEXÕES SOBRE MULHERES  
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS NA CIDADE DE PELOTAS/RS EM  
UM CONTEXTO DE PANDEMIA**

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente e orientador: Prof. Dr. Vini Rabassa da Silva - Universidade Católica de Pelotas

1ª Examinadora: Profa. Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

2ª Examinadora: Profa. Dra. Cristine Jaques Ribeiro - Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

Pelotas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico à minha madrinha Neiva Maria Ferreira, trabalhadora doméstica, a qual é minha saudade precoce e diária.

Dedico, também, à minha mãe, Leila Maria Ferreira, também trabalhadora doméstica.

Dedico a todas as mulheres negras deste país, que são atravessadas pelo racismo.

## AGRADECIMENTOS

No campo acadêmico nenhum trabalho é estritamente individual, há sempre nele contribuições coletivas, desse modo, aos responsáveis por essas contribuições, eu gostaria de agradecer:

Ao que não se pode ver e que integra o ser em sua matéria: agradeço ao divino, a todas as entidades de luz e à ancestralidade. Sem essa força espiritual, todo o meu esforço seria em vão.

De todo o meu coração, agradeço à minha mãe por segurar firme minha mão e me impulsionar a voar, lembrando que as mulheres de onde eu vim são grandes demais para viverem com os pés no chão.

Agradeço as amigas e os amigos fora do espaço institucional, que foram fundamentais para promoção de saúde mental e garantia de boas gargalhadas.

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Vini Rabassa da Silva, por caminhar junto comigo. Obrigada por tudo que me ensinou, pelas conversas, pelos conselhos, pela escuta sensível e, sobretudo, pelo olhar cuidadoso.

Às professoras integrantes da banca de qualificação e de defesa final desta dissertação, Profa. Dra. Cristine Jaques Ribeiro, Profa. Dra. Georgina Helena Xavier Lima e Profa. Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado, por gentilmente aceitarem o convite e contribuírem para o aprimoramento deste trabalho.

Agradeço os grupos: Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Política Social, Cidadania e Serviço Social e o Núcleo de Extensão, Ensino e Pesquisa Relações Étnico-Racial, os quais foram fundamentais para o aprendizado referente às questões teóricas e metodológicas, bem como às questões étnico-raciais, em especial a Profa. Dra. Carla da Silva Ávila.

Às mulheres trabalhadoras domésticas que aceitaram participar deste estudo, muito obrigada, vocês são minha inspiração!

Às professoras e professores do PPG em Política Social e Direitos Humanos que contribuíram nessa trajetória de formação.

Às minhas colegas e amigas que conquistei no processo de formação, pois elas foram indispensáveis para a trajetória acadêmica tornar-se mais leve.

E, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa, que me possibilitou realizar mais esta etapa de formação acadêmica.

*“Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande,  
pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos.”*

(Conceição Evaristo, 2020).

## RESUMO

A presente dissertação analisa a desigualdade social vivenciada por mulheres negras trabalhadoras domésticas na cidade de Pelotas/RS, partindo da seguinte pergunta: como as mulheres negras trabalhadoras domésticas na cidade de Pelotas/RS vivenciaram o período da pandemia da COVID-19? Ao longo dos capítulos, o trabalho doméstico é identificado e caracterizado como cuidado e, ainda, como herança do processo de escravização brasileira. Dessa maneira, é apresentada uma fundamentação teórica sobre as categorias: pandemia COVID-19, trabalho doméstico, interseccionalidade e mulher negra. Assim, realiza-se um estudo sobre raça, gênero e classe, demonstrando como foi cotidiano das mulheres que vivenciam a subordinação do trabalho doméstico, tornando-se, durante o período da pandemia da COVID-19, as principais vítimas de uma sociedade que já vinha colocando-as no nó da desigualdade. Dessa forma, foi realizada uma investigação e análise para desvelar consequências da pandemia no cotidiano dessas trabalhadoras, bem como identificar as discriminações, opressões, explorações e vivências. Pensou-se, também, trazer para o diálogo as manifestações de solidariedade experimentadas durante a pandemia, e evidenciar o efeito da interseccionalidade de classe, gênero e raça na vida de mulheres trabalhadoras domésticas negras. No que se refere à pesquisa, é eminentemente qualitativa, tendo como meio principal a história oral, obtida por meio de entrevistas com questões abertas e fechadas com cinco trabalhadoras domésticas, para descobrir as consequências da pandemia no seu cotidiano e identificar quais os enfrentamentos realizados durante a COVID-19, as quais foram analisadas pelo método crítico dialético. Dessa maneira, identificou-se que as mulheres negras trabalhadoras domésticas estão inseridas no mundo do trabalho de forma precoce e precarizada. Elas são atravessadas pelo mito da democracia racial, naturalizando discriminações pela cor da pele, e percebendo os efeitos decorrentes da exploração do trabalho. Isto é, para elas, a classe é categoria superior à raça nas determinações do cotidiano. E o contexto pandêmico agravou os custos e a penalidade sobre essas mulheres.

**Palavras-chave:** Mulheres negras. Trabalho doméstico remunerado. Pandemia COVID-19. Interseccionalidade.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the social inequality experienced by black women domestic workers in the city of Pelotas/RS, starting from the following question: how did black women domestic workers in the city of Pelotas/RS experience the period of the COVID-19 pandemic? Throughout the chapters, domestic work is identified and characterized as care and also as a legacy of the Brazilian enslavement process. In this way, a theoretical foundation is presented in the categories: COVID-19 pandemic, domestic work, intersectionality and black woman. Thus, a study is carried out on race, gender and class, demonstrating the daily life of women who experience the subordination of domestic work, becoming, during the period of the COVID-19 pandemic, the main victims of a society that has already had been putting them in the knot of inequality. In this way, an investigation and analysis was carried out to reveal the consequences of the pandemic in the daily lives of these workers, as well as to identify discrimination, oppression, exploitation and experiences. It was also intended to bring into dialogue the manifestations of solidarity experienced during the pandemic, and to highlight the effect of the intersectionality of class, gender and race in the lives of black women domestic workers. With regard to the research, it is eminently qualitative, having oral history as its main means, obtained through interviews with open and closed questions with five domestic workers, to discover the consequences of the pandemic in their daily lives and to identify which confrontations were carried out during to COVID-19, which were analyzed by the dialectical critical method. In this way, it was identified that black women domestic workers are inserted in the world of work in an early and precarious way. They are crossed by the myth of racial democracy, naturalizing discrimination based on skin color, and perceiving the effects resulting from the exploitation of workers. That is, for them, class is a superior category of race in everyday determinations. And the pandemic context aggravated the costs and the penalty on these women.

**Keywords:** Black women. Paid domestic work. COVID-19 pandemic. Intersectionality.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Raça/cor.....	59
<b>Gráfico 2:</b> Escolaridade .....	59
<b>Gráfico 3:</b> Média salarial.....	60
<b>Gráfico 4:</b> Trabalho doméstico realizado. ....	60
<b>Gráfico 5:</b> Vínculo com INSS (carteira assinada).....	61
<b>Gráfico 6:</b> Jornada de trabalho diária. ....	61
<b>Gráfico 7:</b> Meio de locomoção.....	62
<b>Gráfico 8:</b> Estado civil.....	62
<b>Gráfico 9:</b> Possui filhos.....	63
<b>Gráfico 10:</b> Número de pessoas residentes na mesma casa.....	64
<b>Gráfico 11:</b> Desemprego na pandemia. ....	64
<b>Gráfico 12:</b> Redução de salário na pandemia.....	65
<b>Gráfico 13:</b> Contágio com SARS-CoV-2.....	65
<b>Gráfico 14:</b> Obrigatoriedade do trabalho durante a pandemia. ....	66

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNC	= Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CPI	= Comissão parlamentar de inquérito
ESPM	= Escola Superior de Propaganda e Marketing
EUA	= Estados Unidos da América
FGTS	= Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	= Fundação Getúlio Vargas
H1N1	= Gripe suína
IBGE	= Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	= Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	= Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	= Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA
LGBTQIAPN+	= lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/transgêneros/travestis, queer, intersexuais, assexuais, entre outros.
NUMA	= Núcleo de Marketing e Consumer Insights
OIT	= Organização Internacional do Trabalho
ONU	= Organização das Nações Unidas
OPAS	= Organização Pan-Americana da Saúde
PEC	= Proposta de Emenda à Constituição
PENSSAN	= Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania
PNAD	= Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	= Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SNT	= Sistema Nacional de Transplantes
SUAS	= Sistema Único de Assistência Social
SUS	= Sistema Único de Saúde
UPA	= Unidade de Pronto Atendimento
USP	= Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 A PANDEMIA E AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS .....</b>	<b>15</b>
2.1 PANDEMIA DA COVID-19 .....	15
2.2 CONTEXTUALIZANDO O TRABALHO DOMÉSTICO .....	20
2.3 INTERSECCIONALIDADE: UMA CATEGORIA NECESSÁRIA PARA A ANÁLISE DA DESIGUALDADE SOCIAL.....	31
2.4 MULHERES NEGRAS E AS DETERMINAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA .....	36
<b>3 MULHERES NEGRAS NO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NA CIDADE DE PELOTAS/RS NO CONTEXTO DE PANDEMIA COMO TEMA DE PESQUISA .....</b>	<b>43</b>
3.1 APRESENTAÇÃO GERAL DA PESQUISA .....	43
3.2 PROBLEMATIZAÇÃO .....	49
3.3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO .....	56
<b>4 MULHERES NEGRAS COMO TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA CIDADE DE PELOTAS/RS NO CONTEXTO DE PANDEMIA: DESCOBRINDO VIVÊNCIAS E DETERMINAÇÕES .....</b>	<b>58</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS .....	58
4.2 TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS: O COTIDIANO DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO .....	67
4.3 TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS: AS CONSEQUÊNCIAS QUE A PANDEMIA TROUXE PARA A VIDA FAMILIAR E SOCIAL .....	70
4.4 TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS: MANIFESTAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO, CONSTRANGIMENTO OU VIOLÊNCIA .....	73
4.5 TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS: OS GESTOS DE SOLIDARIEDADE DURANTE A PANDEMIA .....	74
4.6 TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS: UMA POSSÍVEL CONSCIÊNCIA DOS ATRAVESSAMENTOS DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO .....	76
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>80</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo trazer para o debate como a interseccionalidade de raça, gênero e classe se manifestou no cotidiano de mulheres negras trabalhadoras domésticas, durante o período da pandemia da COVID-19. Assim, os dados coletados referente ao enfrentamento realizado por mulheres negras se confundem com as histórias, as quais também me pertencem. Ou seja, o que está querendo ser dito é que o trabalho doméstico perpassa a vida da maioria das mulheres negras brasileiras, dessa maneira, eu, mulher preta, não sou diferente. Logo, apresento para esta dissertação mulheres das quais sou descendente e para as quais o trabalho doméstico constitui-se como a principal fonte de ocupação.

Como escreve Conceição Evaristo em *Olhos D'Água* (2016), as mulheres da minha família sempre costuraram a vida com fios de ferro. Aos 13 anos de idade, minha mãe, por exemplo, natural de São Lourenço do Sul, junto com minha tia, vieram para Pelotas para realizar trabalho doméstico, ocupação que realizam até hoje. Desse modo, minha criação foi vendo essas mulheres sendo os sujeitos que executam o trabalho doméstico terceirizado. Assim, por um bom tempo era reconhecida como a filha da Leila, a menina que ela não tinha com quem deixar, logo, era corriqueiro eu lavar e/ou secar a louça para ajudar a minha mãe nas tarefas, e, assim, chegarmos mais cedo em casa. Também, ainda lembro das orientações da minha mãe sobre como me comportar, ou, então, instruções de como lavar e secar uma louça.

Apesar dos impasses, meus estudos sempre foram prioridade lá em casa, e assim foi surgindo a possibilidade de abrir caminhos fora do trabalho doméstico. Logo, aos trancos e barrancos, estou seguindo os meus estudos, sofrendo cotidianamente com os efeitos do racismo e ultrapassando as estatísticas normalizadoras. Dessa maneira, ser um ponto fora da régua não é motivo de orgulho, e sim de tristeza por saber que nem todos da cor da minha pele tem a mesma oportunidade, em um país onde a cada 23 minutos um jovem é morto pelas mãos do próprio Estado.

Sabe-se que na sociedade capitalista com tradições escravocratas há grandes impasses em romper com a lógica de continuidade geracional de mulheres negras nesta atividade, marcada por extrema exploração e desigualdade, assim, as poucas possibilidades de não seguir a hereditariedade deste trabalho é através do campo educacional.

As consequências das poucas transformações que ocorreram no trabalho doméstico e de cuidados exercidos de forma remunerada na sociedade brasileira é porque há lacunas de ações e de políticas de cuidados, ou seja, a ausência do Estado. Conforme escreve Pinheiro, Tokarski

e Vasconcelos (2021, p. 08), o trabalho doméstico não se distancia de três características de nossa sociedade:

i) as heranças escravocratas de um passado muito recente no qual cabia à população negra o lugar da servidão, e às mulheres negras também a servidão no espaço da casa, ainda que não somente; ii) nossa formação enquanto uma sociedade tradicionalmente patriarcal; e iii) a expressiva desigualdade de renda que permite que trabalhadores assalariados contratem e remunerem com seus salários outros trabalhadores.

As mazelas do sexismo, da escravidão e do racismo ainda estão presentes na sociedade brasileira, pois são desigualdades estruturais históricas, que se caracterizam como desvantagens que vem sendo acumuladas em gerações. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), “93% das crianças e dos adolescentes envolvidos em trabalho doméstico no Brasil são meninas negras” (CEERT, 2014, n. p.). Logo, observa-se que meninas negras, ainda hoje, são conduzidas a repetir um padrão que tem base no sistema escravocrata, cedo começam a trabalhar como faxineiras nas casas de terceiros. Além disso, são meninas que realizam o serviço de faxineiras ou babás nas novas definições da casa grande, o que conseqüentemente influencia na evasão escolar e as tornam vulneráveis às formas modernas de escravidão doméstica.

Assim, ao falar sobre trabalho, sabe-se que na sociedade capitalista o trabalhador/a é explorado e manipulado e o salário é um dos principais mecanismos de alienação, pois faz o sujeito acreditar que está sendo pago pelo trabalho que realiza. Dessa maneira, o trabalhador/a vende sua força de trabalho em troca de remuneração, mas essa condição não brotou de forma natural aos homens/mulheres e nem veio de alguma força divina, pois o serviço constitui-se em “quanto desse trabalho você tem que fazer e quanto desse dinheiro você pode receber” (FEDERICI, 2019, p. 42).

O trabalho estabelece hierarquias e clivagens não somente entre os gêneros, mas também entre as mulheres. Dessa maneira, as mulheres pretas e periféricas são a maioria que sofre com a sobrecarga do trabalho doméstico, herança deixada pela escravidão (LOPES, 2021). Em uma perspectiva histórica, a marca do trabalho doméstico no Brasil é associada com a questão de livrar as senhoras brancas do cuidado de suas próprias casas e de suas famílias, onde conseqüentemente são as mucamas, mulheres pretas, que ficam com a incumbência de realizar o serviço de cozinha, da limpeza da casa, criação dos filhos e a satisfação sexual dos senhores (NOGUEIRA, 2017). Logo, a terceirização do trabalho doméstico no Brasil, com suas raízes estabelecidas na época da escravização, cria sua marca com cor/raça, gênero e classe.

Na atualidade, ainda são observadas as perversidades do colonialismo, pois constata-se que as trabalhadoras domésticas ainda carregam o fardo da “desvalorização do trabalho manual

[...] diretamente relacionada a quem, no princípio da sociedade colonial brasileira, praticava este trabalho, ‘trabalho de preto’, ‘trabalho de escravo’” (NOGUEIRA, 2017, p. 49). Outra perversidade em destaque é que nas sociedades capitalistas só é considerado trabalho aquilo que gera lucro, que há produção de mais valia. Desse modo, o trabalho relacionado ao cuidar, limpar, cozinhar e alimentar não é valorizado socialmente e nem reconhecido na organização social (ÀVILA, 2010).

A desvalorização do trabalho doméstico também ocorre pelo fato de sua não relevância no tempo, ou seja, acredita-se na ideia de que tudo que é produzido, logo desaparece. Assim, o serviço de uma trabalhadora, que é lavar a louça, limpar o chão, arrumar a cama etc., é um processo que some rapidamente com o tempo, requerendo repetição. Compreende-se que esse mesmo processo se extingue quando a família come algum alimento e suja a louça, chega da rua e suja o chão, ou, então, quando acorda e a cama está novamente desarrumada. Portanto, como naturalmente o resultado produzido pelo trabalho vai exigir que ele seja realizado novamente, essa naturalização do seu produto como meramente temporário faz com que seja desvalorizado, isto é, mereça uma menor recompensa comparada aos demais tipos de trabalho (CORONEL, 2010).

Por essas razões, faz parte da cultura brasileira o modo de como o trabalho doméstico é conduzido e desvalorizado. Como analisa Chauí (2003, p. 11), o “autoritarismo estrutura a sociedade brasileira na qual vigora a violência sob formas invisíveis e impalpáveis, indo do machismo ao racismo, do preconceito de classe aos preconceitos sexuais, naturalizando exclusões e desigualdades [...]”. E a produção dessa violência estrutural, quando acontece pelo cruzamento de vários desses atravessamentos, se manifestará de forma mais violenta.

Na perspectiva de raça, classe e gênero, segundo o imaginário social da elite, as mulheres negras nasceram para servir, “segundo o estereótipo de mãe-preta, de mulher abnegada, que amamenta e supre as necessidades de cuidado de todos que assim precisam dela, principalmente os mais poderosos” (NOGUEIRA, 2017, p. 52). Não obstante, é comum também ver mulheres negras ocupando espaços intelectuais e realizando trabalho de servidão, como coloca bell hooks (1995, p. 470): “a insistência cultural em que as negras sejam encaradas como empregadas domésticas independentemente de nosso status no trabalho ou carreira”. Em suma, há uma naturalização em designar a mulher preta para servir, isso ocorre principalmente nos países que sofreram com o processo de escravidão (NOGUEIRA, 2017).

Dessa maneira, deve-se considerar que as mulheres negras sofrem com os atravessamentos de raça, classe e gênero, o que as colocam no nó das desigualdades. Assim, somado o processo de crise sanitária, a subalternização da mulher negra trabalhadora doméstica

acirra-se ainda mais, pois são elas, as trabalhadoras domésticas, que tornam possível a articulação trabalho e família em muitos lares brasileiros, realizando dupla jornada de serviço: no âmbito privado e na esfera remunerada (VALERIANO; TOSTA, 2022). E são elas que durante a pandemia muitas vezes foram expostas ao vírus, por medo de obedecer a orientação do isolamento social e perder o emprego, e que trabalharam ocultas no âmbito doméstico privado sem a devida proteção, para proteger patrões, garantindo a limpeza adequada de suas casas ou a permanência de crianças e adolescentes na segurança domiciliar, enquanto os pais e mães trabalhavam.

Assim, é sobre essas mulheres em um contexto pandêmico que me aguçou o interesse em pesquisar. Após a introdução, a dissertação está organizada em três capítulos. No capítulo dois, intitulado A PANDEMIA E AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS, é apresentada uma revisão de literatura que abrange a discussão referente à pandemia da COVID-19, contextualizando a forma como ocorreu o processo pandêmico na sociedade brasileira, bem como trazendo a reflexão de quais foram os sujeitos mais afetados pela crise sanitária. Após, foi dialogado sobre o trabalho doméstico e seus velhos e novos dilemas, onde discute-se sobre a herança do processo de escravização. Logo após, a argumentação foi relacionada à categoria interseccionalidade, onde observa-se os atravessamentos de raça, classe e gênero. E, por último, a discussão está voltada especificamente para as mulheres negras.

Já o terceiro capítulo, intitulado como MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA CIDADE DE PELOTAS/RS NO CONTEXTO PANDÊMICO COMO TEMA DE PESQUISA, traz a apresentação geral da pesquisa, a problematização do tema e o delineamento da pesquisa, descrevendo como foi aplicada e como foram analisados os dados obtidos.

E no último capítulo, intitulado MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA CIDADE DE PELOTAS/RS NO CONTEXTO PANDÊMICO: ANÁLISE DOS RESULTADOS, são apresentados os resultados da pesquisa empírica com as mulheres negras trabalhadoras domésticas. Aqui são usados trechos das falas das trabalhadoras, garantindo a sua real manifestação. A análise das respostas revelou que as mulheres negras trabalhadoras domésticas ainda sofrem com o processo de escravização e ocupam a base da pirâmide social, devido ao salário-mínimo que recebem. Entretanto, esses atravessamentos não ocorrem de forma igualitária e uniforme, pois mesmo que seja comum a questão da raça, classe e gênero, foi possível identificar as especificidades de cada trabalhadora doméstica, bem como perceber que para elas a discriminação decorrente do tipo de trabalho que realizam foi mais significativa no seu cotidiano, durante a pandemia, do que aquelas sofridas devido à raça.

## 2 A PANDEMIA E AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS

Este capítulo apresenta uma revisão de literatura, a qual está estruturada em tópicos, a fim de dar conta da complexidade do tema e sua contextualização teórica. Inicialmente, aborda-se a categoria pandemia da COVID-19, entendendo sua posição de destaque na proposta do estudo. Em seguida, a revisão enfoca na contextualização do trabalho doméstico. O próximo item se refere à interseccionalidade, onde são apresentados conteúdos relacionados aos atravessamentos de raça, classe e gênero. E, por último, aborda-se de forma específica a categoria mulher negra.

### 2.1 PANDEMIA DA COVID-19

Quando se dialoga sobre pandemia de um modo geral, evidencia-se que as modificações vão para além dos aspectos saúde e doença, pois há mudanças nos hábitos da população a nível mundial, que afetam as questões no âmbito da economia, social, político, cultural, entre outros segmentos (POLICARPO; ALVES, 2021). Assim, segundo Gustavo Corrêa *et al.* (2021, p. 15):

Pandemia é um termo que designa uma tendência epidemiológica. Indica que muitos surtos estão acontecendo ao mesmo tempo e espalhados por toda parte. Mas tais surtos não são iguais. Cada um deles pode ter intensidades, qualidades e formas de agravo muito distintas e estabelece relações com as condições socioeconômicas, culturais, ambientais, coletivas ou mesmo individuais. Uma pandemia pode até mesmo se tornar evento em escala global. É o caso da Covid-19. Levou menos de três meses para que, no início de 2020, mais de 210 países e territórios confirmassem contaminações com o novo coronavírus, casos da doença e mortes. A escala global, no entanto, não significa que se trate de um fenômeno universal e homogêneo. É possível estabelecer padrões, identificar seu patógeno, compreender a sua mecânica biológica e sua transmissibilidade. Mas um vírus sozinho não faz pandemia, tampouco explica o processo saúde e doença presente em diferentes contextos.

O SARS-CoV-2 não prejudicou a população só no âmbito da saúde, mas também na área da economia. A maioria dos países tiveram um intenso agravo, incluindo o Brasil. Os primeiros países a encontrar a resposta à crise foram os mais desenvolvidos. Logo, esses tiveram as melhores chances de diminuir a contaminação do novo vírus, sendo elas, no primeiro momento, o benefício na compra de equipamentos médico-hospitalares e, após, a compra de vacinas (POLICARPO; ALVES, 2021).

As primeiras medidas de enfrentamento ao vírus foram fundamentais no desenvolvimento da pandemia. Entretanto, tais medidas não foram realizadas no Brasil.

A ausência de um posicionamento firme e políticas públicas para conter o avanço da doença se evidencia como um grande fator para explicar a posição que o país ocupa.

Devido ao grande risco e ao possível colapso que poderia acontecer no sistema de saúde, os governos estaduais foram obrigados a tomarem suas decisões individualmente, pois em um primeiro momento não houve um plano de governo nacional que abrangesse todo o Brasil, isso acarretou em problemas para efetuar o controle do novo vírus, além da oposição do presidente Jair Bolsonaro que se destaca como grande impulsionadora de um discurso problemático frente a situação enfrentada, sem falar das desigualdades sociais que o país já enfrentava, dando maior possibilidade para alcançarmos a posição de o epicentro da doença. (POLICARPO; ALVES, 2021, p. 116).

Outra questão importante é que a atual pandemia já vem de uma crise financeira permanente que é o neoliberalismo, que está sendo vivenciado há quarenta anos e utilizado para justificar os cortes nas políticas sociais. Assim, conforme Boaventura de Souza Santos (2020) aborda, alguns países estavam melhor preparados com políticas sociais para enfrentar a pandemia há dez ou vinte anos do que estão hoje:

A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980— à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro—, o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anómala. Por um lado, a ideia de crise permanente é um oximoro, já que, no sentido etimológico, a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas. Por outro lado, quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos factores que a provocam. Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica tudo o resto. Por exemplo, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários. E assim obsta a que se pergunte pelas verdadeiras causas da crise. O objectivo da crise permanente é não ser resolvida. Mas qual é o objectivo deste objectivo? Basicamente, são dois: legitimar a escandalosa concentração de riqueza e boicotar medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica. Assim temos vivido nos últimos quarenta anos. Por isso, a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita. Daí a sua específica periculosidade. Em muitos países, os serviços públicos de saúde estavam mais bem preparados para enfrentar a pandemia há dez ou vinte anos do que estão hoje. (SANTOS, 2020, p. 5).

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é um exemplo concreto de tal fato:

Em 2005 o INSS instituiu um sistema de agendamento por canais remotos (internet e telefone 135) para requerimento de benefícios e serviços. Por este modelo, os segurados/usuários passaram a ser orientados sobre a obrigatoriedade de agendar previamente seus atendimentos, comparecendo às unidades do INSS munidos de formulários e da documentação na data marcada. Esta medida que substituiu a fila presencial por meses de espera em uma fila virtual, já trouxe vários obstáculos aos cidadãos [...]. Com a alteração do modelo de atendimento e adoção de inovações tecnológicas, já traziam incontáveis barreiras ao acesso da população brasileira aos direitos previdenciários e ao Benefício de Prestação Continuada – BPC. A Portaria SEPRT n. 23046, de 202011 [...]. Para este extrato populacional, o acesso à internet e tecnologias de informação se dá de forma precária ou não é uma realidade. Dados do IBGE mostram que no Brasil, a exclusão digital atinge cerca de 45,9 milhões de pessoas. Muitos segurados e requerentes não dispõem de computador ou telefone celular ou possuem aparelho incompatível com a instalação de aplicativos, sem acesso à internet ou com internet de baixa velocidade. (JESUS; CAMPOS, 2021, p. 87).

Outro exemplo é o Sistema Único de Assistência Social, onde o processo de aniquilação é tão severo, que faz com que o programa não cumpra com a sua função de proteção social.

Desde 2016 o SUAS vive um processo de dilapidação e notável encolhimento, que não condiz com sua grandeza em existir como sistema público de proteção social que alcança milhões de brasileiros. Duas advertências se intercalam nas diversas análises sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo: a primeira referência, trata dos cortes orçamentários sem precedentes, iniciados a partir da ruptura democrática de 2016, e a funesta sequência de ações governamentais que achataram, sob diversos argumentos implausíveis, à revelia da realidade excruciante dos(as) usuários(as) e a serviço dos interesses do capital, bancos e empresariado, o já parco quinhão orçamentário do campo da Assistência Social; a segunda referência trata do gradativo rebaixamento, no caso da Assistência Social, no projeto da atual gestão do governo federal – perdendo não só a distinção (e o reconhecimento) – como uma das bases do sistema público de seguridade social, mas a condição institucional de organizar serviços, programas, projetos e benefícios a partir dos enunciados da Política Nacional de Assistência Social (2004) e a regulação decorrente. (TABAJÓS *et al.*, 2021, p. 11).

No que se refere à quarentena, Boaventura de Souza Santos dialoga sobre o isolamento social nos grupos que nomina de Sul, logo, o Sul não designa um espaço geográfico, mas um espaço-tempo político, social e cultural. É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual. Nas palavras do autor referente as mulheres na quarentena:

A quarentena será particularmente difícil para as mulheres e, nalguns casos, pode mesmo ser perigosa. As mulheres são consideradas «as cuidadoras do mundo», dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias. Dominam em profissões como enfermagem ou assistência social, que estarão na linha da frente da prestação de cuidados a doentes e idosos dentro e fora das instituições. Não se podem defender com uma quarentena para poderem garantir a quarentena de outros. São elas também que continuam a ter a seu cargo, exclusiva ou maioritariamente, o cuidado das famílias. Poderia imaginar-se que, havendo mais braços em casa durante a quarentena, as tarefas poderiam ser mais distribuídas. Suspeito que assim não será em face do machismo que impera e quiçá se reforça em momentos de crise e de confinamento familiar. Com as crianças e outros familiares em casa durante 24 horas, o stress será maior e certamente recairá mais nas mulheres. O aumento do número de divórcios em algumas cidades chinesas durante a quarentena pode ser um indicador do que acabo de dizer. Por outro lado, é sabido que a violência contra as mulheres tende a aumentar em tempos de guerra e de crise – e tem vindo a aumentar agora. Uma boa parte dessa violência ocorre no espaço doméstico. O confinamento das famílias em espaços exíguos e sem saída pode oferecer mais oportunidades para o exercício da violência contra as mulheres. O jornal francês *Le Figaro* noticiava em 26 de Março, com base em informações do Ministério do Interior, que as violências conjugais tinham aumentado 36% em Paris na semana anterior. (SANTOS, 2020, p. 16).

Além disso, Ricardo Antunes (2020), no seu livro *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*, dialoga sobre o aumento da precarização do trabalho no período pandêmico, pois o constante desemprego (que já estava ocorrendo) fez com que o trabalhador buscasse novas modalidades de trabalho, como, por exemplo, o trabalho digital. Nas palavras do sociólogo:

Só para dar alguns exemplos, antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019. No mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores/as experimentava as condições de uberização do trabalho, propiciadas por aplicativos e plataformas digitais, o que até recentemente era saudado como parte do "maravilhoso" mundo do trabalho digital, com suas "novas modalidades" de trabalho on-line que felicitava os novos "empreendedores". (ANTUNES, 2020, p. 07).

Assim, a desigualdade social também esteve presente na hora de realizar o isolamento social, principalmente quando observamos aquelas pessoas que só recebem salário ao executar algum trabalho, como acontece com as mulheres trabalhadoras domésticas diaristas. Logo, o vírus teve um sério caráter discriminatório para aqueles que dependem do trabalho para sobreviver. Além da questão do emprego em si, ao contrário da classe burguesa, a classe trabalhadora não tem seus instrumentos de defesa, como recursos hospitalares privilegiados e boas condições de habitação (ANTUNES, 2020).

No Brasil, historicamente, as populações mais afetadas pelas epidemias e pandemias foram as mais vulneráveis econômica e socialmente, como afirma Guimarães (2020, p. 103):

Se no Brasil do século XIX as principais vítimas das epidemias e pandemias foram os escravizados e os pobres das cidades e do campo, hoje, os mais vulneráveis à pandemia do Covid-19 são os seus herdeiros históricos: os favelados, os presidiários e a população em situação de rua.

Desse modo, a violência contra as pessoas negras não deixou de estar presente na pandemia, a morte não foi só pelo vírus, ocorreu pela mão do próprio Estado. Conforme expõe Silva (2021, p. 11):

Mortes tão brutais como aquelas causadas pelo novo coronavírus decorrentes da falta de recursos para internação e de equipamentos de proteção individual para os profissionais de saúde dos hospitais localizados nas regiões pobres do país. Foram mortes de criança em dia de festa de aniversário e de criança que ficou sob os cuidados da patroa para que sua mãe levasse os cachorros dessa mulher para passear na área externa do apartamento. Há casos ainda mais graves, como uma criança que não teve seu direito de ser segurada no colo de quem já a amava em função de uma operação policial em uma favela do Rio de Janeiro; morreu ainda no útero de sua mãe por uma bala perdida. Houve também a morte de uma idosa negra que viu todo o constrangimento, vergonha e ódio pelo seu marido que foi injustamente considerado culpado pelo roubo de um celular dentro de um hospital.

Quando se refere à população negra, que está na base da pirâmide social, é importante destacar que o primeiro caso de morte por COVID-19 na cidade do Rio de Janeiro foi ilustrado de maneira trágica pela situação da classe trabalhadora brasileira. No caso, foi a empregada doméstica negra que trabalhava no Alto Leblon (bairro da zona sul da cidade, que tem o metro quadrado mais valorizado do país), que foi infectada pelo vírus da COVID-19 através da patroa que chegou da Itália. Segundo informações dos familiares da vítima, a patroa estava aguardando o resultado do exame da COVID-19 quando a funcionária chegou ao trabalho no domingo, e na

segunda-feira já apresentou os primeiros sintomas do vírus e no dia seguinte foi a óbito (LARA, 2021).

A vítima de 63 anos não era aposentada e tinha como comorbidades: obesidade, diabetes e hipertensão. Morava com outras sete pessoas, sendo compelida a trabalhar para auxiliar no sustento da casa. Assim, para poder garantir a sobrevivência sua e dos seus familiares, percorria 120 quilômetros até a casa da patroa, inclusive em tempos pandêmicos, onde um dos protocolos é o isolamento social (LARA, 2021).

Os reflexos também são encontrados nos profissionais da saúde. Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) identificou que a pandemia decorrente do coronavírus afetou mais as mulheres negras profissionais da área da saúde (LOTTA *et al.*, 2021). De acordo com o estudo, as profissionais da saúde negras possuem: 1. saúde mental mais abalada; 2. menor sensação de preparo para trabalhar na pandemia; 3. maiores casos de assédio moral; e 4. mais medo de contrair o vírus. O percentual de profissionais da saúde que têm medo de contrair o vírus da COVID-19 é maior entre as mulheres negras, sendo 84,2 %, já para as mulheres brancas o valor é de 80,3%, homens brancos 69,7% e homens negros 73,2% (LOTTA *et al.*, 2021). Sobre recebimento de treinamento para o trabalho na pandemia, o percentual é menor entre as mulheres negras, com 44%, mulheres brancas correspondem a 50,8%, homens brancos 58,7% e homens negros 52,6%. No que diz respeito ao sofrimento de assédio, as mulheres negras são maioria, registrando 38%, mulheres brancas 34%, homens brancos 25% e homens negros 32% (LOTTA *et al.*, 2021).

Em uma sociedade capitalista, com tradição escravocrata,

Casos das mulheres negras e de baixa renda, posto que, são elas que têm menos acesso à saúde pública e as que mais possuem problemas cardíacos e respiratórios. Além disso, também são elas que estão na linha de frente da saúde: sendo elas a grande maioria a ocupar o cargo de técnica de enfermagem. Dessa forma, elas se encarregam dos cuidados dos pacientes e até mesmo dos médicos, fazendo então o mesmo papel em casa e nos hospitais. Com isso, ficam mais vulneráveis, pois, muitas delas trabalham sem os equipamentos de proteção necessários e em geral sobrecarregadas com o trabalho de casa. Embora os desafios sejam em nível global, ocorre um desdobramento maior na população vulnerável visto que os problemas, anteriores à pandemia, recorrentes no cotidiano dos mesmo não desapareceram, pelo contrário, agravaram-se mais. (POLICARPO; ALVES, 2021, p. 121-122).

Outro dado triste se refere aos registros de morte relacionados à COVID-19. Assim, observa-se que os profissionais da área da saúde não têm como prioridade preencher os dados referentes à categoria raça/cor. Dessa maneira, destaca-se:

Até 8 de maio 2020, dentre as 9.847 mortes registradas, 35% foram declaradas de pessoas pretas ou pardas, 34% foram declaradas brancas e 29% não tiveram os dados de raça/cor registrados. Um mês antes, os dados correspondiam respectivamente a

22%, 40% e 36%. Este é um exemplo de muitos registros da subnotificação que acompanham os dados da pandemia, prejudicando a melhor visualização da situação da população negra (SARDINHA; BOTELHO; CARVALHO, 2020 *apud* SANTOS; PEDRO, 2020, p. 7).

Assim, observa-se que não preencher de forma correta as categorias de raça/cor está invisibilizando a população negra, é como se essas pessoas não existissem, pois sabe-se que o padrão é branco. Logo, fica impossibilitada a análise sobre quais são os atravessamentos raciais que tiveram os 29% que não tiveram sua raça/cor declarada.

Essa negação da identificação da raça/cor em protocolos de políticas públicas pode colaborar para a inexistência de políticas específicas para pessoas específicas. E em relação à ausência de políticas públicas que contemplem a diversidade racial, tendo em vista a garantia da equidade, é possível associar o que Mbembe (2016) denomina como necropolítica, isto é, um efeito do colonialismo e da escravidão nos países periféricos, que através da ação política contemporânea tem o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Desse modo, a população negra no Brasil são os sujeitos “matáveis”, conforme descrito pelo autor.

Assim, o contexto nos ensina (ou re-ensina) que a vulnerabilidade não é democrática e que as chances de exposição, em tese, de todas as pessoas ao vírus produzem diferentes impactos nos modos de nascer, viver e morrer dos sujeitos. Se sabemos que não somos todas, todos e todes igualmente afetados pela pandemia, não deveria ser possível pensar a produção de respostas públicas e estratégicas no Brasil que não considerem os processos de diferenciação internos dos diversos grupos populacionais. Em outras palavras, significa dizer que respostas e estratégias sociais devem ser estruturadas a partir dos marcadores sociais de diferença, entre eles gênero, raça, classe, sexualidade, escolaridade, território, deficiência, geração, entre outros. (MARTINS, 2021, p. 62).

Logo, é relevante sinalizar que as estratégias de respostas à crise não devem ser exclusivamente para a crise sanitária, mas também às crises humanitária, econômica, do capital, social, civilizatória, ambiental e, no que se refere especificamente ao Brasil, política, democrática e igualitária (MARTINS, 2021).

## 2.2 CONTEXTUALIZANDO O TRABALHO DOMÉSTICO

O que hoje é denominado como trabalho trata-se de uma das invenções da modernidade. Segundo Gorz (2003, p. 21), a “característica mais importante desse trabalho é ser uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada”. Assim, o trabalho constitui-se uma das fontes da riqueza, não para o trabalhador alienado que a produz, mas para os donos dos meios de produção.

Conforme o sociólogo Ricardo Antunes, bilhões de pessoas dependem exclusivamente da venda da sua força de trabalho para sobreviver. Desse modo, são sujeitos que estão inseridos em condições instáveis e precárias de trabalho, pois a estrutura capitalista explora, aliena e infelicitiza o ser social (ANTUNES, 2015).

Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego [...]. Aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, "flexível", depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando. (ANTUNES, 2018, p. 25).

Em uma segunda análise, partindo de uma perspectiva sócio-histórica, segundo Abdias Nascimento, um dos maiores intelectuais brasileiros, o papel do negro escravo foi fundamental para o começo da história econômica do Brasil, pois sem o escravizado a estrutura econômica do país não teria se constituído:

O ponto de partida nos assinala a chamada “descoberta” do Brasil pelos portugueses, em 1500. A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão. Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes. (NASCIMENTO, 2016, p. 42).

Com objetivo de edificar o país, a construção foi através da relação física e espiritual dos filhos de três continentes. Assim, encontraram-se: indígenas que aqui habitavam, portugueses colonizadores e africanos escravizados. Observa-se que cada um tinha sua característica própria, sua identidade, sua civilização e cultura. No que se refere especificamente ao africano escravizado, foi quem plantou e colheu a riqueza para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. “O africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se autodegradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal” (NASCIMENTO, 2016, p. 42) e nem do trabalho doméstico. Desse modo, quando se discorre acerca da escravidão e das relações de gênero na história no Brasil, requer considerar que as mulheres eram trazidas do continente africano também para trabalhar na casa dos senhores (TEIXEIRA, 2021).

Apesar de minoritárias no tráfico africano e nas grandes fazendas, mulheres africanas e crioulas atuaram no interior das casas-grandes e sobrados urbanos desde a implantação da escravidão nas Américas. Os esforços necessários à subsistência - limpeza da casa, lavagem de roupas, provimento de água, artesanato doméstico,

processamento de alimentos - destacaram-se como o principal modo de inserção das mulheres escravas. (TELLES, 2019, p. 101).

Ainda que escravizadas, é no período Colonial que acontecem as primeiras identificações das trabalhadoras domésticas. Segundo Lorena Telles (2019), as escravizadas domésticas realizavam os serviços mais íntimos nos sobrados senhoriais, também conviviam com algumas concessões de privilégio (ainda que seja quase impossível para um escravizado), como, por exemplo: melhor alimentação, fornecimento de vestuário e a possibilidade da alforria. Entretanto, por vezes tinham que lidar com as humilhações, caprichos e ataques violentos das senhoras e senhores donos de engenho, bem como a exploração sexual, principalmente quando jovens.

Além disso, havia as ama-de-leite<sup>1</sup>, escravizadas que amamentavam os filhos dos senhores. Assim, quando um bebê branco nascesse, uma mãe escravizada adentraria a sede da fazenda, afastando-se de sua família e, conseqüentemente, tendo a sua maternidade restringida. Contudo, ainda se romantiza o direito negado à maternidade para escravizadas e existem inúmeros retratos e quadros de escravizadas amamentando os bebês brancos no período Colonial. Sonia Roncador (2008, p. 130) descreve o mito literário da mãe preta:

Trata-se da história de uma ama-de-leite escrava a quem foi negada a convivência com o próprio filho recém-nascido. Ao invés de ódio e revolta, seu coração, porém, “era acessível ao carinho”, era dado aos sentimentos de lealdade, resignação, subserviência, e ao amor maternal. Quando em contato com a criança branca, que lhe fora entregue para amamentar, “o vagido da recém-nascida lhe tocou a alma”, e a negra passou então a adorá-la tal qual um filho nascido de suas entranhas: “esquecendo-se do mal que lhe faziam pelo bem que ia prestar, tomou a criancinha, chegou-a ao seio e a amamentou devotamente”.

Para o bebê branco havia a monopolização da atenção e o suprimento de leite, já os bebês negros eram entregues aos cuidados de outra escravizada. Logo, havia a impossibilidade do cuidado desejado ao seu filho, como também a distância de sua comunidade (TELLES, 2019). Desse modo, a situação vivenciada gerava revolta nas amas de leite, o que desmistifica o mito da mãe preta pacífica e benevolente:

A farta documentação médica, enfim, referiu-se a essas mulheres como amas de péssima qualidade: mulheres tristes, coléricas, embriagadas e negligentes, que dirigiram aos bebês brancos o peso de sua raiva, de sua dor e da sua impotência: recusando-lhes o seio, demorando para trocar suas fraldas, ignorando os choros, desferindo beliscões, sacudindo-os com violência, untando o bico do peito com pimenta, embriagando-os com cachaça. (TELLES, 2019, p. 107).

---

<sup>1</sup> “As mulheres brancas das elites delegaram o aleitamento de seus bebês a suas cativas, prática comum a todas as sociedades escravistas do Atlântico. A crença na fragilidade das mães brancas e de seu leite, considerado fraco em oposição ao mito da robustez e da abundância de leite entre as mulheres negras e africanas, concorreu para a adoção da prática que se tornou disseminada nas fazendas e centros urbanos da Colônia e do Império” (TELLES 2019, p. 130).

Faz-se relevante o que Beatriz Nascimento (2018) descreve sobre a hierarquia constituída na sociedade colonial, onde havia o senhor das terras, que concentrava o poder econômico e político, e na base encontrava-se os escravizados, que eram a força de trabalho efetiva. Assim, conseqüentemente, a ordem social refletia de maneira extrema sobre a mulher negra, que ainda constituía a base da pirâmide social. Entretanto, destaca-se que devido aos aspectos paternalistas e patriarcais, as mulheres brancas eram o contrário de tudo que as negras representavam. Como bem explica Nascimento (2018, p. 81):

Contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra, pode ser considerada como uma mulher essencialmente produtora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, como tendo um papel ativo. Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. Por outro lado, além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher, e, portanto, mãe em potencial de novos escravos, dava-lhe a função de reprodutora de nova mercadoria, para o mercado de mão de obra interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negroiro.

Além disso, Ângela Davis (2016) também escreve que, além do trabalho forçado, as escravizadas eram garantia de ampliação da força de trabalho – através da reprodução. Logo, o seu valor estava na capacidade de multiplicar, sendo que algumas conseguiam ter dez a quatorze filhos, sendo cobiçadas como um tesouro. Entretanto, no campo do trabalho na sociedade escravagista, as mulheres negras eram desprovidas de gênero, já que por vezes realizavam o serviço igual ao dos homens, embora a punição fosse diferente. Os homens eram punidos com açoitamento e mutilações, já as mulheres eram açoitadas, mutiladas e estupradas, o que consistia no controle do feitor sobre a condição da trabalhadora (DAVIS, 2016).

Ainda na contemporaneidade repercute na sociedade brasileira a imagem da mulher negra e da trabalhadora doméstica relacionada ao cunho sexual. A hipersexualização das mulheres negras trabalhadoras domésticas faz parte da manifestação do racismo aqui estruturado (TEIXEIRA, 2021). Além disso, somado ao patriarcalismo, essas trabalhadoras são construídas como personagens presentes no imaginário sexual e sensual de homens desde a infância ou adolescência, e, no entanto, costumeiramente, isso é negado por fazer parte de fetichizações presentes no imaginário social, soando como brincadeira (TEIXEIRA *et al.*, 2014).

Observa-se que essas manifestações sociais fazem parte das imagens de controle, conceito cunhado por Patricia Hill Collins (2019), e que são roteiros sociais da forma pela qual a sociedade irá visualizar e tratar as mulheres negras, bem como, também, o modo como essas

mulheres negras devem se comportar. Assim, essas imagens são meros estereótipos, pois a sua articulação ocorre por força do poder dos grupos dominantes (BUENO, 2019). Um exemplo a ser citado são as *mammy*, que sofrem opressões intersectadas de raça, gênero, sexualidade e classe.

A *mammy* é a trabalhadora doméstica, escravizada ou liberta, obediente e fiel à família branca à qual serve com amor e zelo. Frequentemente é retratada enquanto uma mulher negra gorda, de pele solitária, não tem uma história própria, o que facilita uma série de narrativas mitificadas criadas pelos grupos dominantes. A *mammy*, sem família, sem parceiro sexual, sem afeto, tem tempo suficiente para cuidar da casa e das crianças dos brancos, em troca do afeto limitado dessas crianças. (BUENO, 2019, p. 83).

O objetivo dessa imagem de controle é manter as mulheres negras submissas ao trabalho doméstico e ensinar seus sucessores a terem o mesmo comportamento (BUENO, 2019). A imagem da empregada doméstica negra benevolente também está presente na literatura infantil brasileira, através da obra de Monteiro Lobato. Assim, é caracterizada a Tia Nastácia, cozinheira no Sítio do Pica Pau Amarelo, querida por todos, não tem família, vive no local de trabalho e cumpre sua função de ser submissa e amorosa (LOPES, 2021).

Na perspectiva sócio-histórica do período pós-abolição, as mulheres negras deixam de ser escravizadas domésticas para tornarem-se empregadas domésticas, pois no final do século XIX o trabalho doméstico configura-se como um meio de sobrevivência, já que no final da escravidão o mundo do trabalho passa a ter novas configurações. Assim, algumas mulheres negras passam a realizar tarefas com características muito próximas da estrutura escravista vigente no período anterior (PEREIRA, 2011).

A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor escravo. (GOMES *et al.*, 2006, p. 11).

Oliveira e Lima (2020, p. 203) dissertam que:

[...] o trabalho doméstico tem sido historicamente o campo que mais absorveu a mão de obra negra e feminina, mantendo, no entanto, essas trabalhadoras em situação de informalidade, sem acesso aos direitos trabalhistas garantidos para outras categorias, em uma espécie de prolongamento de aspectos do trabalho escravo.

Outrossim, as mulheres negras ainda ocupam os espaços de trabalho subalternizado, como escreve Lélia Gonzalez (2020, p. 217):

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da "escrava do peito" de ontem; a

empregada doméstica não é muito diferente da "mucama" de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da "joaninha", da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da "escrava de ganho" de ontem.

As ideias e conceitos sobre as empregadas domésticas foram permanentemente atualizados e moldados conforme o estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista. De acordo com Lisandra Cristina Lopes (2021), que analisou o percurso do trabalho doméstico no Brasil:

O corpo da escravizada doméstica traz inúmeros indicativos de como é pensado o corpo atual da empregada doméstica: um corpo de mulher, que pode ser branco, mas que é, em sua maioria, negro; que sofre a incidência de imagens de controle; que se vê confinado a espaços específicos: o “quarto de empregada”, a entrada de serviço, o elevador de serviço; que se movimenta incessantemente para lidar com a limpeza e o cuidado, despendendo energia em uma atividade que se modifica ao longo do tempo, mas que não apresenta perspectiva concreta de ser substituída pela tecnologia; e o corpo invisível, que se vê excluído da dimensão da cidadania. (LOPES, 2021, p. 57).

Segundo Françoise Vergès (2020), a vida confortável que a burguesia tem só é possível porque milhões de mulheres racializadas<sup>2</sup> e exploradas proporcionam esse conforto. Mulheres que realizam o trabalho invisível, limpam e organizam o mundo capitalista. Essas mulheres são marcadas pelo rebaixamento do status social, sofrem com baixos salários e precariedade dos direitos. Utilizam e inalam produtos químicos tóxicos, bem como empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde. Nesse sentido, isso tudo ocorre para que o patriarcado e o capitalismo neoliberal funcionem. Divididas em dois grupos, Vergès assinala que todos os dias milhares de mulheres abrem a cidade. Nas palavras da autora:

Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilha com o primeiro uma interseção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esporte e fazer compras nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas. (VERGÈS, 2020, p. 18).

É relevante destacar que parte significativa das trabalhadoras domésticas são mulheres moradoras das periferias, ou seja, sujeitas à mobilidade urbana precária. Assim, com a segregação geográfica, percorrem horas dentro do transporte público para chegar na casa dos seus patrões. Dessa maneira, destaca-se a pesquisa realizada por Gualberto *et al.* ([ca. 2022]), os quais entrevistaram duas trabalhadoras domésticas que relataram o trajeto percorrido até o serviço:

---

<sup>2</sup> “O termo ‘racialização’ utilizado pela autora não é reduzido às pessoas negras, tal como ocorre nas Américas e no Brasil em particular. Ou seja, ao se referir às mulheres racializadas, Vergès também considera aquelas vistas e entendidas como não brancas e não ocidentais, que vivem na Europa e nos Estados Unidos, na condição de imigrantes ou refugiadas. O mesmo termo é válido para mulheres que, embora possuam cidadania francesa no papel, não escapam aos processos de racialização devido a marcas sociais diacríticas como cor, costumes, religião, língua ou outro distintivo que as impeça de adentrar a seleta e exclusiva sociedade ocidental” (RIOS, 2020, p. 10).

Ambas as entrevistadas mencionadas necessitam de, no mínimo, dois transportes públicos para chegar ao trabalho. A soma do tempo de espera em pontos de ônibus com o tempo gasto no percurso fazem as longas jornadas de serviço se tornarem maiores ainda. Em média, as entrevistas gastam uma hora para ir e uma hora para voltar, o que diminui em duas horas dos seus dias, horas essas que podiam ser usadas junto a suas famílias. Desta forma, elas passam mais tempo com a família empregadora do que com a própria. (GUALBERTO *et al.*, [ca. 2022], p. 7).

Outrossim, o espaço geográfico *casa dos patrões e casa das trabalhadoras domésticas* é o que Milton Santos classifica como espaços que mandam e espaços que obedecem: “tomando essa cautela, pode-se dizer que há espaços que comandam e espaços que obedecem, mas o comando e a obediência resultam de um conjunto de condições, e não de uma delas isoladamente” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 265). Assim, as trabalhadoras domésticas moradoras dos espaços que obedecem sofrem cotidianamente com a mobilidade social para os espaços que mandam.

Outro ponto importante referente as questões geográficas são as mulheres nordestinas que migram para os grandes centros do sudeste como opção de trabalho. Logo, a dinâmica da imigração permite o sustento da família que ficou no norte do país. O filme “*Que horas ela Volta?*” caracteriza de forma didática o processo de migração das mulheres nordestinas para o centro de São Paulo. Sendo assim, destaca-se as observações de Faria (2017) referente ao filme:

No filme conta-se a história de uma empregada doméstica nordestina que trabalha na casa de uma família de classe média paulista (norte/sul) e, em virtude da vinda da filha do nordeste para São Paulo, a empregada doméstica tem que receber a filha na casa dos patrões. A partir disso, o choque de geração e de realidade de ambas as personagens passa a figurar a trama do filme. Como a filha veio de uma geração com mais oportunidades de estudos, não aceita o tratamento dado dos patrões à sua mãe (empregada doméstica há mais de 20 anos). O filme trata ainda, além de todos os percalços da mudança para um grande centro urbano, da problematização sobre “melhorar de vida”, “ganhar a vida”, “criar os filhos”, “estudar para ser alguém na vida” e tantas outras falas embutidas nos discursos dos migrantes além do dilema de ser mãe, mulher, migrante, nordestina e trabalhadora doméstica. (FARIA, 2017, p. 147).

Outrossim, há o filme *Histórias Cruzadas*, que retrata sobre as empregadas domésticas negras norte-americanas, abordando sobre os baixos salários das trabalhadoras, as longas jornadas de trabalho e os maus-tratos que recebiam dos patrões, bem como evidencia a intolerância racial e a luta pelos direitos civis<sup>3</sup> naquele país (SILVA, 2015).

Habitualmente, as trabalhadoras escutam discursos de que são “quase da família”, ou, então, “fazem parte da família”, assim, segundo Maria Betania Ávila (2008), esse tipo de relação trata-se de um acolhimento que de forma simultânea acolhe e também exclui, pois existe

---

<sup>3</sup> Movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, compreendido entre 1955 e 1968, que consistia em conseguir reformas nos Estados Unidos visando abolir a discriminação e a segregação racial no país (SILVA, 2015).

uma relação de servidão, que por vezes nega o outro como sujeito de direitos. Além disso, ter uma empregada doméstica faz parte do modelo tradicional de família patriarcal burguesa no Brasil, é sinal de status social:

O Brasil, a memória das babás faz parte também da estética burguesa. Todas as pessoas de classe média e as pertencentes à burguesia têm memórias das suas babás e gostam de lembrá-las, nos círculos sociais, porque estas memórias são parte de seu status de classe; representam algo que lhes dá um porte burguês. Assim, para nós, brasileiros(as), ter a memória de uma babá configura a estética burguesa, e isto também é um dado cultural muito importante. (ÁVILA, 2008, p. 69).

Em pesquisa realizada por Juliana Teixeira (2021) com 50 trabalhadoras domésticas do estado de Minas Gerais, foi identificado que muitas trabalhadoras tinham dependência psicológica em relação à família dos seus patrões. Tal fato ocorria porque foram levadas adolescentes para trabalharem e morarem na casa dos seus patrões e assim os vínculos sociais e afetivos perdiam-se com a família de origem. Entretanto, evidencia-se que a dependência psicológica reforçava ainda mais a condição de trabalhadora doméstica.

Outro ponto importante é o famoso quartinho da empregada, o qual faz parte de outro modelo cultural presente nas plantas de apartamento e casas pelo Brasil. De modo geral, esses quartos são pequenos e encontram-se próximos à cozinha. Além disso, essa divisão também se estende a prédios residenciais, onde há elevadores de serviços, os quais são designados para a empregada doméstica e os demais trabalhadores domésticos, e o elevador social, o qual é para uso dos moradores e visitantes (TEIXEIRA, 2021).

Assim, o processo de divisão hierárquica das casas advém de um tempo onde era comum as trabalhadoras domésticas residirem na casa dos patrões, onde ficavam a todo momento à disposição para servir a família. Percebe-se que mesmo com as relações de assalariamento já constituídas, algumas relações e características do período escravocrata ainda eram e são mantidas. De acordo com Nogueira (2017, p. 48): “antes como trabalho escravo, agora como trabalho remunerado. Ainda hoje é difícil reconhecer quando foi estabelecida essa linha divisória”.

Assim, existem conexões e desconexões nas relações entre empregada doméstica e patrões/patroas. Há, também, relatos de solidariedade dos patrões/patroas com a empregada, casos de patrões/patroas que auxiliaram principalmente com despesas para filhos/as, tais como: financiamento dos estudos; morar junto com a mãe na casa dos patrões; auxílio na compra da alimentação e material escolar; e, ainda, empréstimo de dinheiro, bem como outros casos de benevolência.

Dessa maneira, segundo o *site* Conceito.de (2011), solidariedade consiste em ajudar alguém sem receber nada em troca e sem que ninguém saiba. Ser solidário é, na sua essência, ser desinteressado (no sentido em que não se tem segundas intenções). A solidariedade só se move pela convicção de justiça e igualdade.

Além disso, a sororidade, por vezes, também está presente na relação entre as patroas e trabalhadoras domésticas, pois algumas delas compreendem os atravessamentos sociais (principalmente de gênero) e acabam flexibilizando algumas relações da jornada de trabalho. Um exemplo a ser citado é quando a empregadora libera a funcionária do serviço para levar o filho ao médico, considerando que ela é mãe solo e não tem ninguém que possa fazer isso. Dessa maneira, hooks (2019) coloca que sororidade consiste em desmistificar o pensamento patriarcal. Ou seja, olharmos uma as outras com compaixão, termos empatia com singularidade feminina, e não a inveja, o medo ou ódio que são manifestações que acontecem devido à vigência do patriarcado.

Como bem escreve Pinheiro, Tokarski e Vasconcelos (2021), o trabalho doméstico tem uma significativa importância para a organização da sociedade brasileira:

O emprego doméstico se revela, portanto, de enorme importância não apenas para um conjunto particular de mulheres, que encontra nesta profissão uma de suas únicas alternativas de renda, mas também para a organização da sociedade brasileira. Isso porque, ainda que o trabalho de cuidados e de reprodução da vida seja de responsabilidade ampla – de famílias, do Estado e do mercado –, é forçoso reconhecer que, no Brasil, retirando-se um insuficiente esforço de oferta de creches públicas, praticamente inexistem políticas públicas ou iniciativas empresariais destinadas a compartilhar os cuidados e torná-los uma responsabilidade social. O trabalho doméstico e de cuidados segue, assim, sendo de responsabilidade das famílias, e, nestas, das mulheres (elas integrantes das próprias famílias ou contratadas para este fim). (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2021, p. 7).

Outro ponto importante é escrito por Sonia Roncador (2019), que refere que o trabalho doméstico foi fundamental para que mulheres brancas da classe média pudessem ingressar no mercado de trabalho:

Por exemplo, com a entrada massiva das mulheres de classe média no mercado de trabalho especializado, a partir dos anos 70, a presença de uma doméstica nos bastidores da vida privada passou a ser, mais que uma ajuda, a condição necessária para que esse (o direito ao trabalho) e outros pontos da pauta feminista pudessem ser cumpridos. Muitas feministas reconhecem que a oferta e os baixos salários pagos às domésticas permitiram que mulheres de outras classes sociais ingressassem no mercado de trabalho, sem que para isso a organização tradicional da casa se alterasse, ou sem que as responsabilidades da casa saíssem das mãos das mulheres. Além disso, graças às domésticas, a sociedade também não precisou criar meios que diminuíssem os encargos familiares, depois que várias mulheres se profissionalizaram. (RONCADOR, 2019, p. 2).

Além disso, segundo Melo (1998), ter uma empregada doméstica confere uma certa posição de status social à mulher branca dona de casa:

O trabalho executado pelos empregados domésticos não constitui apenas relação externa de compra e venda de força de trabalho, mas também modo de vida. O trabalho doméstico é uma responsabilidade da mulher, culturalmente definida do ponto de vista social como dona de casa, mãe ou esposa. Esse trabalho dirigido para as atividades de consumo familiar, é um serviço pessoal para o qual cada mulher internaliza a ideologia de servir aos outros, maridos e filhos. O trabalho realizado para sua própria família é visto pela sociedade como uma situação natural, pois não tem remuneração e é condicionado por relações afetivas entre a mulher e os demais membros familiares, gratuito e fora do mercado. Quando uma mulher contrata uma terceira para executar essas tarefas, isto é, prestar tais serviços para uma família diferente da sua, esse trabalho doméstico converte-se em “serviço doméstico remunerado”. Esse trabalho da empregada doméstica herda socialmente o estigma de desvalorização que acompanha essas atividades. Patroas e empregadas domésticas participam de uma relação de identidade mediada pela lógica de servir aos outros como algo natural, embora essa relação trabalhista tenha dois efeitos contraditórios: de um lado, a questão de classe e, de outro, a identidade de gênero que é estabelecida entre as mulheres. Essa questão também envolve um problema de status na sociedade, pois a utilização de empregadas domésticas confere uma certa posição à mulher dona-de-casa, independente da renda familiar. (MELO, 1998, p. 2).

As mulheres negras representam uma parcela muito significativa da população feminina economicamente ativa, mas mesmo assim permanecem inferiorizadas, subjugadas e exploradas socialmente. Sueli Carneiro (2019) analisou a estrutura econômica da população feminina segundo raça/cor do censo de 1980. Segundo os dados, no Brasil, 56,4% das mulheres pretas estavam em espaços ocupacionais relacionados à prestação de serviços. Já nas áreas administrativas, elas representavam 3,9%. Entretanto, com relação às mulheres brancas, 24,2% ocupavam empregos relacionados à prestação de serviço e 19,6% incluíam-se na área administrativa. Dessa maneira, observa-se que as mulheres brancas são a maioria nos empregos considerados nobres e a maioria das mulheres negras continuavam ocupando espaços subalternizados.

Outro ponto importante e preocupante no que se refere ao trabalho doméstico é a questão do número significativo de trabalhadoras estarem inseridas na informalidade, ou seja, empregadas domésticas que não contam com seguridade social e medidas de prevenção de riscos, bem como trabalhadoras que recebem como remuneração menos do que o mínimo legal. Assim, é importante evidenciar que a não vinculação com a seguridade social tem como possível consequência a privação da aposentadoria, do auxílio maternidade, do auxílio-doença e entre outros direitos sociais que são garantidos à classe trabalhadora (IRIART *et al.*, 2008). Dessa maneira, segundo dados do estudo *Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil*, 72% das

trabalhadoras domésticas realizam trabalho informal, sem seguridade social e sendo colocadas constantemente aos riscos (IRIART *et al.*, 2008).

Identifica-se que na sociedade brasileira os direitos das trabalhadoras domésticas sempre foi um impasse, pois até a Constituição de 1988 não era assegurado a elas o direito ao salário-mínimo, 13º salário, repouso semanal, férias, licença-maternidade, aviso prévio, aposentadoria e outros direitos sociais (TEIXEIRA, 2021). Entretanto, alguns outros direitos fundamentais não foram garantidos na nova constituição, como, por exemplo:

proteção contra a demissão arbitrária, seguro desemprego, FGTS, piso salarial para a categoria, garantia de salário mínimo em caso de remuneração variável (salário-hora calculado com base no salário mínimo, por exemplo), proteção do salário contra retenção dolosa, salário família, jornada de trabalho regulada e limitada a oito horas diárias, adicional noturno, remuneração por horas-extras, redução dos riscos laborais por meio de normas específicas de saúde, higiene e segurança, adicional de penosidade, insalubridade e periculosidade, assistência gratuita aos filhos e dependentes com até 5 anos de idade em creches e pré-escolas, reconhecimento de acordos e convenções coletivas, seguro contra acidentes de trabalho, isonomia salarial, proteção ao trabalho com deficiência, proibição de trabalho doméstico a crianças e adolescentes menores de 16 anos e trabalho doméstico noturno aos menores de 18 anos. (TEIXEIRA, 2021, p. 65).

Além disso, em novembro de 2012 começou a tramitar no Brasil a famosa PEC das empregadas domésticas, que tinha como objetivo a extensão de 17 direitos já garantidos aos demais trabalhadores (ALVES *et al.*, 2016). Assim,

Em 2 de abril de 2013, a partir da PEC, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 72, que gerou efeitos imediatos de regulamentação da jornada de trabalho dos trabalhadores domésticos, com direito a horas extras. Para os formalizados, houve efeito sobre o direito à aposentadoria por tempo de contribuição, idade e invalidez; auxílio em acidentes de trabalho; pensão por morte; salário maternidade e auxílio-doença. Apenas nove direitos tiveram aplicação imediata. A regulamentação da PEC ocorreu em 2015, com a Lei Complementar nº 150, que ficou conhecida como Lei das Domésticas. A partir dela foram regulamentados os direitos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); seguro-desemprego, adicional noturno; adicional de viagens e salário-família. (TEIXEIRA, 2021, p. 67).

Segundo Mauricio Delgado e Gabriela Delgado (2016), as alterações referentes aos direitos das trabalhadoras domésticas foi de significativa repercussão na mídia brasileira, referente ao possível desemprego em massa e ao caos para a categoria. Outrossim, os autores também destacam o preconceito, pois algumas pessoas consideraram injusto gozarem dos mesmos direitos trabalhistas que uma empregada doméstica. “Nessa conjuntura, foi possível perceber também o evidente preconceito e a discriminação contra o trabalhador doméstico, considerando, principalmente, os recortes de raça e gênero” (DELGADO; DELGADO, 2016, p. 12).

Assim, em um sociedade construída sobre racismo, patriarcalismo e classismo acredita-se que as mulheres negras são destinadas à escravidão. Como escreve Nogueira (2017, p. 49):

Quase trezentos anos de escravidão deixaram sobre as costas das trabalhadoras domésticas um enorme fardo simbólico, que mesmo depois de sua abolição, se mantém. A desvalorização do trabalho manual está diretamente relacionada a quem, no princípio da sociedade colonial brasileira, praticava este trabalho, “trabalho de preto”, “trabalho de escravo”. Era incumbência das mucamas o trabalho reprodutivo, desde a cozinha e a limpeza da casa até a criação dos filhos e a satisfação sexual dos senhores. As mucamas livravam as senhoras brancas do cuidado de suas próprias casas e de suas famílias, o que marca a identidade do trabalho doméstico no Brasil, que nos dias de hoje, ainda guarda em suas características as raízes da subordinação destas mulheres negras.

Dessa maneira, sabe-se que o trabalho doméstico ainda é marcado pela informalidade, falta de proteção social e precariedade. Ainda há trabalhadoras domésticas negras sendo tratadas com conotação de criadas, negando a dignidade dessas mulheres que sofrem com os atravessamentos de raça, classe e gênero.

### 2.3 INTERSECCIONALIDADE: UMA CATEGORIA NECESSÁRIA PARA A ANÁLISE DA DESIGUALDADE SOCIAL

Em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades de raça, gênero e classe, é importante ter um olhar atento para a interseccionalidade, já que se trata de uma perspectiva feminista apropriada às especificidades locais e que estimula o pensamento complexo. Dessa maneira, de acordo com Rodrigues (2013, p. 1):

Interseccionalidade, conceito cunhado e difundido por feministas negras nos anos 1980, constitui-se em ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais.

Foi Kimberley Crenshaw<sup>4</sup> a responsável pelo desenvolvimento teórico do conceito de interseccionalidade. Nas palavras da autora:

A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres. Há também outras categorias de discriminação: em função de uma deficiência, da idade, etc. A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. (CRENSHAW, 2004, p. 10).

---

<sup>4</sup> “Professora de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e uma importante pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo [...]. O trabalho de Kimberle Crenshaw influenciou fortemente a elaboração da cláusula de igualdade da Constituição da África do Sul” (CRENSHAW, 2004).

É comum e cultural as questões de gênero estarem ligadas somente as mulheres brancas e a questão de raça voltada somente aos homens negros. Há também mulheres negras que sofrem com os atravessamentos de raça, gênero e classe. Identifica-se, também, aquelas discriminações por conta da idade, ou, então, por ser uma pessoa com deficiência. Desse modo, a interseccionalidade vem para “identificar melhor o que acontece quando diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas” (CRENSHAW, 2004, p. 11). Ou seja, “são mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade”, como bem explica a intelectual e Assistente Social Carla Akotirene (2019, p. 20).

A perspectiva interseccional trata das multiplicidade das mulheres, considerando que o cruzamento e a diferenciação de diversas questões sociais. Assim, uma mulher nordestina não tem exatamente a mesma experiência que uma mulher sulista. Além disso, uma mulher negra homossexual não tem a sua existência pautada de forma igualitária a uma mulher negra heterossexual. Logo, ao dialogar sobre uma mulher, preta, pobre e homossexual, considera-se que a manifestação da questão social ocorre de forma múltipla, ou seja, trata-se do cruzamento de gênero, raça, classe e sexualidade (XONGANI, 2019). Portanto, é importante compreender a individualidade e as intersecções de cada sujeito.

É importante destacar que, para nortear o trabalho por justiça social, as lideranças de movimentos sociais, assistentes sociais, docentes e estudantes utilizam-se do conceito de interseccionalidade para dialogar sobre o direito da classe trabalhadora, como também de outros segmentos parecidos (COLLINS; BILGE, 2021). Dessa maneira, eles apoiam-se no conceito porque compreendem e acreditam no que Patricia Collins e Sirma Bilge (2021) escreveram:

[...] a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 16).

Outro ponto importante é que ainda que não utilize o termo interseccionalidade, evidencia-se que Lélia Gonzalez<sup>5</sup> também compreendia e escrevia sobre a relação mútua de raça, classe e gênero. Nas palavras de Alex Ratts e Flavia Rios (2014), que escreveram sobre a intelectual negra brasileira:

---

<sup>5</sup> Lélia Gonzalez é um dos maiores nomes do movimento negro brasileiro. Militante, professora e escritora, tornou-se referência internacional na defesa dos direitos da mulher e da população negra (RATTS; RIOS, 2014).

Gonzalez foi uma das autoras que mais debateram o assunto, dedicando boa parte da sua vida intelectual a construir um pensamento crítico que explicasse as causas socioculturais e econômicas que criavam um contexto de desigualdade de raça, sexo e classe. (RATTS; RIOS, 2014, p. 100).

Gonzalez foi a pioneira sobre o discurso intelectual da posição subalterna da mulher negra na sociedade brasileira, considerando os três atravessamentos: raça, classe e gênero. Citando suas palavras: “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão” (GONZALEZ, 2018, p. 44).

Além disso, a mídia de massa e outras instituições perpetuam e enfatizam visões depreciativas da população negra. Em vista disso, nas escolas as crianças são induzidas a que o exemplo de ideal a ser conquistado é o homem branco e burguês, entretanto, um dos piores males seria espelhar-se nas mulheres pretas e pobres (GONZALEZ, 2020)

Os três atravessamentos de raça, classe e gênero de forma simultânea não colocam somente a mulher negra como os sujeitos mais explorados da sociedade brasileira, mas também limitam as suas possibilidades de ascensão. “Mulheres negras encontram óbvias dificuldades em ser contratadas em atividades de nível médio, pois requerem contato direto com o público, como testemunham os anúncios para tais cargos [...], ‘boa aparência’ significa que a candidata pertence ao grupo racial dominante” (GONZALEZ, 2020, p. 159). Dessa maneira, a única alternativa são mulheres negras estarem inseridas em locais de trabalho menos qualificados e mal remunerados.

Ainda no que se refere à discussão interseccional, na perspectiva brasileira, é importante destacar que não somente Lélia Gonzalez contribuiu para o pensar dessas três categorias articuladas, pois “vemos se repetirem em dezenas de artigos publicados nas décadas de 1980 e 1990 os nomes de Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Edna Roland, Jurema Werneck, Nilza Iraci e Matilde Ribeiro, entre outras” (RODRIGUES, 2013, p. 3). Assim, junto com Lélia Gonzalez, essas mulheres também estavam preocupadas com a manifestação da opressão de classe, junto com o racismo e sexismo.

Além disso, essas mulheres tiveram grande importância para o movimento negro, pois, de um modo geral, elas foram protagonistas não somente na criação dos espaços de resistência, mas também na sua direção. Enquanto origem, o movimento negro começou nos setores da classe média negra, porém, nos espaços periféricos encontrava-se nas associações de moradores reivindicando por creche, melhores condições no transporte coletivo, moradia, educação e questões referentes ao título de propriedade nas casas que moravam (GONZALEZ, 2020).

As primeiras organizações de mulheres negras começaram dentro do próprio movimento negro. Dessa maneira, exemplifica-se o que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, onde as mulheres reuniam-se separadamente para discutir suas demandas e após apresentavam para todo grupo, ou seja, tinham como intenção desenvolver educação sexista aos companheiros homens do movimento negro, compartilhando suas especificidades enquanto mulheres negras (GONZALEZ, 2020). Essas “são abordagens que expõem a inclusão desigual das mulheres nas relações de trabalho no capitalismo, jogando luz sobre a vida doméstica e sobre as conexões entre as formas de exploração do trabalho das mulheres dentro e fora de casa” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 31). Eram mulheres marcadas não somente pela discriminação racial, mas também pelo machismo dos homens brancos e dos seu companheiros, homens negros.

Além disso, no que se refere ao movimento de mulheres negras, Lélia Gonzalez escreve de forma didática e inteligente as especificidades do feminismo negro e a sua diferença para o ocidental, onde as mulheres negras compartilham a solidariedade e as vivências em comum:

[...] afinal, qual a mulher negra que não passou pela experiência de ver o filho, o irmão, o companheiro, o namorado, o amigo etc. passarem pela humilhação da suspeição policial, por exemplo? Nesse sentido, o feminismo negro possui sua diferença específica em face do ocidental: a solidariedade, fundada numa experiência histórica comum. (GONZALEZ, 2020, p. 103).

Sueli Carneiro (2003) traz para o debate a expressão *enegrecer o feminismo*, ou seja, a autora denuncia a insuficiência teórica e prática das especificidades do feminismo em uma sociedade plural como o Brasil. Para a autora, deve-se considerar que há diferentes formas e condições de ser mulher a partir das expressões da questão social. É necessário um olhar atento para espaços em que esses sujeitos estão inseridos, o que desencadeia processos particulares e característicos.

Grupo de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Faz-se relevante o que bell hooks (2019) considera sobre as feministas que não compreendem as inter-relações de opressão de gênero, raça e classe, em outras palavras, mulheres brancas elitizadas que tendem a focar exclusivamente nas questão de gênero. Dessa maneira, é mais acessível acentuar as opressões que as atravessam, abstendo-se de outras formas de violência. Assim, para esses sujeitos, a questão de raça não é relevante no centro do

debate feminista, porém, o que não se nota é que as mulheres negras estão na base da pirâmide social.

Mulheres negras não têm opção, estão submissas somente à questão de opressão. Entretanto, homens negros e mulheres brancas estão na dupla condição, podem ser oprimidos, mas podem ser opressores. Dessa maneira, homens negros são oprimidos pelo racismo e através de questões sexistas podem agir de forma opressora com as mulheres. Já as mulheres brancas são vítimas do patriarcado e do sexismo, logo, com possíveis atitudes racistas podem ser exploradoras e opressoras de pessoas negras (HOOKS, 2019).

Como grupo, as mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque o nosso status social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe. Ao mesmo tempo, somos um grupo que não foi instituído socialmente para assumir o papel de explorador/opressor, na medida em que não nos foi concedido nenhum "outro" institucionalizado que pudéssemos explorar ou oprimir. (HOOKS, 2019, p. 45).

É importante evidenciar que o escrito não tem como objetivo hierarquizar as opressões e nem definir quem sofre mais em uma sociedade que é constituída por diferentes atravessamentos e violências, mas é necessário colocar que em uma sociedade capitalista é difícil uma mulher negra ser o sujeito que realiza a opressão.

Em um artigo publicado por Luiza Bairros (1995), a autora diz que raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente, formando um grande mosaico de opressões. Como mencionando anteriormente, não há uma hierarquia de opressão, as desigualdades acontecem e são entendidas a partir do terreno de onde essa realidade emerge. Logo, faz-se relevante a citação:

A aceitação mais ou menos de que existiriam grupos mais discriminados que outros resultou da incapacidade de oferecer uma formulação que evidenciasse como somos todas e todos afetados pelo sexismo em suas diversas formas - homofobia machismo misoginia [...]. Ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam se em diferentes pontos Assim uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista. (BAIROS, 1995, p. 461).

Dessa maneira, destaca-se a coragem de Kimberlé Crenshaw em cunhar o termo interseccionalidade, principalmente no campo do Direito, que é caracterizado pelo domínio da elite branca. Ainda que sob críticas, a intelectual traz para o debate acadêmico os atravessamentos das mulheres negras, que na sua maioria são iletradas. De acordo com Akotirene (2019, p. 64):

Sigo Kimberlé Crenshaw junto com o método diaspórico feminista atravessado nesta discussão, visando aumentar os diálogos com as epistemes dos povos colonizados, abranger as travessias teóricas de corpos navegantes, balançados pelas águas étnicas, memórias índicas, culturas polissêmicas e posicionalidades transatlânticas. Afinal, o conhecimento deve ir além das demarcações fixadas por linhas imaginárias do horizonte e, finalmente, valer-se de raça, classe, território e gênero, mas enlanguescendo-se.

Assim, ainda que o conceito tenha se fundado na década de oitenta, ainda são evidenciadas divergências sobre o conceito de interseccionalidade, pois há intelectuais que acabam interpretando de maneira equivocada. É necessária a compreensão de que a interseccionalidade é encruzilhada, ou seja, o encontro de raça, classe e gênero, e a compreensão de que mulheres negras pertencem às lutas de raça, gênero e classe. A interseccionalidade é uma metodologia que dá conta dos apagamentos linguísticos, dos apagamentos da colonização e dos apagamentos da modernidade. Logo, é uma categoria que dá conta das experiências vivenciadas por mulheres negras (RIBEIRO; AKOTIRENE, 2020).

Por fim, Marielle Franco, vereadora assassinada na cidade do Rio de Janeiro, é a concretização da interseccionalidade, nas palavras de Akotirene (2019, p. 64): “negra atingida na encruzilhada do racismo, sexismo e lesbofobia, atirada ao trânsito colonial”. Assim, percebe-se que a proposta realizada por uma intelectual negra é tão difícil de ser compreendida por uma academia branca e elitizada, pois o que está em questão são as barreiras e as conexões entre as posições sociais concretas de mulheres negras.

## 2.4 MULHERES NEGRAS E AS DETERMINAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA

Ao dialogar sobre a mulher negra na contemporaneidade, é relevante o trecho de uma das maiores intelectuais negras, bell hooks (2019, p. 26):

Como grupo as mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque o nosso status social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe.

Os trezentos anos de escravidão no Brasil teve como efeito a dominação de uma elite agrária e branca como grupo social dominante, produzindo profundas violências para as mulheres e especialmente para as mulheres negras. Considera-se que o patriarcado e a escravidão tem as mesmas raízes, ou seja, são constitutivos da sociedade burguesa. Assim, suas expressões são específicas em locais colonizados, como o Brasil, pois as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero marcadas na formação social brasileira ainda estão presentes (PETRONE, 2021).

Na realidade brasileira, as mulheres negras e indígenas são as que sofrem com a segregação e marginalização no país, pois com a invasão e a dominação dos territórios latino-americanos houve a imposição de um modelo de ser humano universal, ao qual corresponde ao homem, branco, patriarcal, heterossexual, cristão e proprietário. Esse modelo exclui diferentes sujeitos, como, por exemplo, as mulheres, os negros, a população LGBTQIAP+, pessoas com deficiência etc. Assim, esse modelo universal, corresponde à minoria branca e proprietária dos meios de produção, logo, é perceptível que houve uma ruptura com o colonialismo, mas não com as relações coloniais de poder (PETRONE, 2021).

Vale destacar que estas questões de padronização também estão presentes quando se dialoga sobre feminismo, conforme escreve Luiza Bairros (1995, p. 459): “certos feminismos desconsideram categorizações de raça, de classe social e de orientação sexual favorecendo assim discursos e práticas voltados para as percepções e necessidades de mulheres brancas heterossexuais de classe média”. Entretanto, desde a primeira onda do feminismo, mulheres negras vem questionando a possibilidade de ser mulher. No que se tem registro, Sojourner Truth<sup>6</sup> foi a pioneira, pois em 1851 participou da Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos EUA, onde apresentou seu discurso conhecido e denominado “E eu não sou uma mulher?” (RIBEIRO, 2017). Desse modo, Carla Akotirene explica de forma didática o discurso de Truth:

Eu não sou uma mulher? Proferido em 1851, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron, ela denunciou que "ninguém nunca me ajudou a subir nas carruagens, nem pular poças de lama [...], eu tive treze filhos e vi a maioria ser vendida pra escravização". Nestes fragmentos, a intelectual pioneiramente articula raça, classe e gênero, questionando a categoria mulher universal, mostrando que se a maternagem obrigatória revela um destino biológico para todas as mulheres, seria apropriado ressaltar que os filhos e as filhas das africanas eram vendidos escravizados. (AKOTIRENE, 2019, p. 25).

Conforme uma das principais autoras sobre feminismo negro no Brasil, Sueli Carneiro, o feminismo no Brasil esteve voltado para uma visão eurocêntrica, posicionando as mulheres de forma universal. Logo, não eram reconhecidas as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, questões que vão além do biológico. Dessa maneira, a consequência da universalização das mulheres foi o silêncio das vítimas de outros tipos de opressão, opressões que se somam às questões sexistas (CARNEIRO, 2003). Ademais,

Grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente,

---

<sup>6</sup> Nascida em um cativeiro em Swartekill, em Nova York, Isabella Baumfree decidiu adotar o nome de Sojourner Truth, a partir de 1843, e tornou-se abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher (RIBEIRO, 2017).

soba rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

bell hooks (2018) escreve que são necessárias políticas concretas para que possa haver sororidade<sup>7</sup> de forma genuína, e não colocar o interesse de mulheres privilegiadas acima dos interesses de todas as mulheres. Não há movimento de forma concreta se as mulheres brancas não renunciarem à sua supremacia branca e o feminismo ser fundamentalmente antirracista. A autora destaca que na década de setenta era possível identificar que o preconceito racial moldava o pensamento feminista, o que tornou necessário ovacionar por mudança.

Naquele tempo, mulheres brancas que não queriam encarar a realidade do racismo e da diferença racial nos acusaram de ser traidoras por termos introduzido a questão de raça. Equivocadamente, viram-nos desviando o foco de gênero. Na realidade, exigíamos um olhar objetivo para o status das mulheres e que a compreensão realista servisse como fundamentação para uma política realmente feminista. (HOOKS, 2018, p. 92).

O que por vezes é de difícil compreensão das companheiras não negras é que o racismo produz gênero subalternizado, pois essa dupla subalternização, gênero e raça, reduz o status do gênero. Assim, “para que as mulheres negras atingissem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos seria necessário experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas” (CARNEIRO, 2003, p. 199).

Como diz Ângela Davis, quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. Assim, o movimento de mulheres negras vem desempenhando novas organizações e articulações, como o resgate da humanidade que foi negada pela escravidão. As categorias de gênero e raça impõem a busca por justiça social, igualdade e uma sociedade mais democrática, e, assim, conseqüentemente, acaba beneficiando todos (ou quase todos) os sujeitos da sociedade contemporânea (CARNEIRO, 2003).

Em uma segunda análise escrita por Krada Kilomba (2019), a mulher negra é colocada em um espaço vazio, pois não está representada nos debates de raça, gênero e classe. Como refere Djamilia Ribeiro (2017, p. 23), “é posicionada como Outro do Outro, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade”. Assim, nas palavras de Kilomba (2019, p. 97):

---

<sup>7</sup> A palavra sororidade vem do latim, *soror*, que significa irmã, portanto, carrega a ideia de irmandade feminina. É um substantivo feminino e um conceito, em construção, sobre empatia, solidariedade e acolhimento entre mulheres. Existe nele um recorte de gênero, um direcionamento dessa empatia de mulheres para outras mulheres (REZENDE, 2022).

Mulheres negras têm sido, portanto, incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o sujeito é o homem negro; um discurso genderizado no qual o sujeito é a mulher branca; e um discurso de classe no qual "raça" não tem nem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria.

Em 1981, bell hooks escreveu no seu livro *Ain't I a Woman: Black Women and feminism*<sup>8</sup> que as pessoas brancas vão estabelecer hierarquias baseadas na raça e no sexo, assim, conseqüentemente, as mulheres negras vão estar na última posição. De acordo com hooks (2014, p. 40): “o povo branco estabeleceu uma hierarquia social baseada na raça e no sexo que classificava os homens brancos em primeiro, as mulheres brancas em segundo, algumas vezes iguais aos homens negros, que eram classificados em terceiro e as mulheres negras em último”.

Além disso, Djamila Ribeiro também escreve que as mulheres negras ocupam a base da pirâmide social, são elas, mulheres negras, que ganham menos que os homens brancos, mulheres brancas e os homens negros. Segundo a filósofa,

Reconhecer o status de mulheres brancas e homens negros como oscilante nos possibilita enxergar as especificidades desses grupos e romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras. Por exemplo, ainda é muito comum a gente ouvir a seguinte afirmação: “mulheres ganham 30% a menos do que homens no Brasil”, quando a discussão é desigualdade salarial. Essa afirmação está incorreta? Logicamente, não, mas sim do ponto de vista ético. Explico: mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos. (RIBEIRO, 2017, p. 24).

Sabe-se que essa hierarquização e esses espaços subalternos destinados as mulheres negras são heranças do período escravocrata. Conforme Cida Bento (2022, p. 23): “fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas”. Assim, o que a autora também fala é do pacto narcisista da branquitude, para o qual existe um acordo não verbalizado entre as pessoas brancas, havendo uma autopreservação nos espaços de poder no mercado de trabalho. Desse modo, a autora identificou que não há uma diversidade de raça e nem de gênero nos espaços qualificados das empresas, pois na sua maioria estão representados por homens brancos (BENTO, 2022).

Ademais, Beatriz Nascimento explica que as mulheres negras ainda estão nos espaços subalternizados por dois motivos:

O primeiro, porque a mulher negra ainda não teve acesso suficiente à educação para qualificar-se para estes tipos de empregos burocráticos. Segundo, porque esses empregos implicam relações públicas ou relação com o público. Por exemplo:

---

<sup>8</sup> Em 2014, a Plataforma Gueto traduziu o livro para o português, o qual foi intitulado como: “Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo”.

Comércio de mercadorias. Neste contexto, o critério racial se faz muito mais seletivo, mantendo a mulher negra nos empregos tradicionais. (NASCIMENTO, 2018, p. 85).

Outro ponto importante que merece destaque é quando se aborda sobre a violência doméstica, pois não são todas as mulheres que estão sendo vistas quando se trata de feminicídio. Dessa maneira, Djamila Ribeiro denuncia que as políticas de combate à violência doméstica não alcançam as mulheres pretas.

Segundo o Mapa da Violência de 2015, aumentou em 54,8% o assassinato de mulheres negras ao passo que o de mulheres brancas diminuiu em 9,6%. Esse aumento alarmante nos mostra a falta de um olhar étnico racial no momento de se pensar políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, já que essas políticas não estão alcançando as mulheres negras. O “mulheres” aqui atingiu, majoritariamente, mulheres brancas. (RIBEIRO, 2017, p. 25).

No entanto, quatro anos depois percebe-se que os dados não mudaram muito. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2019 as mulheres negras representaram 66% das 3.737 mulheres assassinadas no Brasil. Nesse sentido, o risco de uma mulher negra ser vítima de homicídio em 2019 é de 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, pois as mulheres não negras representam 2,5 na taxa de homicídios, já as negras 4,1 (IPEA, 2021).

As mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio, porém, as mais solitárias no campo das relações amorosas. Conforme refere Ana Claudia Pacheco (2013, p. 22), as “mulheres negras (pretas + pardas) são aquelas que têm menores chances de encontrar um parceiro na disputa do ‘mercado matrimonial’, perdendo para as mulheres de outros grupos raciais, como as mulheres brancas, por exemplo”. Dessa maneira, o debate vai ao encontro do que Oliveira e Santos (2018) escrevem sobre a solidão da mulher negra:

Apesar de parecer que as escolhas afetivas estão circunscritas à vida privada, indubitavelmente, é impossível negar que o regime escravocrata que durou quase 4 séculos (e nele compreende-se anos de torturas, humilhações e violências de toda ordem) não tenha afetado a nossa percepção do que é virtuoso, belo e digno de amor. (OLIVEIRA; SANTOS, 2018, p. 18).

Percebe-se que as mulheres negras não são dignas de amor, conforme o título da Tese de Pacheco (2008), pois na sociedade brasileira as mulheres são “Branca para Casar, Mulata Para F..., Negra Para Trabalhar”. Assim, o sexismo e o racismo que atuaram e atuam de forma conjunta contribuíram para que fosse criado um imaginário social de que a vocação das mulheres negras na sociedade fosse somente para servir os outros, pois desde o período escravocrata associa-se a imagem da mulher negra com questões animais (hooks, 1995). Além disso, “mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade as negras têm sido consideradas só corpo sem mente” (hooks, 1995, p. 469).

Entretanto, as mulheres negras sempre tiveram voltadas para o trabalho, ao contrário das mulheres brancas, e as mulheres negras nunca tiveram como foco central de sua vida as tarefas domésticas. Como coloca Angela Davis (2016, p. 244):

As mulheres negras dificilmente poderiam lutar por fraqueza; elas tiveram de se tornar fortes, porque sua família e sua comunidade precisavam de sua força para sobreviver. A prova das forças acumuladas que as mulheres negras forjaram por meio de trabalho, trabalho e mais trabalho pode ser encontrada nas contribuições de muitas líderes importantes que surgiram no interior da comunidade negra.

Flavio dos Santos Gomes (2015) escreveu que as mulheres quilombolas desempenharam importante papel político de resistência. Nos momentos de armadilha ou ataque, elas tinham função social de esconder o máximo de grãos entre as tranças, assim, conseqüentemente, quando um quilombo era destruído, fugiam pelas matas e a reconstrução do novo espaço de resistência era feita usando aqueles grãos. Entretanto, a importância das mulheres quilombolas não se restringia somente a isso, elas tinham um papel significativo na economia através da produção de artesanatos e na manutenção da família.

Ademais, umas das principais figuras que representam as mulheres dos quilombos é Dandara, uma mulher quilombola que não se limitou aos padrões de gênero da época, pois ela auxiliava na elaboração de estratégias para a resistência do quilombo de Palmares e participava dos embates físicos, com uma relevante atuação na posição de caçadora. Dandara era casada com Zumbi e juntos tiveram três filhos, e tornaram-se importantes personagens políticos. Por fim, no dia 6 de fevereiro de 1694, para não retornar à condição de escravizada, ela tirou a própria vida se jogando de uma pedreira para um abismo (CARARO; SOUZA, 2017), assim sinalizando com a própria morte a sua radical resistência à escravização.

No que se tem registro, Maria Felipa de Oliveira também foi outra mulher negra importante no processo político do Brasil, principalmente em 1822, durante a independência do país. A pescadora, marisqueira e trabalhadora braçal Maria Felipa liderou outras mulheres negras e indígenas em batalhas contra as invasões durante a Guerra da Independência, pois era moradora da Ilha de Itaparica, onde liderava um grupo de mulheres valentes conhecidas como “as vedetas (vigias da praia)” (CARARO; SOUZA, 2017).

E destaca-se, ao fazer a memória de mulheres negras e resistência no cenário nacional, Carolina Maria de Jesus, catadora de papel, que no seu livro “Quarto de Despejo”, aborda o cotidiano de violência, miséria, fome e a própria sobrevivência dela e dos três filhos. Assim, Carolina utiliza a escrita como saída para lidar com a realidade que vivenciava. Desse modo, destaca-se o relato da autora: “quando eu não tinha nada para comer, de vez eu xingar eu escrevia” (JESUS, 2014, p. 195). Assim, conforme o exposto, Maria Carolina de Jesus é uma

referência não somente como mulher negra e mãe solo, mas na literatura, já que a sua obra foi traduzida em 13 idiomas diferentes, sendo que um milhão de exemplares já foram vendidos.

No cenário contemporâneo, chama-se a atenção para Lélia Gonzáles, uma das principais figuras para a reformulação teórica e prática dos movimentos sociais negros contemporâneos. Lélia, que era também professora e escritora, tornou-se referência internacional na defesa dos direitos das mulheres e da população negra. Desse modo, o importante legado de textos e depoimentos deixados por ela continuam influenciando a quem luta por justiça social e pela igualdade de raça, sexo e gênero (RATTS; RIOS, 2010).

Destaca-se, também, Sueli Carneiro, fundadora do Geledes – Instituto da Mulher Negra, que é o único programa específico para mulheres negras na área da saúde. Assim, como uma grande intelectual e feminista, a escritora e filósofa é uma das principais figuras políticas da atualidade. Dedicou-se a estudar o movimento negro contemporâneo e a participar ativamente de políticas públicas para igualdade de gênero (BORGES, 2009).

No campo da política, destaca-se a resistência de Marielle Franco, vereadora assassinada em 14 de março de 2018:

Mulher, negra, mãe, favelada, Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro, nas eleições de 2016, com 46.502 votos. Iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Ao se tornar mãe aos 19 anos, de uma menina, Marielle também começou a se constituir como lutadora pelos direitos das mulheres e debater essa temática na periferia. As questões do feminismo, da luta contra o racismo, bem como a defesa dos direitos humanos nas favelas do país modulam o perfil de seu mandato e seus projetos em busca de um modelo de cidade mais justo para todos e todas. (YUMI, 2020, n. p.).

E, por fim, destaca-se uma das grandes figuras do samba, Dona Ivone Lara, que concomitantemente, até os anos 1977, foi uma profissional da área da saúde, com formação em enfermagem e serviço social. Contudo, a cantora foi de grande importância para as mulheres no mundo do samba, já que enfrentou os impasses de uma sociedade preconceituosa por ser mulher negra e sambista, em uma época em que os desígnios das mulheres deveriam estar voltados para o cuidado (SOUPIN, 2018).

### **3 MULHERES NEGRAS NO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NA CIDADE DE PELOTAS/RS NO CONTEXTO DE PANDEMIA COMO TEMA DE PESQUISA**

O presente capítulo aborda as origens, a justificativa e a relevância da escolha do tema *mulheres negras trabalhadoras domésticas* como objeto para esta pesquisa, trazendo uma síntese das manifestações da questão social vivenciada pela população negra de modo geral e, especificamente, sobre as mulheres negras. A seguir, é apresentada a problematização do objeto, os objetivos, o delineamento metodológico da pesquisa e alguns destaques sobre como ocorreu o desenvolvimento desta investigação.

#### **3.1 APRESENTAÇÃO GERAL DA PESQUISA**

A presente pesquisa tem como temática a desigualdade social vivenciada pelas mulheres negras trabalhadoras domésticas na cidade de Pelotas/RS, durante a pandemia da COVID-19. Como mencionado na apresentação, a minha aproximação com o trabalho doméstico antecede os muros institucionais do âmbito acadêmico. O ponto em questão é que descendo da linhagem de mulheres trabalhadoras domésticas, para as quais conseqüentemente o trabalho doméstico é realizado também na esfera remunerada, ou seja, vai para além da esfera privada.

Como escreve Audre Lorde (2020), mulher negra, poeta, lésbica, ativista e pensadora:

Em uma sociedade em que o bom é definido em relação ao lucro, e não a necessidades humanas, deve sempre existir um grupo de pessoas que, mediante a opressão sistemática, pode ser levado a se sentir dispensável, ocupando o lugar do inferior desumanizado. Nessa sociedade, esse grupo é formado por pessoas negras e do Terceiro Mundo, pela classe trabalhadora, pelos idosos e pelas mulheres. (LORDE, 2020, p. 141).

Assim, é importante destacar que em uma média de 388 anos o Brasil manteve a sua economia ligada ao trabalho escravizado através da extração de ouro e pedras preciosas, e, depois, com a cana-de-açúcar, criação de gado e a plantação de café. Nesse sentido, sendo explorados, observa-se que os africanos escravizados e seus descendentes sempre estiveram ligados à economia brasileira, mas ocupando espaços de subalternização (ARAÚJO, 2018).

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão (ARAÚJO, 2018), porém, após os 134 anos de abolição, os descendentes dos escravizados continuam sofrendo as conseqüências do processo de brutalidade. Assim, Sueli Carneiro (2011) escreve sobre o ranking elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), dos 174 países no Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH), ao qual o Brasil ocupa a 74ª posição, isso porque só foram analisadas as categorias de renda, educação e esperança de vida. Em contrapartida, se o país levasse em consideração apenas as informações da população branca, ascenderia 26 degraus, ocupando, assim, a 48ª posição. Desse modo, percebe-se a intensidade da desigualdade racial, onde a pobreza tem cor.

Dessa maneira, atualmente o Brasil ocupa a 84ª posição no ranking do IDH mundial em uma lista composta por mais de 180 países, conforme a última divulgação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no ano de 2021. Chama a atenção que o Brasil perdeu cinco posições no ranking mundial do IDH, pois no ano de 2018 o país ocupava a 79ª posição, a qual se tinha algumas observações, como, por exemplo, no campo da saúde, onde houve uma melhora de 0,001 comparado ao ano anterior. Já no campo da educação, foi identificado que não houve nem melhora e nem piora dos dados, obteve-se uma estagnação.

Observa-se que a elite brasileira considera que no Brasil existem apenas diferenças sociais e que não há preconceito racial. Essa mesma elite, segundo Sueli Carneiro (2009), acaba negando alguns dados que demonstram que a taxa de analfabetismo da população negra é de 20,8%, enquanto da população branca é de 8,4%. Sabe-se que educação é um mecanismo importante para a qualificação profissional e ascensão social, contudo, a falta de atenção para essas pautas importantes, que são de interesse da população negra, acaba refletindo na formulação de políticas públicas e, conseqüentemente, no IDH (CARNEIRO, 2009).

Assim, os reflexos desse racismo estruturado refletem no sistema de justiça, que é criminal e punitivo. Segundo Borges (2019), a população prisional brasileira cresce constantemente. O país tem a terceira maior população prisional do mundo, sendo dois em cada três presos negros, bem como os jovens pretos são as principais vítimas de homicídio no país. Os dados não mentem, verifica-se diferença de letalidade entre negros e não negros na última década:

Em 2012, 56 mil pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30 mil são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticada por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados. De acordo com dados do SIM, mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios no Brasil no ano de 2012 eram jovens, ou seja, 30.072 jovens vítimas de homicídio, o que equivale a 53,37% das mortes. Desses jovens, 77% eram negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino [...]. Ao distribuir esses dados de homicídios de jovens negros nos 12 meses do ano, calcula-se mais de 1.900 mortes de jovens negros por mês. Ou seja, 64 a cada dia, quase 3 a cada hora, ou aproximadamente 1 homicídio a cada 20 minutos atingindo jovens negros do sexo masculino, majoritariamente moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. (BRASIL, 2017, p. 20).

Desse modo, conforme o Atlas da Violência (IPEA, 2020), percebe-se que os jovens negros continuam sendo o principal alvo das armas de fogo.

Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. (CERQUEIRA *et al.*, 2021, p. 49).

Observa-se que a maioria dessas mortes é promovida pelos agentes do Estado, ou seja, representantes da polícia militar. Assim, quando se trata dos jovens negros periféricos, o Estado faz o movimento contrário, em vez de proteger e garantir a segurança, é o principal veículo que promove a violência. Além disso, tal ação não promove a indignação da sociedade civil, pois a violência contra as pessoas negras é naturalizada na sociedade brasileira, são os frutos dos resquícios da escravidão (MERLINO, 2018).

Como escreve Audre Lorde (2020), não há descanso para as mulheres negras e seus filhos, pois suas vidas são costuradas com violência é ódio.

Não lidamos com isso apenas nas manifestações, ou nos becos escuros à meia noite, ou nos lugares onde ousamos verbalizar nossa resistência. Para nós, cada vez mais, a violência se entrelaça no tecido diário de nossas vidas – no supermercado, na sala de aula, no elevador, no consultório médico e no pátio da escola, vem do encanador, do padeiro, da vendedora, do motorista do ônibus, do caixa do banco, da garçonete que não nos serve. (LORDE, 2020, p. 145).

No que se refere ao campo da saúde, um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) é a equidade, porém, observa-se a desigualdade racial presente em alguns indicadores no campo da saúde. Os impasses refletem-se no que tange ao transplante de órgãos. Assim, ao verificar a proporção das pessoas receptoras do órgão de coração, segundo cor/raça no ano de 2007, é possível identificar os problemas das desigualdades no acesso aos órgãos no Sistema Nacional de Transplantes (SNT) do SUS:

Como podemos observar, a maioria (56%) dos receptores é da cor branca. Este fato contraria as expectativas na medida em que, como mostramos anteriormente, a maior proporção de mortalidade por doenças do aparelho circulatório é encontrada justamente na população preta. Contudo, como observamos, esse grupo populacional recebe menos de 10% dos órgãos transplantados. (MARINHO *et al.*, 2011, p. 27).

Além disso, a Cartilha da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra apresenta alguns dados referentes ao acesso da população negra aos serviços de consulta médica e odontológica:

A proporção de pessoas que consultaram um médico nos últimos 12 meses é maior entre as pessoas brancas (74,8%) do que entre pretas (69,5%) e pardas (67,8%) [...]. Já a proporção de pretos (38,2%) e pardos (39,2%) que se consultaram com um dentista nos últimos 12 meses é menor do que a de pessoas brancas (50,4%) [...]. (BRASIL, 2017, p. 14).

Sabe-se que saúde e alimentação andam juntas. Logo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), negros e pardos, domicílios chefiados por mulheres, povos e comunidades tradicionais estão mais vulneráveis à insegurança alimentar. Todavia, observa-se que a fome sempre esteve presente no cotidiano da população negra periférica, como em 1955 já denunciava Carolina Maria de Jesus em seu diário. Nas palavras de Carolina: “A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago” (JESUS, 2014, p. 39). “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome” (JESUS, 2014, p. 32).

Essa denúncia de tempos atrás vai ao encontro de que Belik (2020) escreve em um passado recente, destacando que 74% das pessoas que estavam em insegurança alimentar no ano de 2020 possuíam como “chefe de família” uma pessoa parda ou preta, sendo que 52% são mulheres pretas.

São em torno de 10,3 milhões de pessoas em situação de fome no Brasil contemporâneo – o que nos coloca, novamente, no Mapa da Fome Mundial – dentre essas famílias em situação de vulnerabilidade, 74% possuem como “chefe de família” uma pessoa parda ou preta, enquanto que entre os brancos esse número cai para 25%, tornando-se ainda mais desproporcional esse valor se considerarmos que 57% do total da população brasileira é de origem negra. Fatos que se expandem quando os dados apontam que 52% desses mesmos lares possuem mulheres como pessoas de referência, que obviamente por uma correlação, são mulheres pretas, historicamente subjugadas a tal condição de marginalidade e precariedade de existência social. (BELIK, 2020, n. p.).

Assim, somada a questão da fome e mais a pandemia da COVID-19, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), a fome esteve presente em 10,7% das casas de pessoas negras, número maior que o encontrado nas de pessoas brancas (7,5%).

O exemplo concreto de tal cenário foi vivenciado pela professora da rede municipal do estado do Rio de Janeiro, onde uma aluna negra desmaiou de fome. Professores da rede pública de todo o Brasil relatam episódios semelhantes, num momento em que o país soma 13,7 milhões de desempregados e a inflação de alimentos consumidos em domicílio acumula alta de mais de 13% em 12 meses, conforme o IBGE (CARRANÇA, 2021).

Outrossim, também é necessário trazer para o debate as violências que perpassam não somente as questões de raça, mas também de gênero e classe. Assim, quando observa-se os dados referentes à violência doméstica, os números não mentem, as mulheres pretas ainda são as principais vítimas. Logo, destaca-se o últimos dados do IPEA:

Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras. (CERQUEIRA *et al.*, 2021, p. 49).

Quando se dialoga sobre desigualdade social na sociedade brasileira, raça e gênero tem destaque, assim, os atributos e as questões que explicam esse fenômeno são as desvantagens históricas, que atuam de maneira decisiva na definição da posição social dos indivíduos. Outrora se dialogava sobre a diminuição das desigualdades, porém, ainda há diferenças socioeconômicas que afetam de forma específica as mulheres, os negros e, em especial, as mulheres negras (LIMA *et al.*, 2013).

Ao analisar no campo da educação, segundo um estudo realizado por Lima *et al.* (2013), referente à escolarização no nível do ensino superior, por raça e gênero no Brasil dos anos de 1995 até 2009, observa-se que ao longo dos anos houve aumento de mulheres negras no acesso ao ensino superior, todavia, ainda há uma persistência de expressivas desigualdades nas categorias raciais e de gênero. Desse modo, as mulheres brancas estão no topo, os homens brancos que ocupam o segundo lugar, após as mulheres negras e os homens negros que estão na base. Assim, é importante sinalizar que houve um significativo aumento no acesso ao ensino superior, pois são os reflexos das políticas sociais no campo da educação, mas as mesmas não levaram a uma equalização de raça, classe e gênero (LIMA *et al.*, 2013).

Ademais, ainda no que se refere ao acesso da população negra à educação, destaca-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD):

Os percentuais desse contingente da população nacional que não frequentam a escola com um nível de instrução inferior ao ensino médio, segundo cor ou raça é de 27,3% pessoas brancas para 71,7% pessoas pretas ou pardas. Ao olharmos para o ensino superior, as desigualdades raciais permanecem, posto que identificou-se na população nacional que 37,9% das pessoas brancas de 18 a 24 anos estavam estudando, sendo 29,7% no ensino superior, frente a uma taxa de escolarização de 28,8% das de cor preta ou parda, com apenas 16,1% cursando uma graduação. (PNAD, 2020 *apud* PEREIRA *et al.*, 2021, p. 1364).

É perceptível o déficit da população negra no acesso à educação, ainda que haja políticas educacionais, é comum jovens negros largar os estudos para irem trabalhar, com o objetivo de auxiliar no sustento da casa. Desse modo, o não acesso à educação da população negra faz com haja poucas mudanças na configuração da mão de obra brasileira.

Em uma segunda análise, ainda que exista diferenças de gênero do mundo do trabalho, dentro da categoria de gênero há diferenças raciais. Como explica Tatiana Dias Silva (2013, p. 110):

Se para as mulheres brancas das classes médias, um ponto importante para autonomia é sua inserção no trabalho remunerado, demandando políticas de ativação; para as mulheres negras das classes mais pobres, a participação no mundo do trabalho é, em geral, precoce, precarizada e as inscreve, de partida, em patamares desvantajosos.

Como escreve Preta Rara (2019), acabou a escravidão e foram formuladas novas formas de subalternização a partir da raça, do gênero e das diferenças de classe.

Diante desse cenário, é importante ressaltar que o Brasil é o país que abriga o maior contingente de empregadas doméstica no mundo. Existem, aproximadamente, três trabalhadoras domésticas para cada cem habitantes, número que cresce ao longo dos anos, principalmente, quando se trata da presença de mulheres negras. Em 2015, elas correspondiam a aproximadamente quatro milhões, enquanto as mulheres brancas contabilizavam dois milhões no ramos. (RARA, 2019, p. 3).

Ao analisar essas questões sociais, junto à pandemia da COVID-19, evidencia-se as atrocidades que foram vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas:

Com uma formação escravocrata, perpetua-se a cultura escravagista e o ideário colonial que defende que pessoas devam ser submetidas a outras, no âmbito cultural, social e laboral. Nessa perspectiva, a situação das empregadas domésticas é a que mais escancara a dinâmica de dominação racial no país. A obrigação de que estas, majoritariamente mulheres negras, permaneçam no trabalho em meio a uma pandemia, com a alegação de que são trabalhos essenciais, sem terem condições de segurança e quarentena para si e suas famílias, demonstra o nível do desprezo por suas vidas. (SOUZA; BARBOSA, 2020, p. 106).

Além disso, a violência que sempre foi presente na vida da população negra não somente se somou com a pandemia, mas exacerbou-se ainda mais:

Mortes tão brutais como aquelas causadas pelo novo coronavírus decorrentes da falta de recursos para internação e de equipamentos de proteção individual para os profissionais de saúde dos hospitais localizados nas regiões pobres do país. Foram mortes de criança em dia de festa de aniversário e de criança que ficou sob os cuidados da patroa para que sua mãe levasse os cachorros dessa mulher para passear na área externa do apartamento. Há casos ainda mais graves, como uma criança que não teve seu direito de ser segurada no colo de quem já a amava em função de uma operação policial em uma favela do Rio de Janeiro; morreu ainda no útero de sua mãe por uma bala perdida. Houve também a morte de uma idosa negra que viu todo o constrangimento, vergonha e ódio pelo seu marido que foi injustamente considerado culpado pelo roubo de um celular dentro de um hospital. (SILVA, 2021, p. 11).

As mulheres negras trabalhadoras domésticas residem majoritariamente nas favelas e periferias, isto é, geralmente em áreas, de modo geral, fortemente impactadas pelas privações sociais, de moradia, saneamento, educação, emprego e renda. Essas condicionalidades se acumulam e se inter-relacionam em um cenário de crise sanitária (SANTOS *et al.*, 2020). A falta de água impossibilita a higienização adequada, como também a necessidade de continuar trabalhando e, conseqüentemente, se expondo ao vírus. Normalmente, essa população está inserida em empregos informais, que somados aos fatores pré-existentes à pandemia lançam a população negra ao abismo que se abre drasticamente.

Assim, as desigualdades sociais e raciais do Brasil estão assentadas numa matriz de opressão interseccional colonial, patriarcal e classista, fazendo com que as mulheres negras ocupem a base da pirâmide social. Logo, os grupos mais frágeis da sociedade são os moradores das periferias. E os mais frágeis entre os favelados são as mulheres. E os mais frágeis entre as mulheres são as mulheres negras. Esse motivo acontece porque, na sua grande maioria, são elas que estão inseridas em empregos informais e que cuidam dos filhos e dos pais idosos, e, também, que fazem parte do grupo de risco (GUIMARÃES, 2020). Enfim, esses múltiplos aspectos que perpassam a vida das mulheres negras pode ser expresso da seguinte maneira: “Ser mulher negra é experimentar essa condição de asfixia social” (CARNEIRO, 2019, contracapa).

Assim, verifica-se que neste momento pandêmico as desigualdades de gênero, raciais e sociais se manifestam de forma ainda mais abismal, tendo na população negra e, em especial, na mulher negra, consequências que literalmente lhes custam a vida. Além disso, percebe-se que o trabalho coloca essas mulheres ainda mais em risco, pois são obrigadas a colocar sua saúde em risco para ter o que comer e, geralmente, dar de comer ao núcleo familiar e, frequentemente, vivem a contradição de qualificar o preparo da comida do local de trabalho para poderem garantir a sobrevivência alimentar do seu núcleo familiar.

Por isso, é importante desvelar a realidade concreta das mulheres trabalhadoras domésticas durante a pandemia, para dar visibilidade a continuidade e, talvez, ao acirramento da desigualdade social fruto da interseccionalidade presente em uma sociedade onde pretensamente existe a democracia racial, mas que convive com a discriminação e a opressão de gênero, de raça e de classe. Assim, a pesquisa contribuiu na quebra deste mito e no fortalecimento da importância de uma cultura antirracista, capitalista e patriarcalista, como um dos pressupostos para a ruptura com a desigualdade social existente na sociedade brasileira.

### 3.2 PROBLEMATIZAÇÃO

O Brasil foi fundado enquanto nação a partir da colonização de países europeus, sobretudo, a colonização de Portugal. Sendo assim, considera-se que a principal força de trabalho ao longo de seus cinco séculos foi a exploração dos nativos que aqui habitavam e aqueles trazidas à força do continente africano. O território nacional foi construído a partir do sangue e do suor daqueles que foram denominados como população negra e indígenas (ORTEGAL, 2018).

Assim, a colonização no território brasileiro foi fortemente devastadora, à base da exploração econômica. Consequentemente, o Brasil torna-se uma sociedade fechada, uma

sociedade colonial escravocrata e antidemocrática. Nasce e cresce sem experiência de diálogo entre diferentes culturas, pois a irrupção também invade o contexto cultural dos povos colonizados e impõe sua visão de mundo. Logo, a invasão cultural promove a alteração nos valores do invadido, fazendo com que ele veja a realidade sob a ótica do invasor. Isso garante a estabilidade do invasor e se torna tática de dominação. Nesse sentido, o dominado começa a pensar sob a ótica do outro, em vez de pensar por si mesmo (FREIRE, 1997).

Como bem escreve Fanon (2020), o processo de colonização trouxe a inferiorização racial para a população negra, logo, a inferiorização racial ocorre por ação do racista, independentemente da proporção entre brancos e negros em uma região, e a oposição entre o negro e o branco começa no momento em que este questiona a humanidade daquele, um só existe porque o outro existe. Assim, conseqüentemente, o colonizador. Logo, observa-se a forma como homens brancos se dirigem aos negros, usando expressões que se assemelham a um adulto falando com uma criança, além de usar gestos artificiais com o intuito de facilitar a comunicação, pois entende que o interlocutor tem baixa capacidade cognitiva de interpretação, e, portanto, considera tal comportamento patológico. Entende-se que a utilização de uma comunicação infantilizadora resulta da visão de que o negro não tem cultura, nem passado histórico, como se o povo negro fosse novo na história da humanidade e estivesse traçando seus primeiros passos como civilização.

Ademais, o autor também escreve que toda a população que teve sua língua e cultura massacrada e inferiorizada pelo colonialismo, encontra a linguagem como mecanismo para se aproximar do ideal de ser humano. Isso porque acredita que com a linguagem carrega consigo o mundo de significados e culturas, conseqüentemente, aproximando-se assim do homem branco (FANON, 2020).

Dessa maneira, quando se refere ao período colonial, não houve participação popular na vida pública do país, pois quem governava era um poder externo ao povo, homens brancos, o senhor das terras, os fiscais e membros da Coroa, nobres e entre outros. Esse fato criou uma consciência hospedeira da opressão, consciência habituada a seguir leis e preceitos de outros, em vez da consciência livre e criadora necessária para um regime democrático (ZATTI, 2007).

Ao olhar para a binaridade do domínio colonial, percebe-se que a sociedade brasileira foi construída através do atraso cognitivo e moral, onde a corrupção é a herança deixada pelos africanos e indígenas, pois de um modo geral as sociedades latino-americanas são sociedades em desenvolvimento, e o norte do mundo, a Europa, é avançada e desenvolvida. Assim, a construção de sociedade avançada e sociedade em desenvolvimento também faz parte da

hierarquização do Ocidente, onde o outro é o negativo, o atrasado e o que não avança (SOUZA, 2015).

A perspectiva colonial também se pauta na hierarquização das raças. Assim, o Brasil, sociedade multirracial, utiliza esse fator para a dominação e exclusão de grupos étnico raciais.

Para ser racista, coloca-se como postulado fundamental a crença na existência de “raça” hierarquizadas dentro da espécie humana. De outro modo, no pensamento de uma pessoa racista existem raças superiores e raças inferiores. Em nome das chamadas inúmeras atrocidades foram raças, cometidas nesta humanidade. (MUNANGA, 2019, p. 15).

Evidencia-se que o racismo é uma das criações do colonialismo. Conforme o professor Silvio Almeida (2018), o racismo é uma das estruturas que moldam a vida social contemporânea, fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de violência e desigualdade. Assim, o racismo é uma das manifestações da estrutura do capitalismo, forjada pela escravidão, e aqui no Brasil as mulheres negras são as principais vítimas a partir dos atravessamentos de raça, gênero e classe.

Deve-se considerar que a sociedade brasileira é constituída pelo mito da democracia racial. Segundo Domingues (2005), isso distorce o padrão das relações raciais no Brasil, tendo sido construído ideológica e intencionalmente por uma elite branca, com o objetivo de maquiagem a opressiva realidade da desigualdade entre negros e brancos. Logo, quando se nega o preconceito racial, desarticula-se a luta política antirracista, pois não se pode combater o que não existe. E uma das proezas do mito da democracia racial foi:

[...] ter ocultado: primeiro, o conflito inter-racial; segundo, a abissal desigualdade social entre negros e brancos [...]. Essa solução, mais que prescindir a instauração de um regime de apartheid, forjou o fetiche da integração simbólica do negro no seio da nacionalidade. O idílico cenário racial era apontado como vantagem para o desenvolvimento nacional. (DOMINGUES, 2005, p. 122).

É importante destacar que esse mito foi sustentado por muitos teóricos tradicionais do pensamento brasileiro, dentre eles pode-se citar Gilberto Freyre com seu livro “Casa-grande & senzala”, que se tornou um clássico mundial e exportou a tese da democracia racial, romantizando violências sofridas pelo povo negro ao encobrir a hierarquia racial com uma falsa ideia de harmonia (RIBEIRO, 2019).

Outro fator que fundamenta o mito da democracia social diz respeito ao elevado grau de miscigenação, que era atribuída como sinal de tolerância étnica. Esse ideário foi bastante difundido pela produção intelectual do século XX, atribuindo: “[...] como marco fundador do processo de miscigenação a propalada promiscuidade entre negras e brancos no sistema

escravista, cujo resultado, a médio e longo prazo, foi nivelar em um patamar de igualdade brancos e não-brancos” (DOMINGUES, 2005, p. 124).

A mestiçagem se apresentava, então, como expressão de aproximação nas relações raciais. No entanto, a tendência natural do português a uniões com negras era um engano. No período da escravidão, o abuso sexual da escrava era conduta normal do senhor. Nascimento (1978) corrobora com essa afirmação considerando que:

O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco. Esta realidade social é oposta à prevalecente idéia de que a formação do Brasil se verificou obedecendo um processo integrativo imune de qualquer preconceito; tira a máscara do português e do brasileiro "branco" isentos de procedimentos racistas. Liquida certos argumentos considerando que aquela ausência de preconceito teria permitido ao colonizador engajar-se numa saudável interação sexual com a mulher negra [...]. (NASCIMENTO, 1978, p. 61-62).

Assim, atualmente, o Brasil é o país com a maior população negra fora do continente africano. Segundo dados do IBGE, em 2020, 54% da população brasileira era negra ou parda. Já as mulheres negras, especificamente, representavam 27,8% da população. Ainda que representem 1/4 da população brasileira, o que se assiste histórica e cotidianamente é um *apartheid* que invisibiliza e silencia essas mulheres nas relações sociais que estabelecem no privado e no público, dificultando, dessa forma, a conquista e garantia de direitos.

As mulheres negras, nos espaços de disputa por direitos, veem-se silenciadas duplamente: primeiro, por um feminismo branco e, por vezes, elitista, que não permite ecoar as reivindicações da mulher negra, ou quando permite é por meio do eco da voz branca e seu protagonismo; e, segundo, pelo próprio movimento negro que, com o patriarcado, foca na superioridade do homem e invisibiliza as dores e anseios da mulher negra.

Para Heleieth Saffioti (2004), a relação que existe entre gênero, raça/etnia e poder demonstra que culturalmente a superioridade masculina se dá não somente devido a seu gênero, mas também a sua cor. Ela afirma que na ordem patriarcal em que o gênero está inscrito, o homem branco tem privilégios, valendo-se de um sistema produtor de desigualdades sociais, pois a contradição da sociedade atual é composta pelo nó patriarcado, racismo e capitalismo.

Vilma Piedade (2017, p. 12) reafirma que “um dos problemas do pensamento feminista foi perceber o movimento como um projeto único, moldado para a mulher branca, ocidental, de classe média, instruída”. No começo do movimento feminista, as mulheres brancas lutavam por direitos políticos e jurídicos e pautavam a igualdade nas relações de trabalho e inserção no mercado. Entretanto, as mulheres negras lutaram antes, junto com os homens negros, para que

a população negra fosse libertada da mão de obra forçada, não paga. Elas tiveram papel fundamental na organização dos quilombos e nas estratégias para conseguir a alforria dos homens negros. Então, elas foram importantes não só para fazer girar a roda do capitalismo, mas também na sobrevivência, libertação e organização política do seu povo.

A mulher negra sempre esteve inserida no processo de produção capitalista, da forma mais desumana, cruel, desigual, mas esteve. E mesmo depois da abolição foi mantida numa condição de subserviência ao sistema, sujeitando-se às condições subumanas de trabalho.

Ao analisar os dados do IPEA, percebe-se que a mulher negra é a que mais sofre com as manifestações da questão social. Desde a baixa escolaridade, a inserção no mercado formal de trabalho, até os índices de violência, que são mais elevados entre as mulheres negras. Em estudo realizado pelo IBGE (2020), o Brasil é o 9º país mais desigual do mundo, sendo que tal desigualdade incide de maneira ainda mais brutal sobre a população negra, e, mais ainda, sobre as mulheres negras, representando 39,8% das pessoas em situação de extrema pobreza.

Entre as famílias chefiadas por mulheres, 69% das mulheres negras possuíam, em 2009, renda familiar de até um salário-mínimo, enquanto entre as mulheres brancas o percentual ficava em 42,7% (IPEA, 2013). No Atlas da Violência (IPEA, 2020) vemos que, em 2018, a cada duas horas uma mulher era morta no Brasil, num total de 4.519 assassinatos por ano, sendo que desse total 68% eram negras. E segundo dados do Monitor da Violência (G1, Núcleo de Estudos da Violência da USP e Fórum Brasileiro de Segurança Pública), 75% das mulheres assassinadas no Brasil no primeiro trimestre de 2020 eram negras.

Constata-se que neste momento pandêmico as desigualdades de gênero, raciais e sociais se manifestam de forma ainda mais abismal, tendo na população negra e, em especial, na mulher negra, consequências que literalmente lhes custam a vida. Como falou a Dra. Jurema Werneck<sup>9</sup>, na CPI da Pandemia, em junho do ano passado, a morte da população negra e das camadas populares já era prevista e o governo central, ao não adotar medidas de contenção do vírus, foi negligente e o grande responsável pelo genocídio daquelas populações. A Dra. Jurema apresentou dados da PNAD-COVID referente às 52 primeiras semanas da pandemia no Brasil, os quais evidenciavam que a maioria das 66% de pessoas que morreram da doença era população não-branca e estavam nas unidades públicas de saúde. Além disso, em São Paulo, que é a maior e mais populosa cidade do país, também teve a prevalência de pessoas negras mortas pela novo coronavírus.

---

<sup>9</sup> Jurema Pinto Werneck é uma feminista negra, médica, autora e doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ativista do movimento de mulheres negras brasileiro e dos direitos humanos, assumiu a Direção Executiva da Anistia Internacional Brasil em fevereiro de 2017 (WERNECK, 2020).

que as taxas de mortalidade entre os pacientes com COVID-19 eram mais altas entre os negros. Dados coletados no mês de maio por pesquisadores independentes para mais de 5.500 municípios mostram que 55% dos pacientes negros, hospitalizados com COVID-19 em estado grave, morreram em comparação com 34% dos pacientes brancos. (ARAÚJO; CALDWELL, 2021, p. 8).

Como bem escreve Lucélia Luiz Pereira (2021), a COVID-19 provocou a intensificação e expansão da pobreza e das desigualdades sociais no país. E essas consequências atingiram mais fortemente as mulheres negras, que na sua maioria vivem com menos de um salário-mínimo. A autora chama a atenção para as responsabilidades que o Estado deve ter e para os retrocessos constitucionais que estão ocorrendo, destacando que:

Para uma resposta a esse agravamento, é necessária a centralidade das políticas de saúde e de assistência social, com base nos Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No entanto, a proteção social prevista na Constituição encontra-se em risco ao considerarmos os retrocessos vividos com o acirramento do conservadorismo e a intensificação do projeto neoliberal e colonial de redução do Estado. (PEREIRA, 2021, p. 18).

Quando se dialoga sobre essas questões mencionadas e mais a perspectiva do trabalho, considera-se que quanto maior o salário ofertado por uma empresa, menor a chance de uma pessoa negra ocupar tal cargo. Sabe-se que a população negra, em sua maioria, está inserida em empregos insalubres, setores informais, entre os desempregados ou, então, realizando trabalho doméstico. Desse modo, durante a pandemia, quando houve uma significativa insegurança econômica, os/as trabalhadores/as foram colocados/as de frente com o risco, sendo as empregadas domésticas as primeiras vítimas da COVID-19, conforme análise de Araújo e Caldwell (2021, p. 10):

Durante uma pandemia, essa insegurança econômica diminui drasticamente a capacidade dos negros se distanciar socialmente e os torna altamente dependentes de permanecer em seus empregos, apesar da ameaça à saúde. Empregadas domésticas, por exemplo – a maioria delas são mulheres negras – estão se mostrando um grupo de alto risco. Aliás, uma trabalhadora doméstica estava entre as primeiras mortes de COVID-19 no Brasil.

Abdias do Nascimento (2016) fala que o genocídio negro no Brasil não se dá propriamente através do assassinato do corpo, mas sim do assassinato da cultura, da religião e dos costumes da população negra, e a pandemia demonstrou que a população negra foi a que mais morreu não em decorrência do vírus em si, mas pelo racismo perpetuado mesmo depois da abolição da escravidão. Nas palavras de Silvio Almeida (2018, p. 112): “as sociedades contemporâneas, mesmo após o fim oficial dos regimes escravistas, permaneceriam presas a padrões mentais e institucionais escravocratas, ou seja, racistas, autoritários e violentos”.

No que se refere especificamente à cidade de Pelotas, sabe-se que historicamente a região sul registrou um grande número de negros, utilizados pela indústria do charque, durante a escravidão. E no pós-abolição, o negro vai se incorporar ao operariado e às categorias de profissionais ligadas ao porto. Atualmente, no estado do Rio Grande do Sul, Pelotas é o município que tem a maior proporção de pessoas negras (SPOLLE, 2010).

Segundo o último panorama das desigualdades de raça/cor no ano de 2019, no estado do Rio Grande do Sul, a população gaúcha é composta por 79% de pessoas brancas e 21% de negras. Outrossim, destaca-se a diferença entre os sexos: mulheres são 79,9% brancas, 13,9% pardas e 5,9% pretas. Já entre os homens, são: 78,1% brancos, 14,9% pardos e 6,6% pretos (AUGUSTIN *et al.*, 2021).

No que se refere aos dados específicos de Pelotas, segundo censo do IBGE no ano de 2010<sup>10</sup>, a cidade conta com 328.275 habitantes. Assim, desse contingente, 80,80% são pessoas brancas, 10,61% são pretas e 8,09% pardas. Logo, identifica-se que ainda que Pelotas tenha sido uma cidade onde houve um significativo número de negros/as escravizados/as, percebe-se que no ano de 2010 a população negra representava somente 10,61% da população. Uma hipótese para esse dado ser baixo é a questão da autodeclaração sobre raça/cor<sup>11</sup>.

Além disso, faz-se relevante os dados específicos da cidade de Pelotas referentes ao coronavírus. Segundo informações que foram extraídas dos prontuários por um Técnico em Informática que trabalha na linha de frente no Centro de Atendimento de Síndromes Gripais - UPA Bento, desde o dia 24 de abril de 2020 até o dia 04 de novembro de 2020 ocorreram 2290 atendimentos de suspeitos de COVID-19 (nem todos testaram positivo para o vírus), sem constar a identificação de raça. Entretanto, de todos os atendimentos computados, houve um óbito no Centro durante o presente período, o qual, segundo informações do servidor, era um paciente negro.

Constata-se que neste momento pandêmico as desigualdades de gênero, raça e de classe se manifestam de forma ainda mais abismal, tendo na população negra e, em especial, na mulher negra, consequências que literalmente custaram a vida de algumas delas. Além disso, é possível perceber que o trabalho coloca essas mulheres ainda mais em risco, pois são obrigadas a colocar a sua saúde em risco para ter o que comer e, geralmente, dar de comer ao núcleo familiar, já que muitas são mãe-solo. Diante disso, levantou-se a questão: **como as mulheres negras trabalhadoras domésticas na cidade de Pelotas/RS vivenciaram o período da pandemia da COVID-19?**

<sup>10</sup> Destaca-se que este foi o último censo que o IBGE fez na cidade.

<sup>11</sup> A autodeclaração racial é um documento afirmando sua identidade étnico-racial.

### 3.3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Considerando o exposto, até aqui foram estabelecidos os seguintes objetivos para a pesquisa.

Objetivo geral:

- Analisar como a interseccionalidade de classe, gênero e raça se manifestou no cotidiano de mulheres negras trabalhadoras domésticas, durante o período da pandemia da COVID-19.

Já os objetivos específicos:

- Descobrir as consequências da pandemia no cotidiano de mulheres negras trabalhadoras domésticas;
- Identificar discriminações, opressões, explorações e manifestações de solidariedade e de sororidade experimentadas por mulheres negras trabalhadoras domésticas durante a pandemia;
- Evidenciar o efeito da interseccionalidade de classe, gênero e raça na vida de mulheres trabalhadoras domésticas negras.

Considerando os objetivos pretendidos, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois conforme Minayo, Deslandes e Gomes (2011, p. 21-22),

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para o desenvolvimento, foi utilizado como meio principal a história oral para colocar em evidência a “construção dos atores de sua própria identidade, onde reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer, de forma inequívoca, que o passado é construído segundo as necessidades do presente, chamando a atenção para os usos políticos do passado” (ALBERTI, 2018, p. 16).

Outra questão também é o livro *Ensinando Pensamento Crítico: sabedoria prática*, de bell hooks (2020), onde a autora escreve que por conta da sua multidimensionalidade as histórias têm um caráter de mágica e sedução, pois trata-se de um caminho de saber, para evidenciar, confirmar ou negar uma ideia. As histórias contadas são tão importantes quanto o pensamento produzido no ensino superior dominador.

Para melhor captar e compreender as repercussões da pandemia da COVID-19 em mulheres negras trabalhadoras domésticas, foi delimitado como campo de pesquisa a cidade de

Pelotas/RS. Assim, realizou-se entrevistas abertas com cinco mulheres negras trabalhadoras domésticas, procurando descobrir as consequências da pandemia no seu cotidiano, identificando os enfrentamentos realizados durante a COVID-19, na relação do trabalho e família, bem como descrever as manifestações da desigualdade social na vida dessas mulheres durante o período pandêmico.

Logo, utilizou-se como determinante comum para participar da pesquisa trabalhadoras domésticas e mulheres negras que realizam o trabalho doméstico no marco de uma relação de trabalho. Considerou-se que o trabalho doméstico se caracteriza em limpar a casa, cozinhar, lavar e passar roupas, cuidar de crianças e pessoas idosas ou doentes, cuidar de jardins, entre outras atividades ligadas à manutenção da casa e dos(as) moradores(as), assim, estudou-se mulheres que realizam essa espécie de serviço. Dessa maneira, foram escolhidas mulheres negras trabalhadoras domésticas a partir da indicação de relações informais da pesquisadora.

Além disso, a sistematização obtida com as respostas das entrevistadas foi analisada pelo método crítico dialético, pois o mesmo “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos, quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais e sociais” (GIL, 2008, p. 35).

Assim, a pesquisa buscou conhecer, compreender e analisar criticamente como a pandemia foi enfrentada pelas mulheres negras em Pelotas, tendo em vista não apenas o relato sobre as repercussões no cotidiano, mas a perspectiva histórica e de totalidade, partindo da realidade concreta vivenciada e narrada pelas próprias mulheres.

## **4 MULHERES NEGRAS COMO TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA CIDADE DE PELOTAS/RS NO CONTEXTO DE PANDEMIA: DESCOBRINDO VIVÊNCIAS E DETERMINAÇÕES**

Este capítulo traz o resultado das entrevistas realizadas com cinco trabalhadoras domésticas. Cabe, inicialmente, ressaltar a resistência da classe trabalhadora em participar do estudo, que foi desenvolvido no período compreendido entre agosto e outubro de 2022. A tentativa de obter indicações da presidenta do Sindicato de Empregadas Domésticas de Pelotas, apesar da receptividade inicial, logo se mostrou ineficaz, pois as pessoas indicadas acabaram apresentando vários motivos para não participar. Assim, as entrevistadas foram indicadas aleatoriamente por pessoas conhecidas da pesquisadora. E o tempo determinado para a conclusão da pesquisa acabou limitando a cinco entrevistadas.

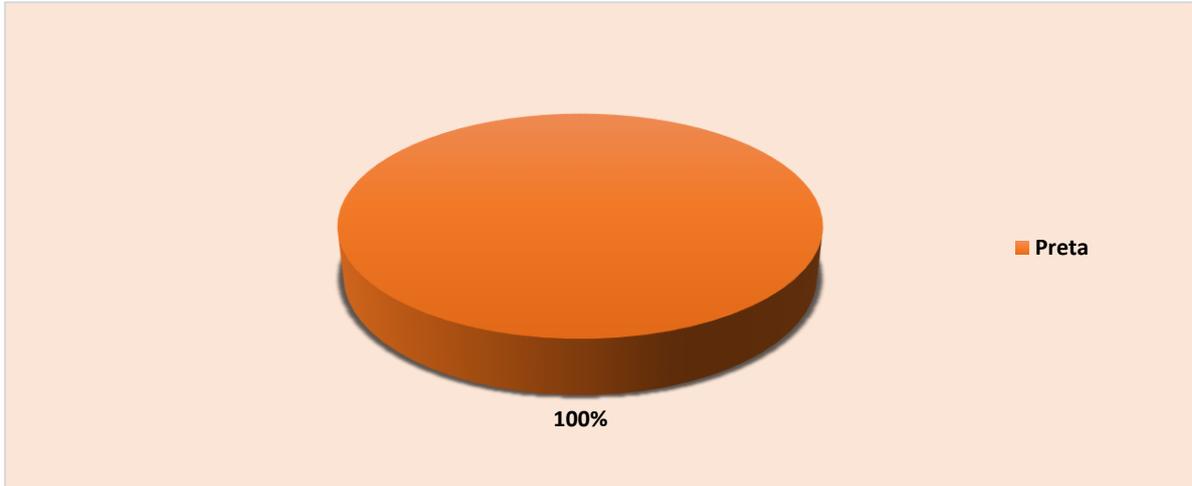
Optou-se por apresentar os resultados da pesquisa, privilegiando as suas falas, e, para isso, o capítulo aborda a caracterização das entrevistadas e trabalhadoras domésticas negras, o cotidiano durante o período pandêmico, as consequências que a pandemia trouxe para vida familiar e social, as manifestações de discriminação, constrangimento ou violência, os gestos de solidariedade durante a pandemia e uma possível consciência dos atravessamentos de raça, classe e gênero. A análise dos dados obtidos visou construir uma síntese das descobertas, relacionando-as com os objetivos da pesquisa.

### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS**

Iniciando a análise dos dados obtidos com a pesquisa empírica, primeiro será realizada a caracterização das cinco entrevistadas através dos gráficos<sup>12</sup> elaborados, que se referem a: raça/cor, escolaridade, média salarial, trabalho doméstico realizado, jornada de trabalho, vínculo com o INSS, meio de locomoção, estado civil, se possuem filhos, número de pessoas na composição familiar, desemprego na pandemia, redução de salário, contágio com o vírus e obrigatoriedade de trabalho em meio a pandemia.

---

<sup>12</sup> Gráficos elaborados pela autora seguindo o roteiro de perguntas da pesquisa aplicada.

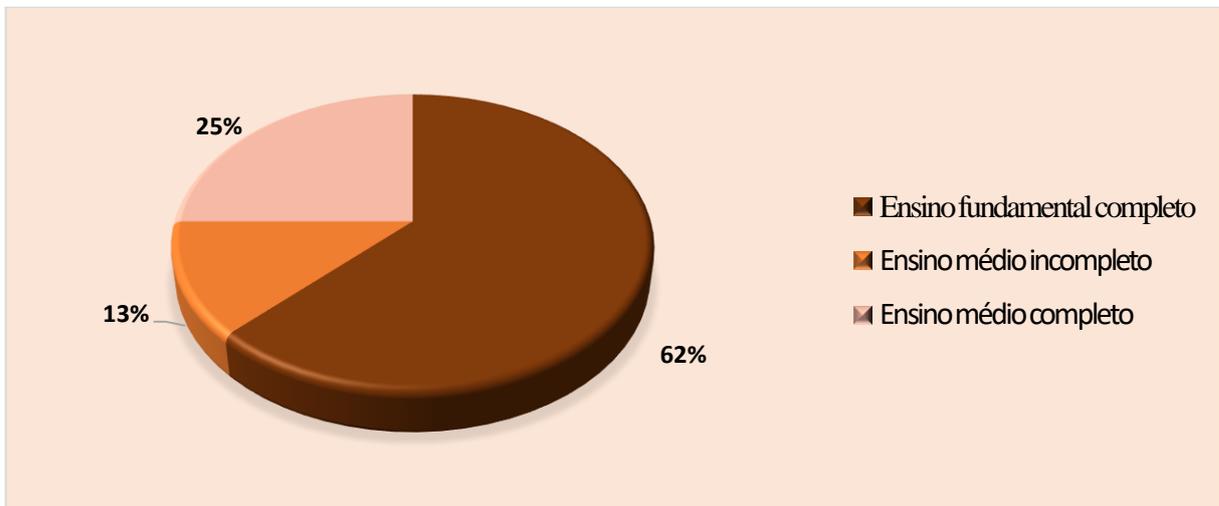


**Gráfico 1:** Raça/cor.

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta - 1 Raça/cor.

Em relação a raça/cor, pode-se perceber que todas as entrevistadas são da cor preta.

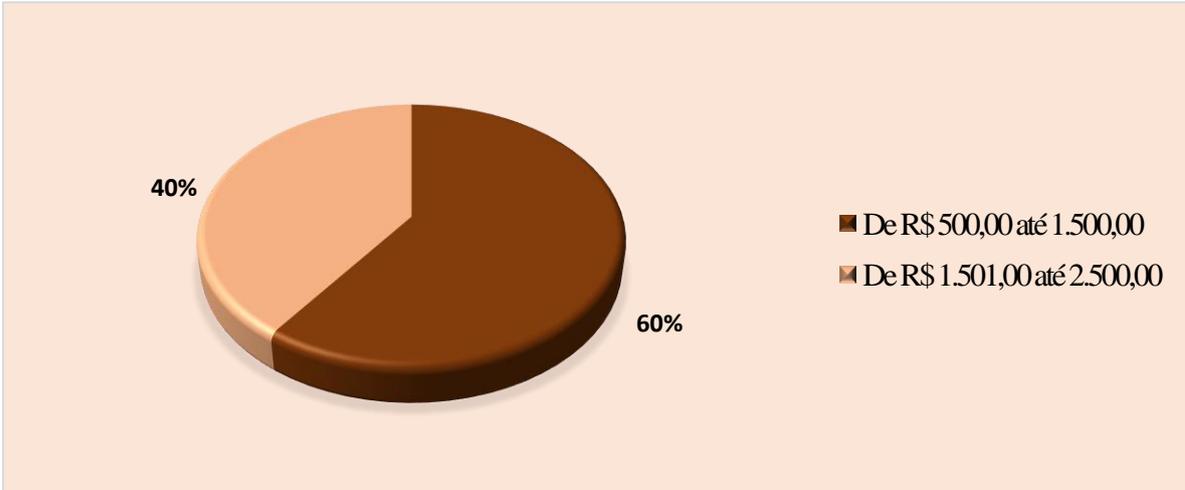
Cabe lembrar as considerações de Nogueira (2017), de que os quase trezentos anos de escravidão culminaram em um fardo simbólico nas costas das trabalhadoras domésticas negras, que mesmo após a abolição se mantém. A desvalorização desse trabalho manual visto como “trabalho de preto” ainda está presente, marcando a identidade do trabalho doméstico no Brasil e, atualmente, ainda preserva nas suas características as raízes da subordinação das mulheres negras.



**Gráfico 2:** Escolaridade.

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta 2 - Escolaridade.

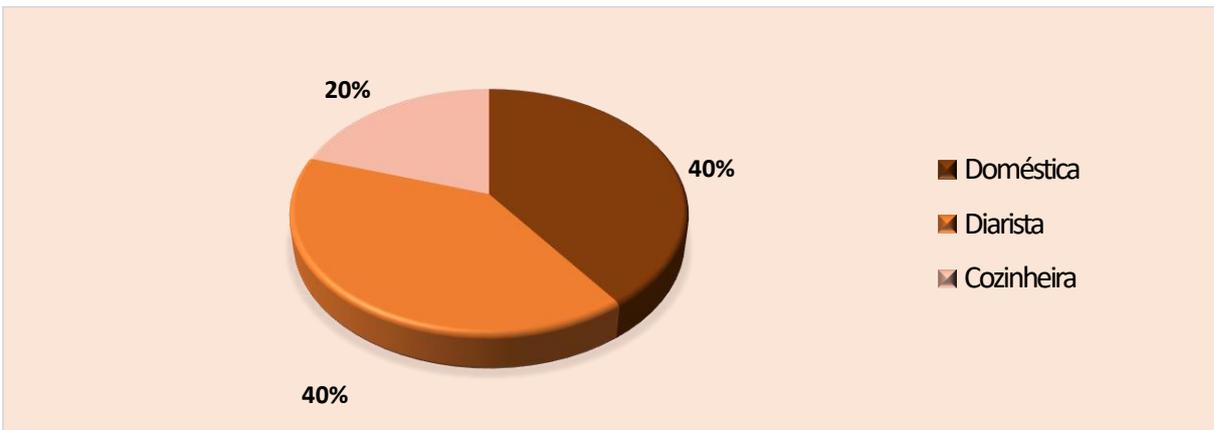
Quanto à escolaridade, a maioria das entrevistadas, 62%, possuem ensino fundamental completo, 25% possuem ensino médio completo e 13% ensino médio incompleto. Aqui nota-se a confirmação do déficit do acesso à educação da população negra apontado por Pereira (2021) e pelos dados do PNAD (2020), pois mesmo com políticas educacionais o abandono dos estudos para ir em busca de trabalho ainda é uma realidade para os jovens negros.



**Gráfico 3:** Média Salarial.

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta 3 - Média Salarial.

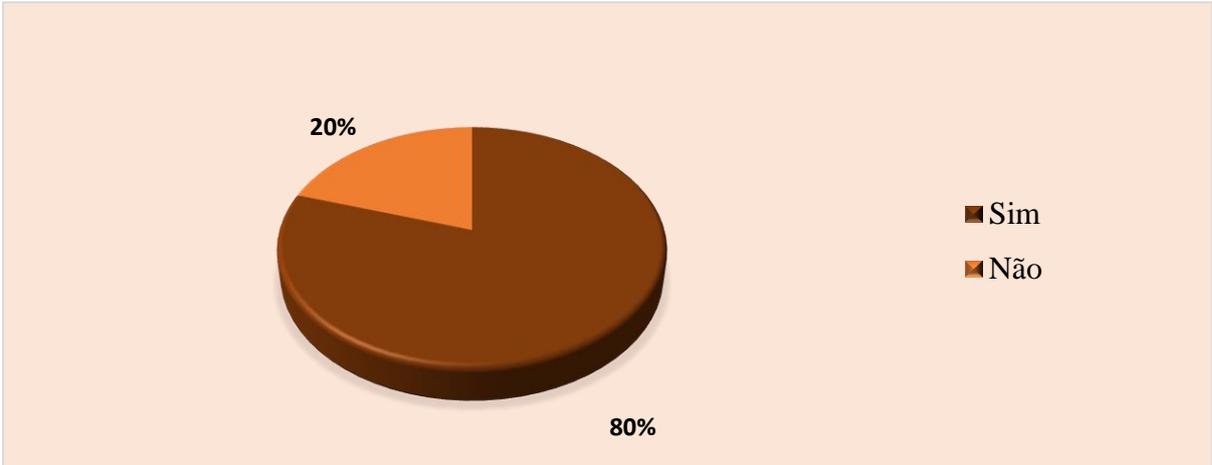
Sobre a média salarial, a maioria, que corresponde a 60% das entrevistadas, afirmou receber de R\$ 500,00 a R\$ 1500,00, enquanto 40% delas recebem uma média de R\$ 1501,00 a R\$ 2500,00. Esses dados corroboram a afirmação trazida por Lucélia Luiz Pereira (2021), de que a maioria das mulheres negras vivem com menos de um salário-mínimo.



**Gráfico 4:** Trabalho doméstico realizado.

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta 4 - Tipo de Trabalho Doméstico Realizado.

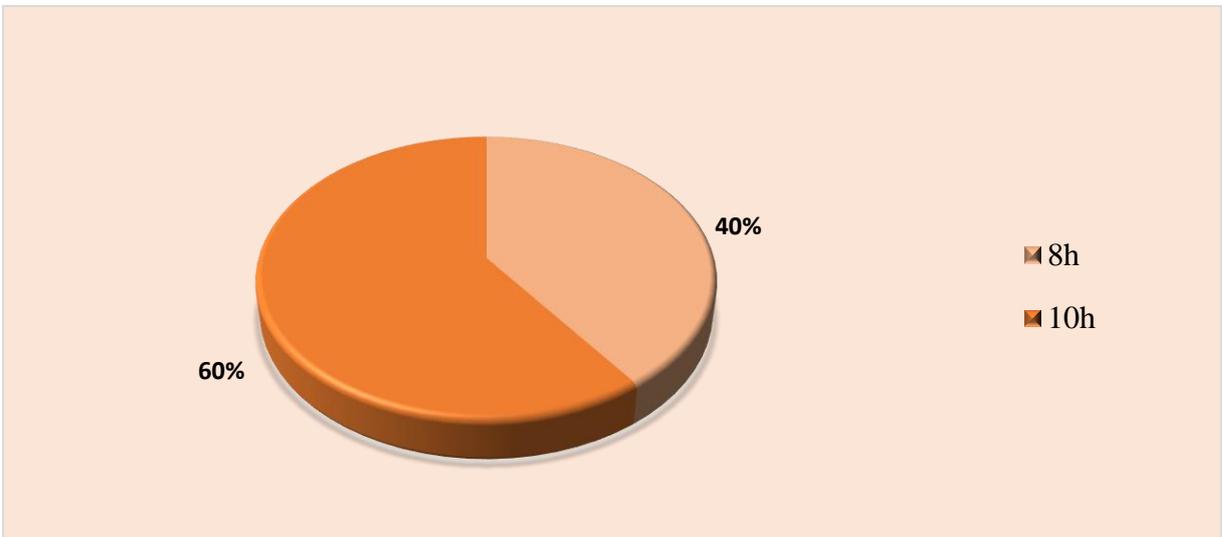
No que tange ao trabalho doméstico realizado, as respostas diarista e doméstica tiveram o mesmo percentual de 40% cada, ao passo que 20% responderam exercer a função de cozinheira. Como pode-se perceber, as mulheres negras permanecem em espaços subalternizados e, como Nascimento (2018) afirma, elas sofrem com o critério racial, que é seletivo e as mantém nos empregos tradicionais.



**Gráfico 5:** Vínculo com INSS (carteira assinada).

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta 5 - Jornada de Trabalho Diária.

Quanto ao vínculo com o INSS, 80% das respondentes declararam ter vínculo empregatício regularizado junto ao INSS (carteira assinada), enquanto 20% não possui vínculo. Embora os dados desta pesquisa apontem para uma maioria de empregadas domésticas com carteira assinada, é sabido que quando se trata de trabalho doméstico, a maior parte das trabalhadoras se inserem na informalidade, sem receber os direitos sociais aos quais elas têm direito enquanto trabalhadoras.



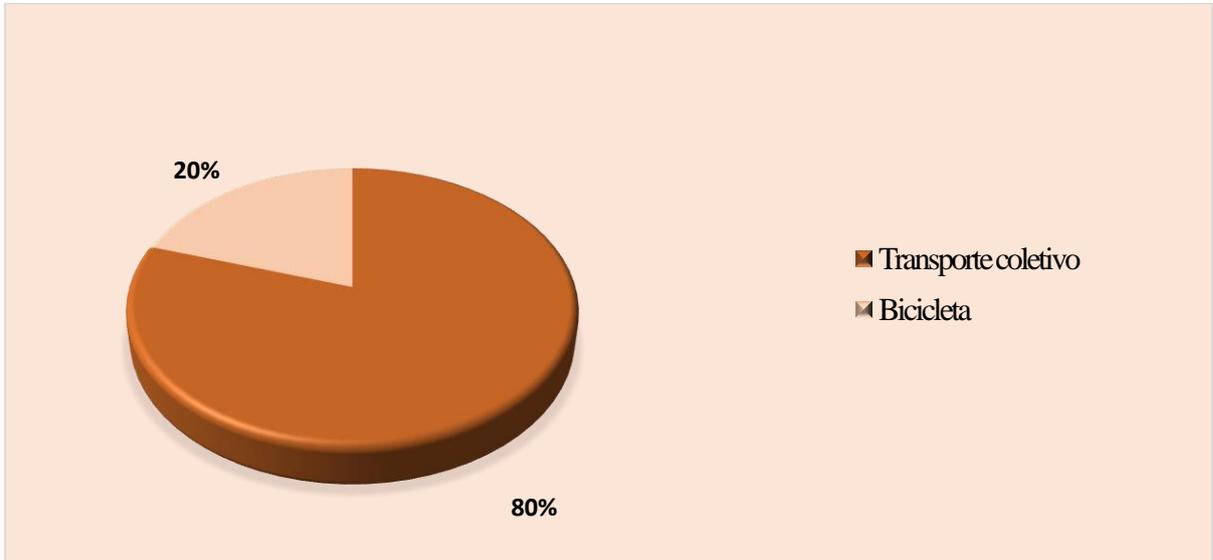
**Gráfico 6:** Jornada de trabalho diária.

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta 6 - Tem vínculo com INSS, ou seja, tem a carteira assinada?

No que diz respeito a jornada de trabalho, 60% das entrevistadas afirmaram trabalhar 10h por dia, enquanto 40% delas trabalham 8h por dia.

As mulheres negras são acometidas pelos atravessamentos de raça, classe e gênero. De acordo com Valeriano e Tosta (2022), isso as coloca no nó das desigualdades, que junto à crise sanitária acirra ainda mais a condição de subalternidade da mulher negra trabalhadora

doméstica, considerando que são elas que articulam trabalho e família em diversos lares brasileiros, realizando dupla jornada de serviço, no âmbito privado e na esfera remunerada.

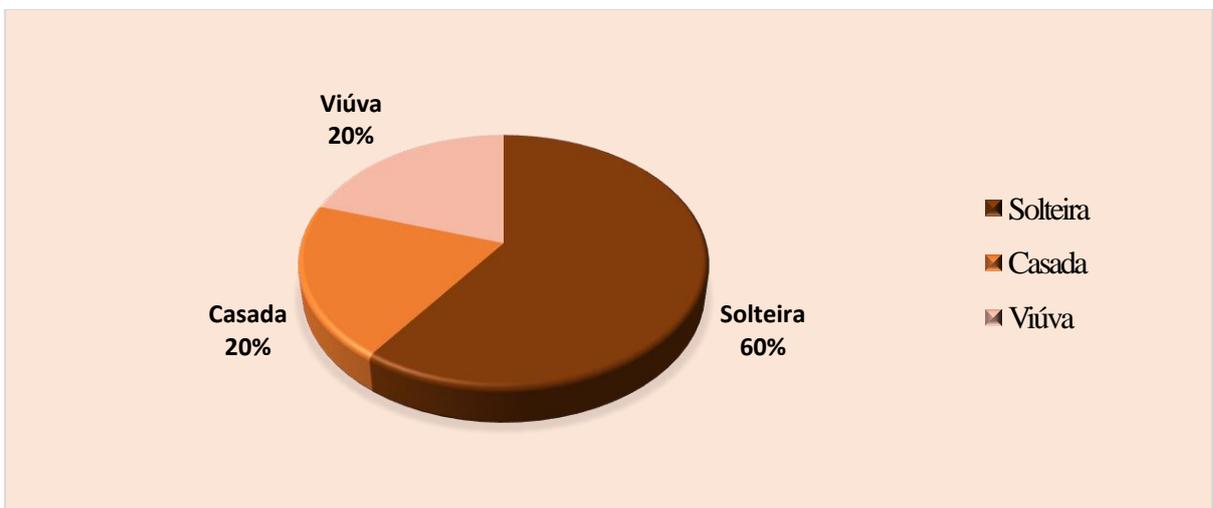


**Gráfico 7:** Meio de locomoção.

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta 7 - Meio de locomoção para o serviço.

O meio de locomoção mais utilizado pelas respondentes da pesquisa é o transporte coletivo, que é utilizado por 80% delas, enquanto 20% utilizam bicicleta para se locomover até o serviço.

Reitera-se que grande parte das trabalhadoras domésticas residem nas periferias e estão sujeitas à mobilidade urbana precária. Essa segregação geográfica, de acordo com Gualberto *et al.* ([ca. 2022]), faz com que as trabalhadoras percorram horas no transporte público a fim de chegar ao local de trabalho.

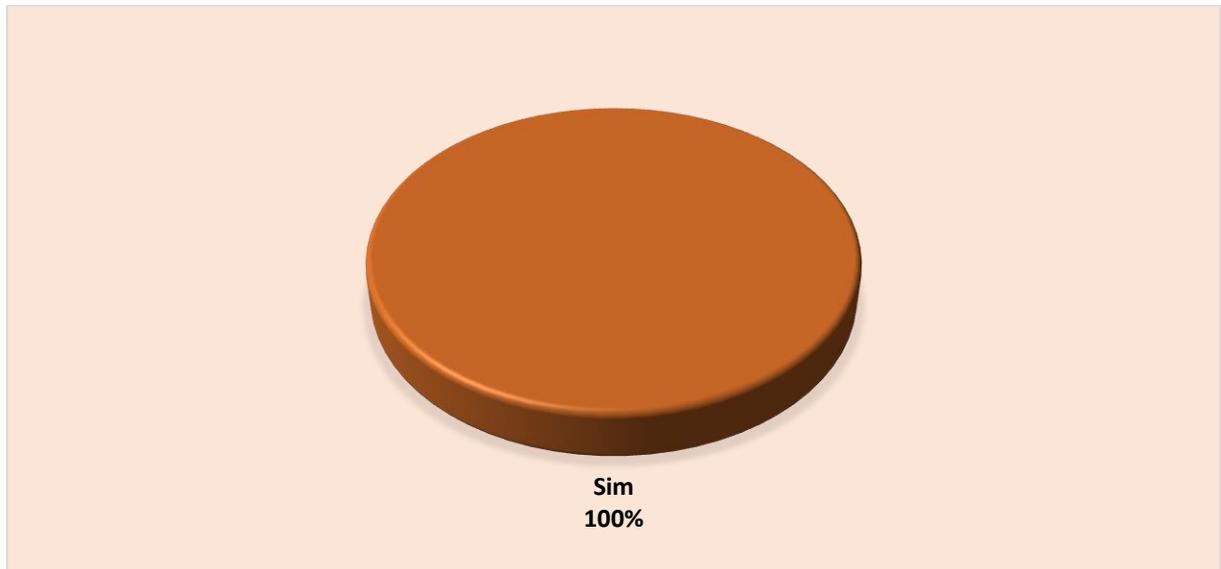


**Gráfico 8:** Estado civil.

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta 8 – Estado Civil.

Sobre o estado civil, a maioria das respostas foi solteira, 60%, enquanto casadas e viúvas tiveram 20% das respostas cada. Aqui pode-se relacionar a questão trazida por Pacheco (2008) sobre as mulheres negras não serem dignas de amor, pois na sociedade brasileira o sexismo atuou e contribuiu para a construção de um imaginário social que considera as mulheres brancas para casar, as mulatas para relações sexuais e pretas para o trabalho.

hooks (1995) faz a assertiva de que o sexismo e o racismo atuam concomitantes nessa visão de que a mulher negra seria somente para servir os outros, vistas desde a escravidão com feições animais e destituídas de mente, sendo somente um corpo.

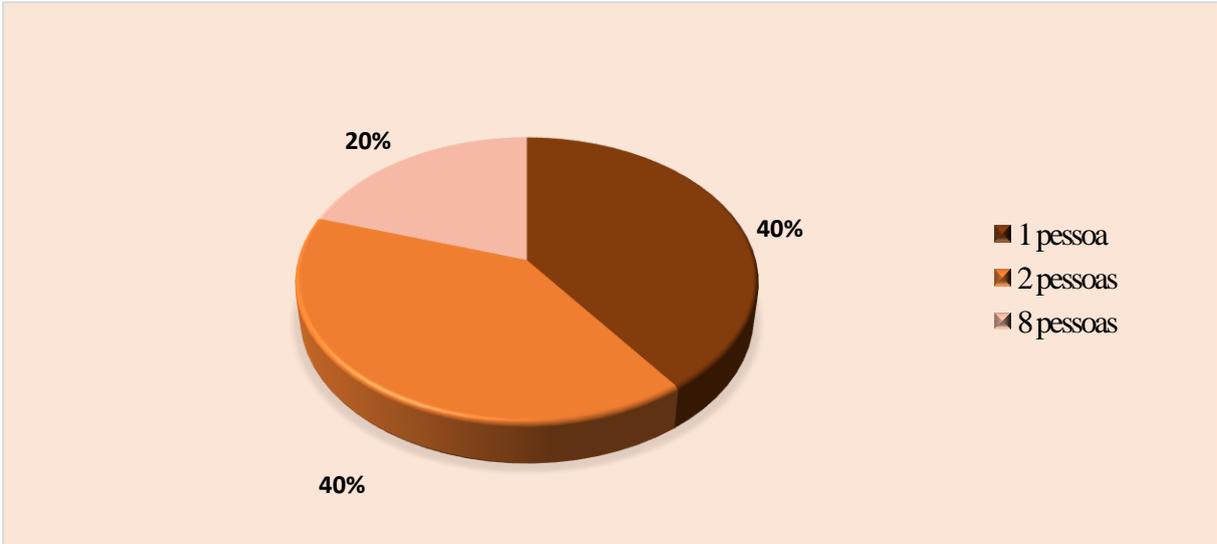


**Gráfico 9:** Possui filhos.

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta 9 - Possui filhos?

Quando questionadas sobre possuírem filhos, todas responderam afirmativamente.

É sabido que no Brasil as desigualdades sociais e raciais advêm de uma matriz de opressão interseccional colonial, patriarcal e classista, condicionando as mulheres negras a ocuparem a base da pirâmide social. Essas mulheres estão majoritariamente inseridas em empregos informais e cuidam dos filhos e dos pais idosos que fazem parte do grupo de risco (GUIMARÃES, 2020). Essa condição é definida por Carneiro (2019) como asfixia social.

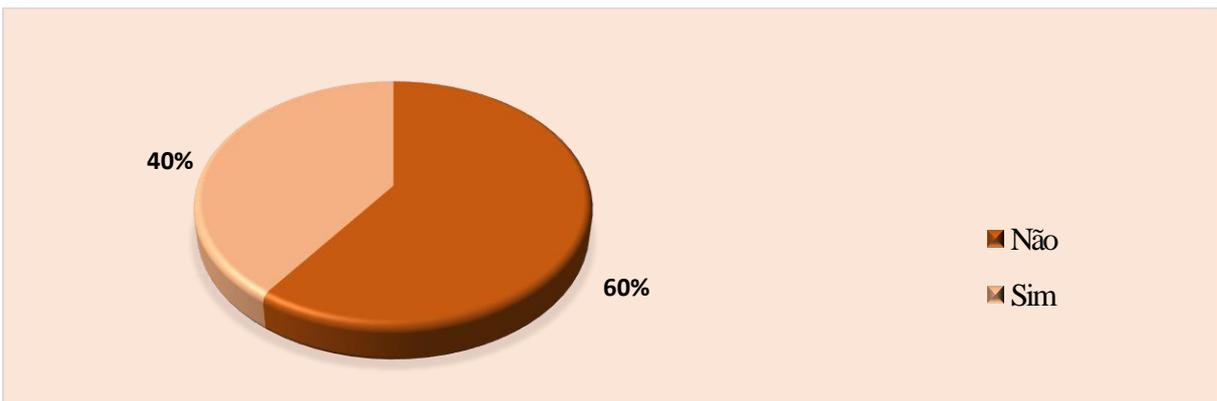


**Gráfico 10:** Número de pessoas residentes na mesma casa.

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta 10 - Quantas pessoas reside na mesma casa que você?

Sobre o número de pessoas que residem na mesma casa, 40% das respostas apontaram para uma pessoa e, também, 40% para duas pessoas cada, enquanto 20% das respostas afirmaram ter 8 pessoas residindo na mesma casa.

Direcionando esse debate para o contexto de pandemia, momento em que se agravam as desigualdades de gênero, raciais e sociais, a população negra e, em especial, a mulher negra, sofre consequências que literalmente lhes custam a vida. O trabalho coloca essas mulheres ainda mais em risco, por serem obrigadas a arriscar sua saúde para ter sua subsistência e, geralmente, sustentar seu núcleo familiar.



**Gráfico 11:** Desemprego na pandemia.

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta 11 - Ficou desempregada na pandemia.

A respeito do desemprego na pandemia, 60% afirmaram não ter ficado desempregadas e 40% ficaram na situação de desemprego.

Ricardo Antunes (2020) afirma que houve o aumento da precarização do trabalho na pandemia, pois o desemprego fez com que o trabalhador buscasse novas modalidades de trabalho que, muitas vezes, são precarizadas.

No isolamento social, a desigualdade se fez presente, em especial na realidade das pessoas que só recebem salário se executarem algum trabalho, como é a realidade das mulheres trabalhadoras domésticas diaristas.

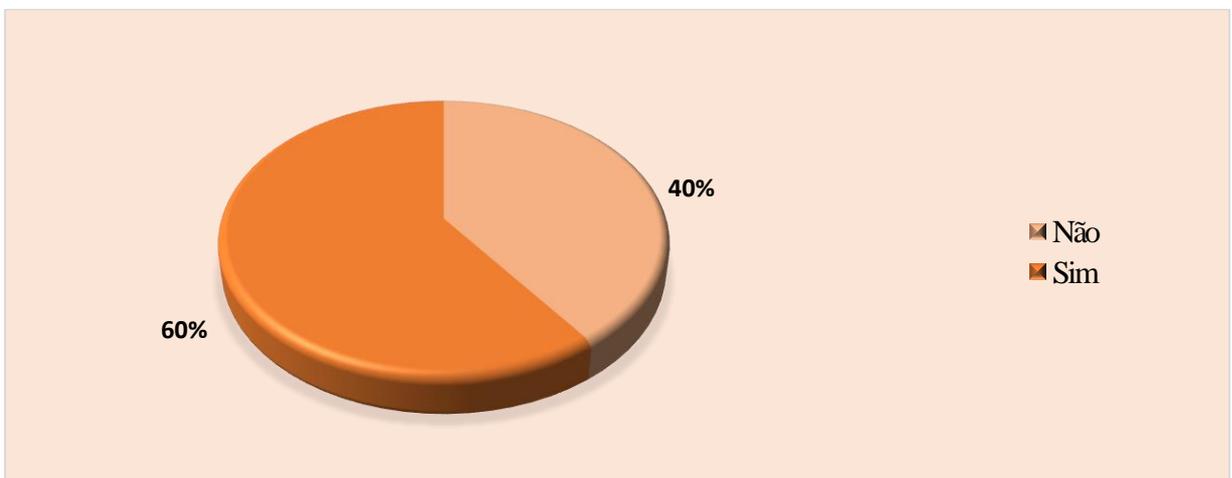


**Gráfico 12:** Redução de salário na pandemia.

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta 12 - Teve salário reduzido na pandemia.

Quando questionadas sobre a redução de salário na pandemia, 60% declararam não ter tido o salário reduzido e 40% tiveram redução salarial.

Apesar da maioria das entrevistadas não terem sofrido com a redução salarial, Feijó (2022) destaca que as condições socioeconômicas das mulheres negras já vinham enfrentando grandes desafios para se inserir no mercado de trabalho antes da pandemia, e essa realidade se agrava nesse contexto pandêmico, no qual cada vez mais as mulheres negras passam a se inserir na informalidade e continuam apresentando os menores rendimentos médios. E considerando que o trabalho doméstico ainda é caracterizado pela informalidade, ausência de proteção social e precariedade, ainda existem trabalhadoras domésticas negras sendo tratadas como criadas, negando a dignidades dessas mulheres.



**Gráfico 13:** Contágio com SARS-CoV-2.

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta 13 - Contraiu o vírus.

Sobre o contágio com o vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19, 60% das respondentes relataram ter contraído o vírus e 40% não teve contágio.

Como já discutido anteriormente, são as mulheres pretas que, muitas vezes, durante a pandemia foram expostas ao vírus, temendo por seus empregos, não podendo cumprir com o isolamento social, trabalharam inseridas no âmbito doméstico privado sem a devida proteção, protegendo patrões através da limpeza adequada de suas casas, ou a permanência de crianças e adolescentes na segurança domiciliar, enquanto os pais e mães trabalhavam.



**Gráfico 14:** Obrigatoriedade do trabalho durante a pandemia.

**Fonte:** Roteiro de entrevista da pesquisa aplicada. Pergunta 14 – Foi obrigada a ir trabalhar durante a pandemia.

Sobre a obrigatoriedade de trabalhar durante a pandemia, todas as entrevistadas relataram não ter sido obrigadas. Mesmo assim, é fato que o trabalho estabelece hierarquias que transcendem o gênero, alcançando também as mulheres. Nesse sentido, as mulheres pretas e periféricas constituem a maioria que sofre a sobrecarga do trabalho doméstico que carrega a herança do período escravocrata.

E, considerando a perspectiva histórica, o trabalho doméstico no Brasil, como Nogueira (2017) observa, se associa com o livramento das senhoras brancas do cuidado de suas próprias casas e de suas famílias, destinando essas funções às mucamas e mulheres pretas. Dessa forma, a terceirização do trabalho doméstico no Brasil, enraizada no período de escravização, cria sua própria marca com cor/raça, gênero e classe.

Atualmente, pode-se ainda constatar a presença das perversidades do colonialismo, na desvalorização do trabalho doméstico ainda relacionado com o estereótipo do “trabalho de preto”, “trabalho de escravo”. Isso culmina, entre outras questões, em péssimas condições de trabalho para as mulheres negras e sem o devido reconhecimento de sua importância.

## 4.2 TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS: O COTIDIANO DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO

No final do ano de 2019 surgiram as primeiras notícias de que a COVID-19 se espalhava pelo mundo. Assim, no mês de março de 2020, as autoridades sanitárias brasileiras começaram a tomar as primeiras medidas para conter o vírus desconhecido. Dessa maneira, passou-se a adotar o distanciamento social, o que se deu de maneira não uniforme nos municípios, estados e regiões do país. Entretanto, de forma geral, muitas escolas, igrejas, lojas, teatros e estádios de futebol foram fechados. Já no mundo do trabalho, algumas categorias de servidores e estagiários passaram a fazer tarefas relacionadas às suas atividades funcionais a partir de suas casas, onde foram autorizados e orientados a permanecer. Logo, surge uma nova normalidade, diferente da que estávamos acostumados, e, assim, novas palavras começaram a fazer parte do cotidiano na população: distanciamento, álcool em gel, isolamento social, *lockdown*, coronavírus, pandemia, máscaras n95 e outras tantas (SILVA *et al.*, 2020).

Durante a pandemia, algumas pessoas foram obrigadas a parar a sua rotina para realizar o isolamento social, mas não se pode romantizar tal fato. Como escreve Bittencourt (2020), o mesmo ocorreu de forma imprevista, tratando-se de um incômodo, pois foi exigido paciência daqueles que foram colocados em situação de contenção.

Segundo ainda o referido autor, para vencer as adversidades existenciais pode-se recorrer aos passatempos, como exercícios físicos, leituras, filmes, meditações, orações, práticas amorosas, manutenção da casa, entre outras (BITTENCOURT, 2020). Entretanto, qual a classe social, raça/cor e gênero dos sujeitos que tiveram oportunidade de realizar tais tarefas durante a pandemia? Considerando que a maioria da população negra não tem acesso a esse tipo de lazer, pois conforme a Pesquisa Nacional da Saúde de 2019, a população preta é mais sedentária e somente 9,2% pratica algum tipo de atividade física (FREITAS, 2022), certamente a prática de atividades físicas não fez parte do cotidiano dessa população durante a pandemia. Entretanto, a pesquisa evidenciou que há empregadas domésticas negras com hábitos de exercícios físicos, conforme ilustra a transcrição, a seguir:

*[...] Estranhei muito na pandemia. Eu “tava” acostumada a uma rotina de ir para academia, trabalhar e estudar e de forma repentina tive que parar com tudo. Fiquei com muito medo de pega o vírus e não ter assistência, pois dependo do SUS. Outra coisa que me deixava muito nervosa eram umas mensagens sobre a pandemia que eu recebia. E nem eram*

*verdadeiras, mas eu ficava muito nervosa.* (A J<sup>13</sup>).

Analisando a transcrição acima, percebe-se que outro aspecto que se manifestou no cotidiano da pandemia foram as *fake news*<sup>14</sup>, pois as más informações foram tão prejudiciais quanto o vírus. As pseudoinformações, conhecidas como *fake news*, foram postadas nas mídias sociais, o que conduziu a diversos compartilhamentos. Assim, com os avanços tecnológicos, essas notícias falsas são veiculadas nas redes sociais de forma rápida e multiplicada entre a população, e, conseqüentemente, promovem comportamentos contrários às orientações das autoridades técnicas no campo da saúde (NETO *et al.*, 2020). Conforme o estudo realizado por Neto *et al.* (2020), no período entre 29 de janeiro e 31 de março de 2020, foram identificadas 70 *fake news* sobre a COVID-19, com mentiras relacionadas aos discursos de autoridades na saúde, incluindo medidas de prevenção, prognósticos da doença, terapêutica e sobre a vacinação.

A entrevistada IM comentou o seguinte sobre o seu cotidiano, durante a pandemia: “[...] *Passei a pandemia de forma tranquila, só cuidava para não sair pra rua. Ia somente no mercado. Quando as coisas começaram a voltar ao normal, recebia visita somente da minha irmã, e duas vezes por semana ia trabalhar*”. Já a entrevistada OP relatou que: “[...] *Durante a pandemia, só saía para ir no mercado e na farmácia*”.

Constata-se nos dois relatos que as entrevistadas conseguiram gozar de um período de isolamento social para evitar a contaminação, e que seguiram as orientações do Ministério da Saúde. Entretanto, observa-se que isso foi possível porque no caso da entrevistada IM os patrões liberaram para realizar isolamento social e no caso da entrevistada OP porque a mesma é funcionária pública. Entretanto, devemos considerar que essa não foi a realidade de muitas trabalhadoras domésticas, que foram obrigadas a ir trabalhar durante pandemia, ou, então, houve aquelas em que os patrões as obrigaram a realizar isolamento social junto a eles. Conforme denúncia da presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e do Sindicato das Domésticas de Pernambuco, Luiza Batista, houve um número significativo de trabalhadoras que ficaram em cárcere privado durante a pandemia, sem a possibilidade de ir

---

<sup>13</sup> Para manter sigilo sobre as entrevistadas, elas serão identificadas por duas letras do alfabeto, sendo a primeira uma vogal e a segunda uma consoante. As letras foram atribuídas aleatoriamente.

<sup>14</sup> *Fake news* são notícias falsas publicadas por veículos de comunicação como se fossem informações reais. Esse tipo de texto, em sua maior parte, é feito e divulgado com o objetivo de legitimar um ponto de vista ou prejudicar uma pessoa ou grupo (geralmente figuras públicas). As *fake news* têm um grande poder viral, isto é, espalham-se rapidamente. As informações falsas apelam para o emocional do leitor/espectador, fazendo com que as pessoas consumam o material “noticioso” sem confirmar se é verdade seu conteúdo. O poder de persuasão das *fake news* é maior em populações com menor escolaridade e que dependem das redes sociais para obter informações. No entanto, as notícias falsas também podem alcançar pessoas com mais estudo, já que o conteúdo está comumente ligado ao viés político (CAMPOS, [ca. 2022]).

para casa visitar a família (BIANCONI, [ca. 2021]).

No que se refere a trabalhadora UT, a mesma diz: “[...] eu achava que essa COVID-19 era igual àquela H1N1, mas não era. Quando vi, já estava um mês em casa e aí surgiu a sensação de não ser útil. Então, começava a procurar tarefa para fazer em casa”. Logo, a entrevistada UT lembrou da gripe H1N1 que ocorreu em abril de 2009, que na época era conhecida como gripe suína, assim, o vírus caracterizava-se por uma variante de gripe, onde os primeiros casos ocorreram no México, em meados do mês de março de 2009. Além disso, destaca-se que para a contenção do surto da doença, foi intensificada a campanha de vacinação contra a gripe, não muito diferente da vacinação contra a COVID-19. A vacinação da H1N1 também ocorreu em Centros de Saúde, lugares públicos, Shopping, entre outros. Assim sendo, o Brasil foi um dos países que mais vacinou em relação à H1N1, tratou-se da maior campanha de vacinação em massa do século XXI, e essa rápida ação do poder público foi essencial para acabar com a pandemia e mantê-la sob controle (CAMPUS, 2019).

Outro fator importante é o relato que a entrevistada traz sobre o sentimento de não se sentir útil por conta do isolamento social. Segundo Malta *et al.* (2020), o distanciamento social foi uma das medidas mais eficaz para a contenção do vírus, porém, poderá ocasionar repercussões clínicas e comportamentais, podendo resultar em adoecimento psíquico e em mudanças nos estilos de vida, como a redução da prática de atividade física, aumento do estresse e do consumo de bebidas alcoólicas, tabaco e de alimentos não saudáveis. Os efeitos negativos associados ao distanciamento social poderão ser observados em curto, médio e longo prazo na saúde individual e coletiva.

No que se refere à entrevistada EB, a mesma traz para o diálogo a questão da saúde mental em tempos de pandemia, pois segundo ela: “[...] No início da pandemia aproveitei para descansar, fazia anos que não tirava férias, mas depois não aguentava mais ficar em casa sozinha e então me senti com um pouco de depressão”. Portanto, a necessidade do isolamento social para evitar a proliferação da pandemia trouxe diferentes sensações, como depressão e ansiedade. Sobre essas implicações da pandemia na saúde mental, Carvalho *et al.* (2020) fazem a seguinte análise:

ao ser colocado em prática o isolamento social durante a pandemia acaba por aumentar as chances do aparecimento do sofrimento em grande parte da população, que é mediado por outras preocupações como: problemas ligados a economia, explosão de notícias, entre outras questões aplicadas a realidade de cada pessoas que mantem relações no dia a dia. Fatores como esses, são capazes de ocasionar o aparecimento ou o agravamento de sintomas psicológicos, tais como: ansiedade, estresse e depressão. Vale ressaltar que não existe apenas um grupo específico que venha sofrendo com os efeitos do isolamento social, mas sim todas as pessoas das

diferentes faixas etárias e grupo sociais estão sujeitos aos efeitos psicológicos ocasionados por esse período de pandemia. (CARVALHO et al., 2020, p. 7).

Portanto, esses efeitos na saúde mental percebidos por algumas empregadas domésticas negras não são consequência da raça, mas é importante não ficarem invisibilizados. Dessa maneira, as entrevistadas caracterizaram de uma forma geral os diferentes cotidianos vivenciados por elas, os quais, ainda que tenham alguns atravessamentos em comum, tiveram variações no que tange ao isolamento social.

#### 4.3 TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS: AS CONSEQUÊNCIAS QUE A PANDEMIA TROUXE PARA A VIDA FAMILIAR E SOCIAL

Além das consequências já citadas trazidas pela pandemia, as questões familiares e sociais não deixaram de ser afetadas pelo novo vírus, considerando que o fortalecimento dos laços familiares é elemento crucial para uma vida saudável.

Assim, segundo a entrevistada AJ, as consequências que houve durante a pandemia no campo familiar foram a impossibilidade de ir visitar a filha e o neto. Nas palavras da trabalhadora: “[...] eu fiquei quase um ano sem ver a minha filha e meu neto, o contato era somente pelo ‘Whats’. Falar com eles por telefone não é como ver ao vivo!”.

Observa-se que a trabalhadora relata que parte significativa da pandemia foi o contato com a filha e o neto pelos meios digitais. Assim, identifica-se que durante a pandemia da COVID-19, o WhatsApp foi um dos principais meios de comunicação e estratégias que as famílias utilizaram para matar a saudade, através de ligações ou chamadas de vídeo. De fato, um estudo feito por professores e estudantes do Núcleo de Marketing e Consumer Insights (NUMA) da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), apontou que o WhatsApp foi o aplicativo mais usado durante a pandemia da COVID-19. Principalmente as pessoas com mais de 45 anos utilizavam o aplicativo para manter contato com outras pessoas durante o isolamento, que é o caso de AJ, que tem mais de 45 anos, e o WhatsApp foi a principal ferramenta usada para manter-se perto dos familiares e amenizar a saudade da filha e do neto.

Já a entrevistada IM, relatou que o filho foi infectado pela COVID-19: “[...] o meu guri mais velho pegou COVID-19 bem no início da pandemia e até hoje sente falta de ar se faz muito esforço”. O caso do filho da entrevistada não foi um caso isolado, pois segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), estima-se que entre 10% e 20% da população após pegarem COVID-19 experimentam uma variedade de efeitos a médio e longo prazo, como, por exemplo:

fadiga, falta de ar e problemas cognitivos, como confusão, esquecimento ou falta de concentração e clareza mental.

Além disso, apesar de a condição pós-COVID-19 ser mais comum em pacientes que desenvolveram a forma grave da doença, há relatos de indivíduos que tiveram doença moderada e experimentaram algumas sequelas, principalmente respiratórias, neurológicas e psicológicas. O comprometimento funcional pós-COVID-19 pode limitar a capacidade de uma pessoa realizar atividades do cotidiano, incluindo trabalho ou tarefas domésticas. Também pode impactar o desempenho profissional e dificultar a interação social (WASHINGTON, 2022). Desse modo, conforme o referencial teórico, é notável as consequências que a demora da vacina trouxe para a população e é possível pensar que se o filho da entrevistada tivesse sido vacinado antes, as sequelas do vírus seriam mais amenas, ou, então, o menino não teria se infectado.

Em contrapartida, a entrevistada OP relata que a pandemia não trouxe nenhuma consequência para a vida familiar e social. Em suas palavras: “[...] olha, que eu lembre, a pandemia não trouxe nenhuma consequência para nossa família”. No entanto, essa não é a realidade de muitas brasileiras, pois com o isolamento social em domicílio e, conseqüentemente, alteração na rotina da família, as relações familiares intensificaram-se, favorecendo o aumento de conflitos e até casos de violência doméstica. Segundo, Fornari (2021, p. 2):

Houve incremento de casos de violência doméstica contra as mulheres, desde o início da pandemia de COVID-19. As denúncias ao Ligue 180 – número de telefone para reportar a violência contra as mulheres - aumentaram 17,9% em março e 37,6% em abril de 2020, e os feminicídios cresceram 22% em 12 estados.

A autora aborda que espaço doméstico se constitui um lugar privilegiado de ocorrência da violência contra a mulher, o que se intensificou ainda mais com o isolamento social intrafamiliar, pois o convívio amplia as possibilidades dos desgastes familiares, inclusive da mulher com o agressor. Além disso, não se pode esquecer que a instabilidade econômica e o desemprego que a pandemia trouxe são questões que reforçaram a dependência econômica das mulheres, passando a reforçar o status do homem culturalmente construído como provedor, podendo ter como consequência a violência como mecanismo de reafirmação do poder masculino (FORNARI, 2021).

A entrevistada UT traz para o debate as questões do ensino remoto durante a pandemia: “[...] Olha, o que que eu posso falar é sobre o colégio dos meus filhos. Não era fácil eles entrarem nessa aula on-line, pois às vezes a internet não pegava direito, ou então era os dois brigando pelo computador”.

Assim, uma das mudanças acentuadas que a COVID-19 trouxe foi o nascimento de novos paradigmas, modelos, processos de comunicação educacional e novos cenários de ensino e de aprendizagem, que se tornaram ainda mais complicados quando o suporte familiar para o uso da internet era precário, como relatou a Sra. UT, destacando que, além da rede ser fraca, o computador precisava ser disputado pelos dois filhos.

Além disso, deve-se considerar que foram práticas de ensino remoto de emergência, muito diferentes das práticas de uma educação digital em rede de qualidade (MOREIRA; HENRIQUES; BARRROS, 2020). Em consequência, como escreve Costa e Nascimento (2020), o ensino remoto reforçou as desigualdade no âmbito escolar:

Essas grandes transformações provocadas na educação pelo ensino remoto evidenciaram desigualdades que até então, pareciam camufladas pelo acesso ao ensino de forma presencial nas salas de aula. Alguns aspectos se tornaram ainda mais visíveis, como a desigualdade social, tecnológica e econômica. Na educação, a perda da interação presencial e direta entre alunos e professores ressignificou a consciência social tão importante em meio escolar. (COSTA; NASCIMENTO, p. 2).

Ainda, chama-se a atenção para a notícia publicada pelo Portal Geledés, onde após um ano de ensino remoto, alunos não tiveram acesso as aulas à distância, pela falta de acesso à internet e celular. Assim, em São Paulo, por exemplo, 667 mil estudantes de 6 a 17 anos ficaram sem estudar em 2020, o que representa 9,2% das crianças e adolescentes em idade escolar no Estado. Dessa maneira, observa-se que a maior cidade do país mostra de forma trágica o não acesso à educação, onde se sabe a cor dos sujeitos que não acessam (SOUZA, 2021).

A última entrevistada traz como principal consequência as questões do campo econômico, pois ainda que tenha voltado a trabalhar, ela ainda continua pagando o financiamento que teve que fazer para comprar alimentação durante a pandemia. Nas palavras de EB: “[...] a pandemia foi um horror, eu tive que fazer um empréstimo para comprar comida e pagar as contas”. Assim, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 71% das famílias brasileiras criaram algum tipo de dívida ou tiveram contas em atraso durante a pandemia (JANONE, 2021). Sabe-se que tal fato ocorreu por diferentes fatores, mas acredita-se que o desemprego e a suba drástica dos alimentos tenha sido o ponto principal da instabilidade financeira das famílias brasileiras.

Além disso, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer, o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar

em algum grau: leve, moderado ou grave (GUEDES, 2022). Isso comprova o relato da Sra. EB, que afirma ter feito empréstimo para garantir a sobrevivência.

#### 4.4 TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS: MANIFESTAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO, CONSTRANGIMENTO OU VIOLÊNCIA

Sabe-se que na sociedade brasileira o trabalho doméstico é romantizado de um modo geral, sendo as novelas um dos principais meios para romancear sistematicamente essas práticas. Assim, as trabalhadoras são retratadas como “parte da família”, “amigas e confidentes”. Entretanto, há uma forte denúncia feita pelas organizações de trabalhadoras domésticas, alertando que frequentemente esse discurso é usado para descaracterizar a relação de trabalho e, por consequência, os direitos a ela associados (ÀVILA; FERREIRA, 2020). Nas entrevistas, procurou-se verificar a percepção das trabalhadoras sobre as relações estabelecidas no âmbito do emprego durante a pandemia.

A entrevistada AJ relata que acredita ter sofrido constrangimento dos patrões por utilizar o transporte coletivo: “[...]os meus patrões fizeram cara feia quando ficaram sabendo que eu estava indo trabalhar de ônibus. Dias depois falaram que era para eu ir trabalhar a pé, pois a minha casa não é tão longe do serviço”.

Durante a pandemia, as trabalhadoras domésticas constituíram um dos grupos mais vulneráveis, por diferentes fatores já citados, mas também por serem usuárias do transporte coletivo público, considerando que esse meio de locomoção tem significativa potencialidade de transmissão. Entretanto, segundo resultados de pesquisas do Programa QualiÔnibus realizadas em municípios brasileiros, cerca de metade das pessoas que usam o ônibus não têm outro modo de transporte para se deslocar. Logo, trata-se de serviço essencial que atende profissionais de outros serviços essenciais, além de ser indispensável para as pessoas de menor renda (BARCELOS; BLANK, 2020). Além disso, convém destacar que os patrões ficaram receosos porque a funcionária utilizava transporte coletivo, contudo, não consideraram que a trabalhadora, ao adentrar na casa onde trabalha, passava a lidar e cuidar diretamente das roupas, objetos e fluidos corporais dos patrões, o que faz com que ela também possa pegar o vírus deles.

Além disso, no que as entrevistadas IM, OP, UT e EB relataram que não tiveram nenhuma manifestação de discriminação, constrangimento ou violência. Nas palavras de UT: “[...] olha, eu sou bem ligada para essas coisa de racismo, mas não lembro de nada”.

Dessa maneira, é importante caracterizar que, por vezes, a violência cotidiana está de modo tão naturalizada que os sujeitos não conseguem identificar. Um exemplo concreto disso

é a violência racial, por conta do mito da democracia racial, muitos sujeitos negros não conseguem identificar manifestações de racismo, pois a violência vivenciada é tanta, que acaba ocorrendo a naturalização. E, principalmente, é importante ter presente que a pesquisa atingiu um número limitado de empregadas domésticas negras, por isso ela revela o cotidiano dessas pessoas entrevistadas, mas não pode ter seus resultados generalizados. Portanto, considerando os resultados, o que é possível afirmar é que há trabalhadoras domésticas negras que afirmaram que durante a pandemia não perceberam manifestações de constrangimento, discriminação ou violência.

#### 4.5 TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS: OS GESTOS DE SOLIDARIEDADE DURANTE A PANDEMIA

A solidariedade é considerada um gesto de empatia diante de questões sociais, educacionais e culturais que afetam a sociedade. Durante a pandemia, essas práticas foram corriqueiras e, muitas vezes, tornaram-se atitudes determinantes para que boa parte da população tivesse acesso aos mínimos sociais.

Assim, quando foram questionadas sobre a vivência de gestos de solidariedade e sororidade durante a pandemia, as entrevistadas AJ e IM relataram que durante todo o período de isolamento social continuaram recebendo o salário. Segundo AJ: “[...] eu fiquei mais ou menos oito meses/um ano em casa sem trabalhar, e o meu patrão depositou todos os meses o meu salário, mas também não me deu aumento”. Já a entrevistada IM relata: “[...] no início minha patroa queria diminuir o meu salário, mas eu bati o pé e disse que tinha conta para pagar, aí então eles me pagaram direitinho enquanto estava em casa”.

As entrevistadas AJ e IM relataram que durante a pandemia tiveram como gesto de solidariedade a possibilidade de realizar isolamento social e ainda assim continuar recebendo o salário enquanto trabalhadora. No entanto, infelizmente essa não foi a realidade da maioria das trabalhadoras domésticas no período da pandemia, muitas delas perderam seu posto de emprego (BIANCONI, [ca. 2021]). Além disso, vale destacar que no início da pandemia o trabalho doméstico fazia parte das categorias de trabalho essencial, logo, surge o questionamento: essencial para quem?

Assim, o exemplo concreto da barbárie foi no Estado do Pará, onde o Governador Hélder Barbalho determinou a continuidade do trabalho da categoria durante o *lockdown* estabelecido em dez municípios. Após críticas, a medida foi restringida a cuidadores de idosos, de crianças e de pessoas doentes. Todavia, o decreto contrariava uma nota técnica emitida pelo Ministério

Público do Trabalho no início da pandemia, recomendando a dispensa de trabalhadoras domésticas com remuneração, bem como a flexibilidade da jornada de trabalho e o fornecimento de equipamentos de proteção individual (BRUNO; MARTINS, 2021).

A entrevistada UT considera como ato de solidariedade durante a pandemia o vínculo que a patroa fez questão de manter, como também a ação da empregadora continuar pagando o valor da diária da faxina durante o isolamento social: *“[...] posso dizer que só tive um ato de solidariedade, que foi de uma patroa. Ela sempre me ligava e mandava mensagem para saber como estava e ainda continuou depositando o dinheiro da faxina. Já as outras quatro, que eu também trabalho na casa, até hoje não ligaram para saber se estou viva”*.

Apesar disso, observa-se que o ato de solidariedade da senhora foi exceção perante as cinco casas que a funcionária realizava trabalho como diarista. Dessa maneira, constata-se que o dado também vai ao encontro do estudo realizado de setembro a novembro de 2020, onde o setor de serviços domésticos foi o segundo que mais perdeu postos de trabalho na comparação com o mesmo trimestre de 2019. Além disso, segundo a PNAD, 1,5 milhão de postos de trabalho doméstico foram perdidos de setembro a novembro de 2020 (BRUNO; MARTINS, 2021).

Outra questão dolorosa que envolve o trabalho doméstico durante a pandemia foi protagonizada pelo Governo Federal, que criou a Medida Provisória nº 936, para que empregadores pudessem suspender o contrato de trabalho e o governo garantiria uma remuneração, como um seguro-desemprego. Entretanto, mesmo suspendendo contratos, patrões e patroas exigiram que elas fossem trabalhar. Logo, observa-se a violação do direito de a trabalhadora ficar em casa e preservar a sua saúde e a da sua família (BIANCONI, [ca. 2021]).

Já a entrevistada EB relatou que o único ato de solidariedade que teve foi o do irmão, que garantiu auxílio eventual: *“[...] posso dizer que durante a pandemia, a única pessoa que me ajudou foi o meu irmão, me dando sacolão todos os meses. Pois veio a pandemia e nenhuma casa me ligou para fazer faxina. Aí, nessa hora, eu me arrependi de não ter pago a carteira, pois poderia ter entrado com aquele seguro-desemprego”*.

Portanto, entre a categoria de empregadas domésticas ainda existem aquelas que não possuem vínculo empregatício legal, estando totalmente desprotegidas de garantias trabalhistas, portanto, sem vínculo com o INSS, essas trabalhadoras não tiveram nenhuma garantia social durante a pandemia. Então, o caso da entrevistada não é isolado. Segundo a PNAD Contínua, no ano de 2018, por exemplo, somente 30,1% da categoria tinha carteira de trabalho assinada e 38,9% tinha cobertura previdenciária. Já no que se refere à associação aos sindicatos, os dados são ainda mais graves, pois somente 1,5% eram sindicalizadas (BRUNO; MARTINS, 2021).

Chama-se a atenção para outro dado referente ao descumprimento dos direitos das trabalhadoras domésticas, pois segundo a

Lei de Acesso à Informação (LAI), os oito primeiros meses de 2020, no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT 2/SP), mostram que 461 processos relacionados à classe foram registrados na instância. Dos 2.358 assuntos abordados nos processos (cada processo pode conter mais de um assunto), 72% se referiam ao descumprimento de 15 direitos básicos, garantidos pela PEC das Domésticas e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que incluem reconhecimento de relação de emprego, pagamento de 13º salário e de multa de 40% do FGTS. (BRUNO; MARTINS, 2021, n. p.).

Dessa maneira, constata-se que não houve políticas públicas direcionadas para esta categoria da classe trabalhadora, logo, a principal ajuda do Estado às profissionais foi o Auxílio Emergencial. As domésticas foram a segunda classe trabalhadora mais beneficiada pela medida no país, representando 61% das que receberam auxílio emergencial (BIANCONI, [ca. 2021]).

#### 4.6 TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS: UMA POSSÍVEL CONSCIÊNCIA DOS ATRAVESSAMENTOS DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO

O trabalho doméstico na sociedade brasileira ainda é uma herança da sociedade colonial, sendo compreendido como destinado a todas as mulheres da cor de pele preta. Como colocam Beatriz Nascimento e Alex Ratts (2006, p. 104) sobre as mulheres negras: “[...] se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A ‘herança escravocrata’ sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra”. E como bem refere Lélia Gonzalez (1983), o duplo fenômeno do racismo e do sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra na sociedade brasileira.

Destaca-se que todas as entrevistadas identificaram que a pandemia se deu de forma diferente para cada sujeito, e que a forma que elas enfrentaram a pandemia foi diferente dos seus patrões. A entrevistada OP, por exemplo, destaca “[...] *o meu trabalho é diferente da patroa, pois eu não posso fazer uma faxina pelo computador*”. Já a entrevistada UT diz: “[...] *a gente que é mulher negra, as coisas são com muita dificuldade, tem gente que diz que não, que as oportunidade são igual, mas no fundo a gente sabe que não*”. E a entrevistada OP relata: “[...] *aqueles que vieram de família rica, não tiveram a preocupação de como pagar as contas durante a pandemia*”.

Dessa maneira, sabe-se que as mulheres negras ocupam a base da pirâmide social, logo, as dimensões conjunturais e estruturais acabam refletindo de forma direta sobre como cada sujeito lida com as expressões da questão social. A crise da pandemia acentua ainda mais as

desigualdades de gênero e raça em todas as dimensões da vida social. É interessante observar que nessa questão a consciência de classe e de raça aparece como integrante da mesma determinação social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se elucida a jornada das mulheres negras trabalhadoras domésticas em um contexto pandêmico, recorda-se a letra de uma das músicas do cantor/rapper Emicida (2016) sobre as mulheres negras. Em suas palavras: “Luta diária, fio da navalha, marcas? Várias Senzalas, cesárias, cicatrizes. Estrias, varizes, crises. Tipo Lulu, nem sempre é so easy. Pra nós punk é quem amamenta, enquanto enfrenta guerra, os tanque. As roupas suja, vida sem amaciante”. Dessa maneira, observou-se que o cotidiano das mulheres negras trabalhadoras domésticas durante a pandemia COVID19, foi de forma acirrada, tensa, ou seja, sem amaciante.

É identificado que desde as escravizadas até as trabalhadoras domésticas de hoje têm sua história marcada por extrema exploração e desigualdade. As mazelas do processo de escravização ainda estão presentes na sociedade brasileira, pois são desigualdades estruturais e históricas, que se caracterizam em desvantagens que vem sendo acumuladas de geração em geração.

Na prática social da exclusão, os fatores raça, gênero e classe se somam ao se considerar as desvantagens históricas para mulheres negras. Em face dessa tripla desvalorização, as mulheres negras são a fatia mais marginalizada da sociedade. Embora o cenário atual possa ser considerado de redução das desigualdades sociais, ainda persistem padrões desprivilegiados para esse grupo social de participação na educação, mercado de trabalho, saúde e demais espaços públicos.

Assim, em conjunto, a crise sanitária da pandemia da COVID-19 e as desigualdades já existentes, nota-se que essas mulheres são colocadas no nó das desigualdades sociais e a subalternização da trabalhadora, mulher e negra acirra-se ainda mais. Além disso, de modo geral, muitas delas foram expostas ao vírus, por medo dos patrões, não seguiram as orientações da Organização Mundial da Saúde e trabalharam de forma oculta no âmbito doméstico privado sem a devida proteção, mas garantiram a limpeza adequada das casas dos senhores de engenho da contemporaneidade. Entretanto, esse não foi o caso das mulheres que participaram da pesquisa, mas sabe-se que foi a realidade de muitas trabalhadoras.

Outra questão, é que em um primeiro momento as estratégias de respostas à crise sanitária estavam voltadas somente para o campo econômico, pouco se pensou na crise política, democrática e igualitária. Logo, é evidente quem foram os sujeitos que sofreram com a demora do Estado e a falta de políticas sociais especializadas. Então, percebe-se que este Estado, por vezes, é um grande aliado para que ocorra os atravessamentos de raça, classe e gênero que são de forma simultânea.

Em um sociedade que é construída pelo mito da democracia racial, é fundamental que se pense no fortalecimento da importância de uma cultura antirracista como um dos pressupostos para a ruptura com a desigualdade social existente na sociedade brasileira. Portanto, chama-se a atenção para a importância de se desvelar a realidade concreta das mulheres trabalhadoras domésticas durante a pandemia, para escutar a voz desses sujeitos que sofrem com as opressões gênero, de raça e de classe.

Considerando essa realidade, é fundamental pensar em medidas e políticas públicas que responsabilizem o Estado e a sociedade pela reprodução da vida. Além disso, é fundamental garantir um recorte de gênero nas respostas dadas ao enfrentamento da pandemia, uma vez que as mulheres têm sido as mais afetadas pela crise de saúde, pela crise econômica e pela sobrecarga de cuidados. Essas mudanças passam também pela reorganização das dinâmicas da divisão sexual do trabalho e por uma profunda mudança social que reconsidere os papéis e lugares atribuídos a homens e mulheres, desconstruindo a ideia de que o trabalho doméstico é uma atribuição natural das mulheres.

Desse modo, é importante reconhecer a necessidade de cuidar de quem historicamente cuidou, reorganizando a distribuição do trabalho doméstico, dando visibilidade às condições nas quais esse trabalho é realizado e a quem o realiza. Também é importante a criação de políticas públicas e sociais, pois são mecanismos de responsabilização que minimizam os conflitos e contradições entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, para que as mulheres não paguem sozinhas a conta pela crise

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2018.
- ALVES, Eduardo Rodrigues *et al.* Estudo do impacto da nova lei na contratação de empregados domésticos. **Revista Científica Intelletto**, v. 1, n. 1, p. 40-54, 2016.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- AUGUSTIN, André Coutinho *et al.* **Panorama das desigualdades de raça/cor no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021.
- ÁVILA, Maria Betânia. Algumas questões teóricas e políticas sobre emprego doméstico. *In*: ÁVILA, Maria Betânia *et al.* (orgs). **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. Recife: Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo e SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 65-72.
- ÁVILA, Maria Betânia. Divisões e tensões em torno do tempo do trabalho doméstico no cotidiano. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Brasília, p. 67- 72, 2010.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-458, 1995.
- BARCELOS, Mariana; BLANK, Cynthia. Transporte coletivo e transmissão da Covid-19: o que dizem os estudos. **WRI BRASIL**, 2020. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/transporte-coletivo-e-transmissao-da-covid-19-o-que-dizem-os-estudos#:~:text=S%C3%A3o%20experi%C3%AAs%20que%20indicam%20que,segundo%20de%20canto%20ou%20tosse>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- BELIK, Walter. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. São Paulo: Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora, out. 2020.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIANCONI, Giulliana. Trabalhadoras domésticas denunciam patrões que suspenderam contrato de trabalho, mas negam direito à quarentena. **Gênero e Número**, [ca. 2021]. Disponível em: <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/domesticas-denunciam-patroes-contratos/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BORGES, Rosane da Silva. **Sueli Carneiro**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2009. 103 p.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf). Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. Trabalho Doméstico. **Ministério do Trabalho e Previdência**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/trabalhador/mais-aco-es/trabalhadordomestico#:~:text=Considera%2Dse%20trabalhador%20dom%20C3%A9stico%20aquele,fam%20C3%ADlia%20no%20C3%A2mbito%20residencial%20destas.> Acesso em: 15 jun. 2022.

BRUNO, Maria Martha; MARTINS, Flávia Bozza Martins. Segunda categoria mais beneficiada pelo Auxílio Emergencial, trabalho doméstico perde 1,5 milhão de postos de trabalho. **GN**, 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/domestica-auxilio-emergencial-emprego/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro**: uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle. 2019. 169f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, [S. l.], 2019.

CAMPOS, Lorraine Vilela. "O que são Fake News?". **Brasil Escola**, [ca. 2022]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/o-que-sao-fake-news.htm>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CAMPUS, Albert. Influenza A (H1N1): histórico, estado atual no Brasil e no mundo, perspectivas. **Rev. Med Minas Gerais**, v. 19, n. 2, p. 132-139, 2019.

CARARO, Aryane; SOUZA, Duda Porto de. **Extraordinárias**: Mulheres que revolucionaram o Brasil. São Paulo: Seguinte, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 31 maio 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo; Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de Uma Vida**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

CARRANÇA, Thaís. Minha aluna desmaiou de fome': professores denunciam crise urgente nas escolas brasileiras. **Geledés**, nov. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/onu-destaca-que-mulheres-sao-mais-afetadas-pela-fome-na-america-latina/>. Acesso em: 27 mar. 2022.

CARVALHO, Leilanir *et al.* O impacto do isolamento social na vida das pessoas no período da pandemia da COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e998975273-e998975273, 2020.

CHAUÍ, Marilena. A Filosofia como vocação para a liberdade. **Estudos Avançados**, v. 17, p. 07-15, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CORONEL, Maria Carla Fontana Gaspar. 'Mulheres domésticas': profissionais de segunda classe. **Revista de Direito**, v. 13, n. 17, 2010.

COSTA, Antonia Erica Rodrigues; NASCIMENTO, Antonio Wesley Rodrigues do. Os desafios do ensino remoto em tempos de pandemia no Brasil. **Anais VII CONEDU-Edição Online**. Campina Grande: Realize Editora, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. **Unifem**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **O novo manual do trabalho doméstico: com os comentários aos artigos da LC n. 150/2015**. São Paulo: LTR 80, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos latino-americanos**, n. 10, p. 0, 2005.

EMICIDA. Mãe. Disponível: <https://www.letras.mus.br/emicida/mae/>. Acesso em: 03 nov. 2022

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FARIA, Guélmer Junior Almeida. Migração, trabalho doméstico, gênero: curso da vida e trajetórias de trabalhadoras domésticas migrantes presentes no filme: “Que Horas Ela Volta?”. **Aurora**, v. 10, n. 29, p. 146-155, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEIJÓ, Janaína. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. **Portal FGV**, 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/participacao-mulheres-negras-mercado-trabalho>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FORNARI, Lucimara Fabiana *et al.* Violência doméstica contra a mulher na pandemia: estratégias de enfrentamento divulgadas pelas mídias digitais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, 2021.

FREIRE, Paulo. Sociedade Fechada e Inexperiência Democrática. *In*: FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao\\_pratica\\_liberdade.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf). Acesso em: 31 maio 2020.

FREITAS, Ariel. Grupo Afrofit promove atividades físicas para pessoas negras em Porto Alegre. **Estadão**, 2022. Disponível em: <https://mobilidade.estadao.com.br/na-perifa/grupo-afrofit-promove-atividades-fisicas-para-pessoas-negras-em-porto-alegre/#:~:text=De%20acordo%20com%20n%C3%BAmeros%20da,em%20nenhum%20dia%20da%20semana>. Acesso em: 01 nov. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos *et al.* **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. *In*: SILVA, Luiz Antônio. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: Anpocs, 1983. p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem política e econômica. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para Pessoas Negras**. São Paulo: Editora Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 158-170.

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica? *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 217-219.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2003.

GUEDES, Aline. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. **Agência Senado**, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 02 nov. 2022.

GUIMARÃES, Ligia. Coronavírus: 92% das mães nas favelas dizem que faltará comida após um mês de isolamento. **BBC Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52131989>. Acesso em: 27 abr. 2020.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Tradução Plataforma Gueto. Rio de Janeiro: Plataforma Gueto, 2014.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

hooks, bell. **Teoria feminista:** da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico:** sabedoria prática. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios:** Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência.** Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5929-atlasviolencia2020relatoriofinalcorrigido.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência.** Rio de Janeiro: IPEA, 2021.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein *et al.* Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 165-174, 2008.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein *et al.* Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 165-174, 2008.

JANONE, Lucas. Endividamento das famílias bate novo recorde em meio à pandemia. **CNN**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/endividamento-das-familias-bate-novo-recorde-em-meio-a-pandemia/>. Acesso: 01 nov. 2022

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo.** 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LARA, Ricardo. Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social. *In*: TAPAJÓS, Luziele *et al.* (org.). **Pandemia, políticas públicas & sociedade**. Florianópolis: Ematis, 2021. p. 23-39.

LOPES, Lisandra Cristina. **A luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico no Brasil**: gênero, raça, classe e colonialidade. 2021. 182f. Dissertação (Mestrado em Direito.) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, [S. l.], 2021.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

LOTTA, Gabriela *et al.* A pandemia de COVID-19 e (os)as profissionais de saúde pública: uma perspectiva de gênero e raça sobre a linha de frente. **Portal Fiocruz**, São Paulo, p. 1-34, 12 dez. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/pandemia-de-covid-19-e-osas-profissionais-de-saude-publica-uma-perspectiva-de-genero-e>. Acesso em: 30 jan. 2022.

MARINHO, Alexandre *et al.* **Desigualdade de transplantes de órgãos no Brasil**: análise do perfil dos receptores por sexo e raça ou cor. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1491/1/td\\_1629.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1491/1/td_1629.pdf). Acesso em: 27 nov. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MELO, Hildete Pereira de. **O serviço doméstico remunerado no Brasil**: de criadas a trabalhadoras. **IPEA**, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2423>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 2011.

MOREIRA, J. Antônio; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela Melaré Vieira. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, p. 351-364, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude-Nova Edição**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. A Mulher Negra no Mercado de Trabalho. *In*: NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias de destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018. p. 80-85.

NASCIMENTO, Beatriz; RATTIS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa oficial, 2006.

NETO, Mercedes *et al.* Fake news no cenário da pandemia de Covid-19. **Cogitare enfermagem**, v. 25, 2020.

NOGUEIRA, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos. Mucama Permitida a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Rio de Janeiro, n. 04, ed. 03, p. 47-58, 2017.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos; SANTOS, Nayara Cristina Santana. Solidão tem cor? Uma análise sobre a afetividade das mulheres negras. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 7, n. 2, p 9-20, 2018.

OLIVEIRA, Taís; LIMA, Dulcilei C. Mulheres e tecnologias de sobrevivência: economia étnica e afroempreendedorismo. *In*: SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: Literarua, 2020. p. 201-217.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Trabalho Doméstico. **OIT**, Brasília, [ca. 2022]. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 7 jun. 2022.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Branca para casar, Mulata para f..., Negra para trabalhar**”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. 324f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: Edufba, 2013.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas- A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. **Anais do Encontro da ANPUH**, 2011.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO - PNAD. Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/saude.php>. Acesso em: 19 jul. 2021.

PETRONE, Talíria. A urgência do feminismo para os 99%. *In*: KOLLONTAI, Aleksandra *et al.* **Introdução ao pensamento feminista negro**: por um feminismo para os 99%. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 11-15.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; VASCONCELOS, Marcia. Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. **IPEA**, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11447>. Acesso em: 22 nov. 2022.

POLICARPO, Daniel Silva; ALVES, Marcela da Conceição Saião. Pandemia global e ausência de políticas públicas e demandas sociais no Brasil. *In*: FREITAS, Patrícia Gonçalves de; MELLO, Roger Goulart (orgs.). **Pandemia COVID-19 no Brasil: políticas públicas e demandas sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: E-Publicar, 2021. p. 115-123.

QUE HORAS ELA VOLTA? Direção: Anna Muylaert. Brasil: Pandora, 2015, 114 min.

RARA, Preta. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo negro, 2014.

REZENDE, Milka de Oliveira. "O que é sororidade?". **Brasil Escola**, 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/o-que-e-sociologia/o-que-e-sororidade.htm>. Acesso em: 04 jul. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento, 2017

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.

RIBEIRO, Djamila; AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. **Youtube**, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KFncigGbDeE>. Acesso em: 29 jun. 2022.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, p. 1-12, 2013.

RONCADOR, S. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 31, p. 129-152, 2008.

RONCADOR, Sonia. Criadas no more: notas sobre testemunhos de empregadas domésticas. *In*: DALCASTAGNÈ, Regina (org.). **Ver e imaginar o outro: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2019. p. 137-153.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Boitempo Editorial, 2020.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**. Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, A. *et al.* **Pandemia da Covid-19: reflexões sobre a sociedade e o planeta**. Curitiba: Equipe técnica da Escola Superior do MPPR, 2020.

SILVA, Alexandre da. População negra e Covid-19: crises e conflitos pelo direito de respirar. *In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (org.). População e Desenvolvimento em Debate: impactos multidimensionais da pandemia da Covid-19 no Brasil.* Campinas: Traço Publicações, 2021. p. 8-15.

SILVA, Fernanda Dorneles da. **“Histórias cruzadas” e a movimentação social feminina negra pelos direitos civis nos EUA nas décadas de 1950 e 1960.** 2015. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/839>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SOUPIN, Elisa. Dona Ivone Lara no Orun. *In: Portal Geledés.* [S.I], 17 abr. 2018. Disponível

SOUZA, Felipe. Ensino remoto na pandemia: os alunos ainda sem internet ou celular após um ano de aulas à distância. **Portal Geledés**, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ensino-remoto-na-pandemia-os-alunos-ainda-sem-internet-ou-celular-apos-um-ano-de-aulas-a-distancia/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira:** ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Editora LeYa, 2015.

SPOLLE, Marcus Vinicius. A mobilidade social dos arrumadores de Pelotas, RS, Brasil: a trajetória de uma categoria portuária negra. **CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v. 5, ed. 1, p. 1-28, 2010.

TABAJÓS, Luziele *et al.* **Pandemia, políticas públicas & sociedade.** Florianópolis: Emais, 2021.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho Doméstico.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

TEIXEIRA, Juliana Cristina *et al.* “A Bichinha é Safadinha”: o Imaginário Social sobre a Empregada Doméstica refletido em Músicas Brasileiras. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD*, 8, Gramado, 2014. **Anais...** Gramado: ANPAD, 2014. p. 1-16.

TELLES, Lorena Féres da Silva. Amas de leite. *In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 101-108.

VALERIANO, Marta Maria; TOSTA, Tania Ludmila Dias. Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 21, p. 412-422, 2022.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WASHINGTON, D. C. OPAS apoia países em estudo da condição pós-COVID-19 e na elaboração de diretrizes para atenção aos pacientes. **Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)**, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/23-6-2022-opas-apoia-paises-em-estudo-da-condicao-pos-covid-19-e-na-elaboracao-diretrizes#:~:text=Embora%20a%20maioria%20das%20pessoas,de%20concentra%C3%A7%C3%A3o%20e%20clareza%20mental>. Acesso em: 01 nov. 2022.

WERNECK, Jurema. **O samba segundo as Ialodês**: mulheres negras e cultura midiática. São Paulo: Hucitec, 2020.

XONGANI, Ana Paula. Saiba o que é interseccionalidade. **Youtube**, 09 dez. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4ZT3rQpvvSY&t=3s>. Acesso em: 29 jun. de 2022.

YUMI, Caroline. Quem foi Marielle Franco? Conheça a sua história. **Politiza**, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/quem-foi-marielle>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ZATTI, Vicente. Colonialismo e Invasão Cultural. In: ZATTI, Vicente. *Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomiaeducacao.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2020.